



II - DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E
ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA



II - DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA.

1. Política de Desenvolvimento Produtivo

Diversas iniciativas de cunho estrutural, tomadas antes da eclosão da crise de 2008 e mantidas desde então, ajudaram o Brasil na superação de restrições provocadas pela redução das taxas de crescimento das economias centrais. Dentre essas iniciativas, cabe destacar o aumento da proteção social, a expansão dos investimentos públicos, as desonerações tributárias, a ampliação do financiamento e as condições de crédito ao setor empresarial.

A abordagem de enfrentamento pelo Governo também foi importante para que a crise não se aprofundasse. As políticas adotadas – visando a aumentar a oferta de crédito pelos bancos públicos, manter os investimentos dos programas sociais e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e desonerar tributariamente setores estratégicos da economia – incentivaram empresários e trabalhadores a produzir e a consumir, a fim de que não se formasse um círculo vicioso decorrente da postergação dos investimentos e do consumo, o que implicaria em desemprego e estagnação econômica.

Em 2010, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento produtivo continuaram a focar principalmente: o fortalecimento do mercado interno, visando a mitigar os efeitos da crise internacional; a ampliação e a diversificação dos mercados e destino das exportações do País; a internacionalização de empresas de capital brasileiro; os instrumentos de defesa comercial, metrologia e qualidade industrial e de propriedade intelectual, além das negociações de acordos internacionais de comércio.

Alguns dos indicadores que o Brasil apresenta hoje são resultados de políticas públicas que priorizaram os investimentos estratégicos, a adequação de marcos legais e regulatórios que minimizaram riscos como os de quebra de contrato e de direito de propriedade e o fortalecimento de instituições públicas. Isso colocou o Brasil próximo aos padrões de governança corporativos exigidos internacionalmente.

Entretanto, os desafios para os próximos anos continuarão a exigir articulação ainda maior entre o setor público e o privado, para consolidar e aumentar o número de empresas exportadoras, agregar valor aos produtos nacionais e aumentar o esforço de inovação tecnológica das empresas para incentivar de forma sustentada o aumento da produtividade e da competitividade dos bens e serviços brasileiros.

Lançada em maio de 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) é um instrumento de promoção da competitividade industrial de médio e longo prazo, que contribui para o aumento da capacidade de crescimento e sustentação da economia do País. Essa política está estruturada em programas de ação direcionados a sistemas produtivos, abrangendo áreas como tecnologia de informação e comunicação (TIC), biotecnologia, nanotecnologia e complexos de defesa e de saúde e energia nuclear, bem como em áreas de “destaques estratégicos”, como micro e pequenas empresas, exportações, desenvolvimento regional, desenvolvimento limpo e integração com a América Latina, Caribe e África.

Os trabalhos da PDP são realizados em conjunto entre diversos órgãos governamentais, o que contribui para a ampliação da integração entre os programas de governo e o aprofundamento da articulação com o setor privado, no âmbito dos Fóruns de Competitividade.

A integração com outros programas de Governo se realiza pelas interfaces dos programas que compõem a PDP com outras iniciativas governamentais, tais como: o Plano de Ação para Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI), o PAC, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), dentre outros.





O ano de 2009 foi marcado pela retomada do crescimento da economia brasileira no pós-crise. Desde o início de 2009, a produção da indústria vem crescendo a taxas expressivas, o que possibilitou ao Brasil alcançar, no primeiro trimestre de 2010, patamares similares aos observados antes da crise, na qual a produção da indústria teve uma queda da ordem de 20%.

a) Programas para o Fortalecimento da Competitividade

Em 2010, a política industrial brasileira foi marcada por metas bem definidas; pela inovação, requisito para o alcance de novo patamar de competitividade; e pela ampliação da presença externa de empresas brasileiras. O trabalho intragoverno e o diálogo entre o Governo e o setor produtivo foram importantes para esses resultados.

Os Programas para o Fortalecimento da Competitividade apresentaram resultados diversos, em decorrência das características inerentes aos segmentos produtivos associados. A seguir, ressaltam-se os resultados já alcançados e as medidas de destaque a serem adotadas:

- Na cadeia produtiva da Construção Civil foi publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) a Norma Técnica NBR-ISO 12006-2:2010, que organiza informações da construção e define um padrão nacional, e instituído um sistema de classificação de componentes para a construção. O desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Programa Construção Civil, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 16,5 bilhões em 32,3 mil operações. Em 2011, pretende-se dar sequência ao desenvolvimento da construção individualizada e à implantação da coordenação modular no País;
- No segmento de Plásticos, em 2010 foi criado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Plástico (BNDES Proplástico), com recursos da ordem de R\$ 700 milhões e vigência até setembro de 2012. O desembolso do BNDES para o segmento, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 2,9 bilhões, para 11,6 mil operações. Em 2011, objetiva-se fortalecer as empresas da 3ª geração na modernização de técnicas (máquinas, insumos e moldes) e inovação gerencial;
- No setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, houve a conclusão do Plano de Desenvolvimento Setorial (PDS), o convênio SEBRAE-ABDI-ABIHPEC e a aprovação de critérios para acordos de simplificação de procedimentos de controle sanitário de produtos no âmbito do Mercosul. Em 2011, objetiva-se proporcionar maior agregação de valor aos produtos da cadeia com observância aos aspectos sanitários;
- No setor de Eletroeletrônica de Consumo, houve a elaboração do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Iluminação para estimular a maior produção nacional de lâmpadas fluorescentes compactas e de *Light Emitting Diode* (LED) e *Organic Light Emitting Diode* (OLED). O desembolso do BNDES para o setor, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 2 bilhões, para cerca de duas mil operações. Em 2011, objetiva-se ampliar a escala do mercado doméstico para a linha branca; desenvolver projetos para a linha marrom; e fomentar as exportações para a linha de portáteis para o Mercosul e Países Andinos;
- No setor de Bens de Capital, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), criado em julho de 2009, foi o destaque para a retomada do investimento na indústria de máquinas e equipamentos, que tradicionalmente era o último setor a se recuperar das crises. No período de maio de 2008 até o mês de dezembro de 2010, as 455 mil operações aprovadas e contratadas atingiram R\$ 116 bilhões;
- Na Indústria Marítima, em 2011, serão priorizadas melhorias na regulamentação do Fundo Garantidor da Construção Naval, importante instrumento para estimular e viabilizar o crescimento e fortalecimento desse Setor. O desembolso do BNDES para a





indústria, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 5,4 bilhões, para 662 operações;

- No Complexo Automotivo, foi extinto o redutor de 40% que incidia sobre o Imposto de Importação (II) de autopeças destinadas à produção e também reduzido, no âmbito do Mercosul, para 2% o referido imposto em 116 itens do segmento. Houve ainda a realização de estudos com recomendações sobre a adoção de novas tecnologias para o aumento da eficiência energética e a redução das emissões. Em 2011, pretende-se dar sequência à implantação ou ao aprimoramento de acordos internacionais, principalmente nas negociações com a União Europeia para troca de ofertas de condições de acesso e com a Venezuela e o Uruguai para quotas de veículos. O desembolso do BNDES para o setor, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 9,5 bilhões, para cerca de cinco mil operações;
- Para os setores de Têxtil, Vestuário e Confecções pode ser destacada a implantação do Novo Revitaliza, uma linha de financiamento voltada às atividades produtivas intensivas em mão de obra. O desembolso do BNDES para os setores, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões, para cerca de 45 mil operações;
- Para o setor de Madeira e Móveis, com o intuito de estimular a inserção internacional do produto, foi estendido o prazo para a concessão de financiamentos no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) de quatro para doze meses. O desembolso do BNDES para o setor, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de aproximadamente R\$ 2,0 bilhões, para cerca de 16 mil operações;
- No Complexo de Serviços, destaque para a desconcentração das exportações de serviços mediante a ampliação em 50% dos Projetos Setoriais de Serviços da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex-Brasil). O desembolso do BNDES para o complexo, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de aproximadamente R\$ 35 bilhões, para 159 mil operações;
- Para o setor de Couro, Calçados e Artefatos também foi estendido o prazo para a concessão de financiamento no âmbito do PROEX para até 12 meses. O desembolso do BNDES para o setor, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, para cinco mil operações;
- Para a Indústria de Brinquedos foram criados estímulos fiscais e creditícios, sendo que a atividade relacionada ao “design de brinquedos” foi inserida na lista de itens financiáveis pelo Cartão BNDES. Tal medida constituiu uma ação de incentivo à produção de design de brinquedos no Brasil, considerado atualmente o elo frágil da cadeia produtiva. O desembolso do BNDES para a indústria, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de aproximadamente R\$ 35 milhões, para 495 operações;
- Para o complexo agroindustrial, houve a inclusão de produtos agropecuários e de cooperativas no *drawback*, a ampliação do acesso ao crédito rural pelo produtor e a criação de linhas de crédito com regras de enquadramento diferenciadas. O desembolso do BNDES para o complexo, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de aproximadamente R\$ 59,5 bilhões, para 282 mil operações; e
- Para o segmento do trigo foi implementado o Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras de Trigo. O desembolso do BNDES para o segmento, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de aproximadamente R\$ 470 milhões, para um total de cerca mil operações.

b) Programas para Consolidar e Expandir a Liderança

Os Programas para Consolidar e Expandir a Liderança contribuíram para o desenvolvimento das empresas líderes locais, bem





como de seus fornecedores. As medidas de destaque envolvem a criação ou a melhoria das condições de financiamento, implantação de centros de pesquisa e aprimoramentos regulatórios.

- **Complexo Aeronáutico:** foi implantado o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira (Retaero) pela Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. O regime permite que bens e serviços utilizados como insumo na cadeia aeronáutica tenham a suspensão de tributos, quando da aquisição no mercado interno ou na sua importação. O desembolso do BNDES para o complexo, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 7,4 bilhões, para 481 operações;
- **Petróleo, Gás e Petroquímica:** Plano de Negócios da Petrobras 2010-2014, com previsão de investimentos da ordem de US\$ 224 bilhões e conclusão do processo de capitalização da empresa em setembro de 2010, com captação de recursos da ordem de US\$ 70 bilhões. Criação do Departamento da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás no BNDES. Criação de Comitês de P&G por federação estadual das indústrias, para identificar oportunidades e desenvolver os investimentos da cadeia nacional de fornecedores de bens e serviços. O desembolso do BNDES para o setor, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 64 bilhões, para cerca de 4,6 mil operações;
- **Bioetanol:** aprovado o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e estabelecidas normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro. Regulamentação dos procedimentos para a conexão entre a usina e o sistema elétrico. A medida foi implantada por meio da criação de oito Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG). O desembolso do BNDES para o segmento, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 15,7 bilhões, para cerca de 5,2 mil operações;
- **Carnes:** consolidação de empresas brasileiras como principais *players* mundiais. Pacto contra o desmatamento (“moratória da carne”) no Bioma Amazônia. Desoneração das importações de fosfato bicálcico e ácido fosfórico para suplementação mineral do gado. Elaboração do estudo Plano de Logística e Transporte identificando soluções logísticas multimodais para a cadeia de carnes. O desembolso do BNDES para o segmento, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 16,2 bilhões, para 66 mil operações;
- **Papel e Celulose:** consolidação empresarial e saneamento de passivos, com a retomada do investimento tanto em expansão da base florestal quanto das plantas industriais, assegurando a sustentabilidade ambiental e do crescimento da produção. O desembolso do BNDES para o segmento, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 6,5 bilhões, para oito mil operações;
- **Siderurgia:** investimentos para ampliação da capacidade na siderurgia brasileira em 9,6 milhões de toneladas/ano, além da adição de cinco milhões de toneladas/ano da Usina Siderúrgica da CSA-ThyssenKrupp). Criação da Linha BNDES Florestal e elevação do limite por cliente do Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PropFlora) para R\$ 300 mil para incentivar a siderurgia a carvão vegetal, que contará com financiamento para projetos de reflorestamento e plantio. Política de atração de investimentos em semiacabados. O desembolso do BNDES para o setor, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 10,8 bilhões, para cerca de 5,1 mil operações; e
- **Mineração:** elaboração de anteprojeto de lei do novo Código de Mineração. Criação de novas empresas em mineração, inclusive com a atração de investidores estrangeiros como a NAMISA e a MMX, além da entrada de novas empresas estrangeiras como a Anglo American, Anglo Ferrous, Mirabela Nickel, dentre outras. O desembolso do BNDES para o setor, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 6,6 bilhões, para 3,6 mil operações.





c) Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas

Os Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas estão em estágios diversos, em decorrência das características inerentes aos segmentos produtivos e da experiência pregressa na implantação de programas correlatos no âmbito do Governo. Além disso, as medidas relacionadas a projetos de infraestrutura ou projetos de pesquisa e desenvolvimento têm longo prazo de maturação, o que interfere na identificação de resultados nesta fase de implementação da PDP.

- **Biotecnologia:** aprovados no âmbito do fundo setorial de Biotecnologia com destaque para a Bioescala (implantação de estruturas e apoio para escalonamento de produtos e processos biotecnológicos) e a Rede GENOPROT (Rede integrada de estudos genômicos e proteômicos). Adicionalmente, em 2010 foram obtidos os seguintes resultados: coordenação e participação do setor privado e do Governo na divulgação de biotecnologia brasileira para o mundo no maior evento do segmento, a BIO2010 em Chicago (EUA); missão à Cingapura, com o propósito de avaliar o sistema de inovação e o desenvolvimento tecnológico em Biotecnologia da Saúde Humana; realização do II Enconit-Biotec em Belo Horizonte, que contou com a participação de aproximadamente 150 empresários do setor durante os três dias de evento;
- **Complexo Industrial da Defesa:** apoiados 25 projetos estratégicos, no âmbito da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Desse total, seis foram escolhidos como projetos-piloto para implementação da fase de industrialização. São eles: Míssil Ar-Ar A-Darter; Fibra Carbono de Alto Desempenho; Viatura Blindada para Transporte de Pessoal; Laboratório de Microondas de Potência; Radares de vigilância aérea SABER; e Sistemas Inerciais para Aplicação Aeroespacial. O desembolso do BNDES para o complexo, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 42,5 milhões, para 127 operações;
- **Nanotecnologia:** foram selecionados oito institutos nacionais de nanotecnologia (Edital nº 15/2008 MCT/CNPQ/FNDCT/CAPES/FAPEMIG/FAPERJ/FAPESP – Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia), com atuação nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Foi realizada seleção pública de propostas para apoio a atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores em nanotecnologia;
- **Nuclear:** foi licitada a exploração conjunta da Mina Santa Quitéria e formada a parceria INB-Galvani. O investimento previsto é de R\$ 600 milhões a serem aportados pela Galvani para construção de planta de beneficiamento de fosfato, que deverá gerar como subproduto 1.500t/ano de concentrado de urânio. Foram aprovados a construção do Laboratório Nacional de Fusão Nuclear (LNF) e o projeto do reator multipropósito;
- **Saúde:** foram realizadas nove parcerias entre o setor público e setor privado para o desenvolvimento tecnológico de 14 produtos, num montante de R\$ 650 milhões e iniciado projeto de verticalização da produção de antirretrovirais (FINEP/MCT e MS – R\$ 45 milhões). O desembolso do BNDES para o setor, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 1,7 bilhão, para 1,8 mil operações; e
- **Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC):** inaugurada unidade de produção da CEITEC S.A., empresa pública de produção de semicondutores (componentes microeletrônicos); consolidação de empresas brasileiras no setor de Software, Totvs, por exemplo; 425 Municípios com sinal da TV Digital terrestre, alcançando cerca de 90 milhões de habitantes em 20,3 milhões de famílias em dezembro de 2010. O desembolso do BNDES para o setor, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 11,6 bilhões, para 14,2 mil operações.





d) Programa Destaques Estratégicos

O Programa Destaques Estratégicos trata de questões fundamentais ao desenvolvimento da indústria e ao País, perpassando diversos complexos produtivos. Foram estabelecidas iniciativas para as seis dimensões desse Programa, com destaque para:

- Integração Produtiva com a América Latina e o Caribe: criado o Programa de Integração Produtiva (PIP) e o Fundo Mercosul de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas para viabilizar o acesso de pequenas empresas ao crédito bancário e promover maior integração econômica na Região;
- Integração com a África: cooperação com Angola, Libéria, Mali e Moçambique para apoio técnico ao desenvolvimento industrial destes países, com a geração de oportunidades de negócios;
- Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPEs): regulamentado o consórcio simples de exportação para MPEs e da fiscalização orientadora; expansão do acesso ao crédito e ao financiamento, com ampliação das linhas do Cartão BNDES, do FCO Empresarial e do fomento às MPEs dos bancos oficiais, além da criação do Fundo de Garantia de Operações (FGO), pelo Banco do Brasil, e do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), pelo BNDES; extensão do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) às micro, pequenas e médias empresas. Além disso, o ano de 2010 correspondeu à consolidação das atividades do Projeto de Apoio à Inserção Internacional de PME's brasileiras (PAIIPME), maior programa de cooperação técnica internacional do Brasil e uma das iniciativas mais importantes que a União Europeia possui com países latino-americanos. O PAIIPME conta com a parceria de 29 instituições brasileiras, públicas e privadas, e com um orçamento global de 44 milhões de euros. Ao todo, são 33 projetos desenvolvidos por entidades parceiras locais, regionais e nacionais, públicas e privadas. Foram realizados mais de 2.660 dias de Assistência Técnica Internacional, com alcance em todos os Estados brasileiros. As ações de formação e de intercâmbios, iniciadas no terceiro trimestre de 2008, somaram em torno de 60 missões técnicas realizadas no Brasil e nos países da União Europeia. O desembolso do BNDES para MPEs, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 42,2 bilhões, para 741 mil operações;
- Regionalização: reformulado o Programa de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE); criado o Fundo Nordeste – fundo de investimento em empresas emergentes; executada a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais; ampliado o financiamento a microempreendedores; instalados 19 Núcleos Estaduais e criado o RENAPI (Rede Nacional de Agentes de Política Industrial) para apoio à implantação da PDP. O desembolso do BNDES para as Regiões Norte e Nordeste, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 71 bilhões, para 173 mil operações;
- Produção Sustentável: divulgação e ampliação do debate sobre os benefícios da utilização de sistemas de aquecedores solares residenciais, levando à inclusão desse equipamento como item financiável do programa Minha Casa, Minha Vida em suas unidades. O desembolso do BNDES para a produção sustentável, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 321 milhões, para 120 operações; e
- Exportações: instituição de procedimento especial para o ressarcimento de créditos tributários da contribuição para o PIS-Pasep, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); aperfeiçoamento e consolidação dos atos normativos aduaneiros; eliminação de restrições nos diferentes regimes de *drawback*, implantação do Siscomex Carga. O desembolso do BNDES para operações de comércio exterior, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 45 bilhões, para 2,8 mil operações.

No âmbito das ações de apoio ao *design* brasileiro, em 2010 o Governo trabalhou na elaboração de proposta e diretrizes, estratégias e ações para compor a Agenda Nacional Institucional do Design para o período 2011-2014. Foi realizada a terceira edição da Bial





Brasileira de Design, em Curitiba (PR) que contou com mais de 250 mil visitantes. Em 2011, os trabalhos vão se concentrar no planejamento da próxima Bienal Brasileira de Design, que será realizada em 2012, em Belo Horizonte.

Em consonância com os compromissos firmados pelo Governo na 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas, em Copenhague, de redução de emissões de gases de efeito estufa, será desenvolvido o Plano Setorial de Redução de Emissões da Siderurgia, bem como o Projeto de Modernização da Produção de Carvão Vegetal no Brasil.

Buscando atender a critérios de diversidade setorial e prioridades de desenvolvimento regional, a atuação em relação a Arranjos Produtivos Locais (APL) priorizou 267 APLs. Em 2011 pretende-se concluir o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão do Conhecimento em APLs, o que permitirá o monitoramento e a gestão dos conhecimentos produzidos pelos APLs, além de promover a interação entre os atores produtivos e institucionais envolvidos.

Como instrumento de integração produtiva, em 2010, o Subgrupo de Trabalho Indústria (SGT 7) do Mercosul priorizou a agenda de cooperação em APLs. Em 2011, junto com a 5ª Conferência Brasileira de APLs, deverá ser realizado o Encontro de *Clusters/APLs* Mercosul e Países Associados. Esses eventos servirão como forma de aprimorar as políticas públicas e estimular o desenvolvimento local, promovendo a troca de informações e de experiências no desenvolvimento das empresas e empreendedores organizados em APLs.

Como incentivo a investimentos, o mecanismo de desoneração do imposto de importação sobre bens de capital não produzidos no Brasil, Ex-Tarifário, no ano de 2010, reduziu a tarifa incidente sobre 1.869 itens de bens de capital e de informática e telecomunicação, com investimentos globais esperados, associados aos projetos, no valor de US\$ 27,1 bilhões.

Em 2010 foram publicadas 55 portarias de Processo Produtivo Básico (PPB), um instrumento de benefícios às empresas que cumprem etapas de produção, para empreendimentos no Polo Industrial de Manaus (PIM) e no restante do País com os incentivos da Lei de Informática. Do número total de portarias, 43 foram relativas a bens industrializados no PIM e 12 para bens de informática.

A Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI) se constitui em uma rede de informações sobre a atividade de investimento no País, com o apoio de parceiros como órgãos estaduais de fomento de investimentos e entidades de classe empresariais. A rede visa a tornar disponíveis estas informações para ampla utilização e consulta por parte de investidores, entidades de fomento do desenvolvimento, órgãos de pesquisa, organismos públicos e agências internacionais, entre outras. Sua criação permitiu uma maior integração e o estabelecimento de uma intensa parceria entre o Governo e seus homólogos na esfera estadual, na sua busca pela implantação de investimentos produtivos.

Como resultado das ações para a promoção de investimento desenvolvidas pela RENA, as informações disponíveis na Internet (<http://investimentos.desenvolvimento.gov.br>), com destaque para o banco de oportunidades de investimento, têm registrado em torno de cinco mil acessos médios mensais, a partir de mais de 120 países. Além do grande volume de acessos originados de empresas brasileiras, os principais países que consultaram as informações da RENA, no período de 2007 a 2010, foram Portugal (28,2%), Itália (9,9%), Japão (9,4%) e México (6,9%).

Em 2010, o Governo Federal trabalhou também para ampliar a qualificação de gestores estaduais para atender potenciais investidores. Em 2011 serão priorizados seminários internacionais e recepções de missões empresariais estrangeiras, com maior ênfase na divulgação das oportunidades de investimento decorrentes da Copa do Mundo FIFA de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

e) Comércio Exterior

A implementação de medidas previstas na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e no PAC, assim como outras iniciativas que

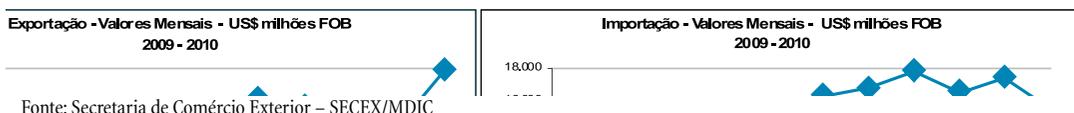




objetivam conferir maior competitividade às exportações brasileiras, são fundamentais para garantir o equilíbrio das contas externas nacionais e a estabilidade econômica. Dentre os desafios que compõem a agenda de trabalho da PDP, o Comitê Executivo de Exportações destacou cinco: i) aumentar a competitividade da base exportadora brasileira; ii) agregar valor às exportações; iii) aumentar a base exportadora, principalmente de pequeno porte; iv) ampliar o acesso a mercados; e v) incrementar as exportações de serviços.

Em 2010, a balança comercial brasileira acumulou exportações no valor de US\$ 201,916 bilhões e importações no valor de US\$ 181,638 bilhões, o que representou um crescimento de 31,98% e de 42,22%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2009. Em 2010, a corrente de comércio totalizou US\$ 383,554 bilhões, um crescimento de 36,63% sobre 2009, apesar de o superávit comercial, US\$ 20,278 bilhões, ter sido 19,77% inferior ao registrado no mesmo período de 2009. No ano, as exportações, as importações e a corrente de comércio registraram recorde histórico.

Balança Comercial Brasileira - 2009/2010



Em 2010, as exportações de manufaturados somaram US\$ 79,563 bilhões, um aumento de 18,14% em relação ao mesmo período do ano anterior; os produtos básicos registraram vendas de US\$ 90,005 bilhões, com crescimento de 45,27%, e os semimanufaturados US\$ 28,207 bilhões, um crescimento 37,60%. O expressivo incremento nas exportações de básicos, em decorrência da recuperação dos preços internacionais de *commodities* agrícolas e minerais, fez com que os produtos manufaturados (39,40% das exportações) deixassem de representar a maior parcela das exportações brasileiras, posição que passou a ser ocupada pelos produtos básicos (44,58%).

Na classificação por segmento, no ano de 2010 o grupo que mais se destacou foi o de minérios metalúrgicos, que exportou US\$ 30,839 bilhões (15,27% do total). Destacaram-se também as exportações de petróleo e derivados, com US\$ 22,890 bilhões (11,34%); material de transporte, com US\$ 21,748 bilhões (10,77%); complexo de soja, com US\$ 17,115 bilhões (8,48%); açúcar e etanol, com US\$ 13,776 bilhões (6,82%); produtos das indústrias químicas, com US\$ 13,477 bilhões (6,67%); carnes, com US\$ 13,292 bilhões (6,58%); produtos metalúrgicos, com US\$ 12,948 bilhões (6,41%); e máquinas e equipamentos mecânicos, com US\$ 8,187 bilhões (4,05%).





Em 2010, os três principais países de destino das exportações foram a China, alcançando o valor de US\$ 30,786 bilhões (15,25%), seguida dos Estados Unidos, com US\$ 19,462 bilhões (9,64%), e Argentina, com US\$ 18,523 (9,17%). Em termos de participação, a Ásia manteve-se como o principal comprador dos produtos brasileiros (27,87%), seguida da América Latina e Caribe (23,77%), União Europeia (21,36%), Estados Unidos (9,64%), Oriente Médio (5,21%), África (4,59%) e Europa Oriental (2,37%). Na Ásia, o destaque foi o expressivo aumento das exportações para a China (46,57%) e o Japão (67,24%).

Em relação às importações brasileiras, por mercados fornecedores, aumentaram, em 2010, as compras de todas as regiões: América Latina e Caribe (35,99%), Estados Unidos (34,99%), Europa Oriental (43,62%), União Europeia (33,87%), Ásia (55,34%), Oriente Médio (48,94%) e África (33,51%). A Ásia continua como a maior fornecedora de bens, respondendo por 30,91% de nossas importações, seguida da União Europeia (21,54%), América Latina e Caribe (17,03%), Estados Unidos (15,00%), África (6,22%), Oriente Médio (2,58%) e Europa Oriental (1,66%). Por países, os Estados Unidos são o principal fornecedor (15,00%), com a China em segundo lugar (14,09%), seguida da Argentina (7,94%), Alemanha (6,91%), Coreia do Sul (4,64%) e Japão (3,84%). Por categoria de uso, os bens de capital responderam por 22,57% das importações, as matérias-primas e produtos intermediários por 46,18%, os combustíveis e lubrificantes por 13,95% e os bens de consumo por 17,29%.

Na área de Financiamento à Exportação, os desembolsos na linha BNDES-Exim, em 2010, excederam R\$ 18 bilhões. Na Linha PROEX, lastreada por recursos do Orçamento Geral da União, foram utilizados mais de R\$ 730 milhões, dos quais cerca de R\$ 683 milhões na modalidade destinada à Financiamento e R\$ 51 milhões na Equalização.

Com o objetivo de inserir as MPEs no Comércio Exterior, o Banco do Brasil implantou, em 2008, projeto de indução a negócios de câmbio e comércio exterior. Em 2010, foram contratados US\$ 2,1 bilhões em câmbio de exportação, sendo US\$ 317 milhões em financiamentos ACC/ACE, e US\$ 3,1 bilhões em câmbio de importação.

A expectativa do comércio exterior brasileiro para 2011 é que acompanhe a tendência de crescimento estimada para o comércio mundial. Projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) sinalizam um acréscimo de 6,3% das exportações mundiais de bens e serviços em relação a 2010; para os países em desenvolvimento, estima-se um aumento de 9%. Convém destacar que as economias em desenvolvimento, no seu conjunto, deverão registrar crescimento do PIB de 6,4%, contra 2,4% das economias avançadas.

Para o aumento das exportações foi instituído o Procedimento Especial para o ressarcimento de créditos tributários da Contribuição para o PIS/PASEP, COFINS e IPI; aperfeiçoado o Regulamento Aduaneiro Brasileiro; consolidados os atos normativos aduaneiros; e eliminadas diversas restrições existentes nos diferentes regimes de *drawback* em dispositivo único para associar os diversos tipos de *drawback*.

Com o objetivo de difundir a cultura exportadora, foram realizadas, em 2010, duas edições regionais dos Encontros de Comércio Exterior (Encomex), em Manaus e Recife. Também foi realizado o Encomex Mercosul, com a presença de representantes de 11 países. Na ocasião foram realizadas mais de 900 rodadas de negócios, com a participação de aproximadamente 1.400 pessoas e 156 empresas. Para o ano de 2011 está prevista a realização de cinco Encontros de Comércio Exterior, sendo quatro edições regionais e um Encomex Mercosul.

Em relação aos treinamentos e cursos sobre comércio exterior, foram realizados 31 eventos em 13 Estados e 17 Municípios, para cerca de setecentas pessoas. Para 2011 está prevista a realização de 54 treinamentos e cursos voltados para agentes de comércio exterior e pequenas empresas. Dentro dos esforços de produção e sistematização de conhecimentos sobre como exportar para grandes mercados, está prevista a produção de conteúdo sobre como exportar para os países árabes e latino-americanos, bem como a incorporação desses conhecimentos nos treinamentos e no material didático.





No âmbito do Projeto Primeira Exportação, que objetiva aumentar a base exportadora brasileira através da inclusão de micro, pequenas e médias empresas no mercado internacional, por meio do acompanhamento sistematizado do processo de internacionalização, houve a revisão de sua metodologia, adaptando-a para atender uma quantidade maior de empresas e triplicar o número de Estados participantes. Nesse sentido, mais seis unidades da Federação firmaram parceria com o Governo: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina e Bahia. No Estado do Espírito Santo, está sendo estruturado um segundo ciclo de acompanhamento de empresas.

Está previsto para o primeiro semestre de 2011 o lançamento da versão 2 do Sistema de Informações de Comércio Exterior (Sistema Aliceweb). Em relação ao sistema Aliceweb-Mercosul, a meta para 2011 é reduzir o prazo de atualização para menos de 30 dias. Também está previsto o lançamento do AliceWeb Internacional, sistema de consulta *on-line* da base de dados do comércio entre o Brasil e seus parceiros comerciais.

No que tange à ferramenta de inteligência comercial, a versão 2 do Radar Comercial será aperfeiçoada em 2011, de modo a melhorar a navegação e simplificar as consultas. Essa versão tem por objetivo auxiliar a seleção de mercados e produtos de maior potencial para as exportações, contribuindo para democratizar as informações de comércio exterior.

Para o Portal Vitrine do Exportador, sítio de promoção de exportadores brasileiros, estão previstas, entre outras ações, a reformulação técnica e visual do sistema, visando a buscar maior interação com o usuário. Em parceria com outros órgãos, está sendo confeccionado o produto em mídia (*pen card*) denominado Fazendo Negócios com o Brasil, nos idiomas português, inglês e espanhol, com o objetivo de divulgar produtos e serviços dos agentes brasileiros atuantes no comércio exterior e na área de investimentos, para distribuição em eventos e missões internacionais, o que trará maior visibilidade das ações e diretrizes do governo.

Quanto à Rede de Centros de Informação de Comércio Exterior (Rede Cícxex), que visa à realização de atendimento presencial ao público de comércio exterior nas regiões abrangidas pelo serviço, para o ano de 2011 está prevista sua ampliação com a implantação de mais dois centros, que se somarão aos sete em funcionamento.

Integra também a política de comércio exterior do Governo o contínuo apoio às negociações internacionais de acordos comerciais. Nesse sentido, em abril de 2010 entrou em vigência o Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Israel.

Além desse, foi assinado em agosto de 2010 o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Egito. Outros acordos comerciais importantes em negociação são o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Europeia e o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a Jordânia.

Em relação à Defesa Comercial, instrumento importante de combate às práticas desleais de comércio, foram iniciadas 40 investigações e encerradas 15, das quais 13 com a aplicação de medidas. Ao final de 2010, havia 44 investigações em curso e 69 medidas de defesa comercial em vigor. Em relação aos exportadores brasileiros, foram atendidos 18 setores cujas exportações foram alvo de investigações *antidumping*, medidas compensatórias e salvaguardas em terceiros países. Para 2011, além das atuais ações de investigação e de apoio ao exportador, o Governo deverá consolidar a atividade de defesa à indústria, a fim de fornecer adequado suporte à indústria doméstica em face das práticas desleais de comércio de terceiros países que não envolvam necessariamente a aplicação de medidas antidumping, compensatórias e de salvaguardas. Tendo em vista a recente regulamentação das regras *anti-circumvention*, prevê-se para 2011 a análise das primeiras petições desta natureza.

Os processos de transferência de linhas de produção para o Brasil tornaram-se mais ágeis e desburocratizados. As regras para a transferência de linhas de produção usadas foram detalhadas pela Portaria SECEX/MDIC nº 10, de 24 de maio de 2010, inclusive





com a definição de roteiro específico para a apresentação de projetos. No que diz respeito aos aspectos operacionais, embora o prazo legalmente definido pela legislação seja de 30 dias para a análise do projeto, o prazo médio de análise tem sido de cinco dias.

Nas ações relativas ao desenvolvimento e melhoria dos sistemas informatizados de operações de comércio exterior, notadamente em relação à evolução dos módulos do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), os avanços também foram significativos. A entrada no ambiente de produção do sistema *Drawback* Integrado, em abril de 2010, representou a continuidade da modernização das ferramentas de comércio exterior e do incentivo às exportações brasileiras. Em maio de 2010, entrou em produção a última versão do sistema *Drawback* Integrado Suspensão, rompendo a última barreira que ainda havia no regime: o *drawback* intermediário. Agora é possível conceder o regime a empresas que fabricam produtos intermediários que serão utilizados por outra indústria na fabricação do produto final que será exportado, tornando o regime mais flexível e abrangente.

Em novembro de 2010 foi lançado o Siscomex Exportação Web. Esse novo sistema, totalmente integrado aos demais módulos do Siscomex, inclusive na etapa aduaneira, irá agilizar o processamento das exportações brasileiras. Com o novo sistema, espera-se um incremento na participação de novas empresas exportadoras e, conseqüentemente, aumento dos valores exportados pelo Brasil. Em 2011, objetiva-se dar continuidade ao aperfeiçoamento do Siscomex, inclusive no desenvolvimento do módulo gerencial que possibilitará a geração de relatórios mais detalhados e em prazos cada vez mais curtos.

Em termos de apoio à promoção comercial é importante salientar o benefício fiscal para os empresários que desejam divulgar seus produtos por meio da participação em feiras ou exposições no exterior, ou mesmo realizando pesquisa para ampliar o conhecimento dos mercados internacionais. Para obtenção do benefício é disponibilizado, via internet, o Sistema de Registro de Informações de Promoção (Sisprom), onde as empresas registram suas operações. No ano de 2009, o número de registros efetivados no Sistema foi de 1.480, e em 2010, 1.763 registros. Em termos de valores remetidos ao exterior, em 2009 foram alcançados R\$ 79 milhões, havendo aumento da ordem de 8%, em 2010.

Com relação a *Offsets*, contrapartidas ou compensações tecnológicas, industriais e comerciais, logrou-se a definição de uma “cláusula de *Offset*”, a ser inserida nos acordos entre o Brasil e os países africanos contemplados no Programa Mais Alimentos África, o que beneficiará as empresas exportadoras brasileiras que poderão aproveitar os créditos de *Offset* gerados por financiamentos concedidos no âmbito do Programa. No escopo do planejamento de ações de competitividade para o ano de 2011, pretende-se consolidar formalmente o Grupo Interministerial para tratamento de questões de *Offset*; ampliar o projeto de Rotulagem Ambiental, cuja proposta de financiamento já está em análise pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e desenvolver parcerias com os órgãos intervenientes.

Em 2010 foram realizadas oito missões empresariais, contemplando cerca de vinte países, com o intuito de fomentar as exportações de empresas brasileiras a novos destinos, em plena consonância com os esforços das demais áreas do Governo para a mitigação dos efeitos da crise internacional no País. No âmbito dessas missões empresariais foram realizados mais de dois mil encontros entre empresários brasileiros e estrangeiros, registrando mais de US\$ 10 milhões em negócios gerados de imediato e a expectativa de US\$ 156 milhões em negócios futuros.

O Brasil tem buscado fortalecer o diálogo institucional com seus parceiros comerciais por meio da criação de mecanismos bilaterais de facilitação de comércio e investimentos, além de estimular a realização de fóruns empresariais com as principais economias do mundo.

No âmbito dos mecanismos bilaterais ocorreram reuniões entre representantes de diversos órgãos relacionados ao comércio exterior – tais como aduanas, autoridades sanitárias, entidades de promoção comercial, entre outras – com o objetivo de simplificar





procedimentos, acelerar processos de reconhecimento mútuo, harmonizar práticas e estatísticas, e adotar outras medidas que influenciam positivamente a fluidez do comércio exterior.

No caso dos fóruns empresariais, formados por representantes do Governo e do setor privado com o objetivo de fortalecer os vínculos econômico-comerciais, houve, em 2010, importantes avanços, como o Acordo para evitar dupla tributação e o Acordo sobre troca de informações tributárias, ambos oriundos de discussões no Fórum de CEOs Brasil-Estados Unidos. Foi anunciada também a criação do Fórum de CEOs Brasil-Reino Unido e realizado grande progresso no Grupo de Alto Nível Brasil-França, sobretudo nas áreas de formação técnico-profissional; pesquisa e desenvolvimento; transferência de tecnologia; financiamento a projetos; cooperação na África e atração de investimentos.

Destaca-se também, em 2010, a participação brasileira na Exposição Universal de Xangai – Expo-Xangai 2010. O Brasil participou do evento com um Pavilhão de 2.000 m² que apresentou ao público, por meio de audiovisual interativo, um País diverso e pujante. A participação na Expo contemplou ainda uma ampla agenda cultural, com shows periódicos; uma agenda institucional, com reuniões de delegações brasileiras e chinesas em busca de novas oportunidades; uma agenda de negócios, envolvendo promoção comercial, atração de investimentos e divulgação de roteiros turísticos; além de uma agenda temática, cobrindo discussões técnicas sobre o tema da Expo: “Cidade melhor, vida melhor”.

O Pavilhão do Brasil registrou um público de 2,63 milhões de visitantes, configurando-se como a maior participação já promovida pelo País num evento desse porte, tanto em número de visitantes quanto em ações promovidas. A agenda de negócios, que contou com 1.574 participantes, incluiu encontros entre empresários brasileiros e chineses, seminários de apresentação de oportunidades de investimentos e de promoção de produtos agrícolas, rodada de negócios, *workshops* com operadores de turismo, atividades promocionais de imagem com formadores de opinião, entre outras ações.

Para os mercados tradicionais, a estratégia empregada deverá continuar pautada, principalmente, no fortalecimento da imagem do Brasil como um mercado atrativo aos investimentos estrangeiros e exportador de produtos de alta qualidade.

As estratégias de promoção comercial deverão buscar ainda o fortalecimento da exportação de serviços brasileiros, sobretudo a países em desenvolvimento, além de dar enfoque prioritário à promoção de exportações de micro e pequenas empresas, de modo a difundir a cultura exportadora e a gerar postos de trabalho no País, bem como estabelecer ações especializadas de incentivo à promoção das exportações de empresas instaladas nas regiões de menor desenvolvimento econômico do Brasil.

Relativamente às Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs), destaca-se a aprovação de 10 novas ZPEs em 2010: Suape (PE), Assú (RN), Macaíba (RN), Pecém (CE), Boa Vista (RR), Aracruz (ES), Bataguassu (MS), Fernandópolis (SP), Senador Guiomard (AC) e Parnaíba (PI). Essas ZPEs irão se somar às 17 criadas entre 1988 e 1994, e que também deverão entrar em operação em 2011. Para que isso seja possível, várias providências serão necessárias, como coordenar as ações de promoção e divulgação do programa de ZPEs no Brasil e adequar o Siscomex ao regime das ZPEs.

f) Inovação Tecnológica

Um dos objetivos do Governo é melhorar a qualidade e o nível de inovação no Brasil, de forma a promover o desenvolvimento dos diversos sistemas produtivos, por meio de práticas inovadoras.

No âmbito do Comitê Brasileiro de Regulamentação (CBR), órgão assessor do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial (Inmetro), o Governo atuou na elaboração e adoção do Plano de Implementação do Guia de Boas Práticas de Regulamentação





(GBPR), instrumento que fornece orientações para a implementação de regulamentos técnicos, com o propósito de contribuir para a melhoria e o aperfeiçoamento das práticas regulamentadoras no País.

No que tange às ações relativas ao Comitê Brasileiro de Normalização, o Governo participou da formulação da Estratégia Brasileira de Normalização (EBN), que tem o objetivo de coordenar os esforços e potencializar o envolvimento e comprometimento dos diferentes atores do Governo e da sociedade, com a eficácia da normalização técnica brasileira.

A atração de centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para o Brasil envolve a participação de uma série de empresas parceiras no projeto, além de fornecedores e clientes. Essas empresas, geralmente de menor porte, têm a oportunidade de se internacionalizar, ao prestar serviços em nível global. Nesse sentido, o Governo tem auxiliado as filiais brasileiras de multinacionais a montarem uma Proposta Brasil e, assim, competirem com outros países na atração de Centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) para o País. Para tanto, foram realizadas rodadas de *match-making*, nas quais nove Estados apresentaram suas propostas de atração para instalação de centros da *IBM*, *Dupont*, *Ericsson* e *Whirlpool*.

Em 2010, diversas missões foram organizadas pelo governo relacionadas à inovação, das quais destacam-se: missão empresarial à Argentina, com o objetivo de implementar os acordos de cooperação firmados no tocante às ações de parceria industrial, em especial a área de *software*; missão empresarial ao Uruguai, com o objetivo de propor um conjunto de ofertas e investimentos tendo em vista a possibilidade de adesão daquele país ao sistema ISDB-t; missões de divulgação na África, em países como Botsuana, Moçambique, Quênia, Tanzânia e África do Sul. Como resultado dessas ações, o sistema nipo-brasileiro de TV Digital alcançou, ao final de 2010, uma população estimada em 550 milhões de pessoas, com expectativas de ampliação da cobertura, sobretudo em países da América Central e África.

Quanto aos projetos de subvenção, o impacto é significativo, com mais de 20 setores da indústria atendidos, mais de 15 mil horas de consultorias e capacitações para PME's, mais de seis mil pessoas treinadas em exportação e internacionalização, 87 feiras e missões nacionais e internacionais, mais de 60 parcerias nacionais e internacionais estabelecidas entre os beneficiários das ações e instituições/empresas europeias, sendo cinco *joint-ventures*.

g) Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

O Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) objetiva promover padrões de eficiência energética aos eletrodomésticos brasileiros, com a racionalização do uso de energia elétrica e derivados de petróleo e gás. Até 2010, o PBE desenvolveu 30 projetos, tornando o Brasil o país com maior programa de etiquetagem do mundo, desde a linha branca de eletrodomésticos até as energias renováveis, passando pela energia elétrica e por outros combustíveis utilizados em fogões e aquecedores a gás e automóveis, e mais recentemente, de edificações. Em 2010 foi concluído estudo de avaliação dos impactos do PBE, especificamente com relação ao programa de refrigeradores. O resultado indicou economia da ordem de R\$ 11,1 bilhões nas contas de energia elétrica dos consumidores desde sua implantação, em 1984, até 2010.

Na área de biocombustíveis, o Brasil tem liderança mundial em metrologia. Foi concluído o Projeto Biorema, que adotou padrões de medição de bioetanol e biodiesel (soja e gordura animal), desenvolvidos em parceria pelo Inmetro e o *National Institute of Standards and Technology (NIST/USA)*, e possibilitou, ainda, o desenvolvimento de Material de Referência Certificado (MRC) de biodiesel de colza, por parte da União Europeia. Esses materiais servem de ferramenta para facilitar a comercialização do biocombustível no mundo e eliminar eventuais barreiras técnicas às exportações brasileiras.

Em conjunto com uma montadora nacional, o governo desenvolveu um motor para trator movido a óleo vegetal puro que, ao ser





acoplado a um gerador, fornecerá energia elétrica a pequenas comunidades em regiões rurais. O projeto também envolve pesquisa de sementes mais adequadas para a produção do óleo vegetal, em substituição do diesel, e que poderá ser de fabricação caseira. Os primeiros protótipos do motor deverão estar disponíveis para a indústria até o fim de 2011. O motor terá capacidade de geração de 5 a 15 kVA, podendo abastecer um pequeno grupo de seis a oito famílias, dependendo da demanda de cada uma. O óleo vegetal puro é mais barato e menos poluente e o litro de fabricação própria pode custar, em média, R\$ 0,70, muito abaixo do diesel, que está em torno de R\$ 2,00. A redução de gases poluentes (CO, NOx, SOx) pode chegar a 20% e, no tocante à emissão global de gases que aumentam o efeito estufa, pode chegar a 100% em relação às provocadas pelo diesel. O equipamento para a produção caseira do óleo também está sendo testado pelo Inmetro.

O Governo vem ampliando sua capacidade de verificação de cronotacógrafos, com o objetivo de aumentar a segurança nas estradas e vias urbanas. A capacidade de atendimento do Governo passou de 374 para 869 postos, em 2010, com previsão de atingir 1.130 postos, no final de 2011.

Em parceria com a Petrobras, foram inaugurados dois laboratórios que vão garantir rastreabilidade às medições de fluidos, com mais agilidade e redução de custos para a indústria nacional. O Laboratório de Vazão de Líquidos e o Laboratório de Velocidade de Fluidos irão garantir maior confiabilidade aos sistemas de calibração de medidores de vazão de líquidos e gás, no abastecimento doméstico, produção de bebidas, fármacos, estudos oceânicos e plataformas de petróleo do Pré-Sal. Para 2011, o Governo irá trabalhar para consolidar a metrologia em dinâmica de fluidos, visando a aumentar a confiabilidade nas medições de vazão de água, petróleo, gás e biocombustíveis, desde a produção até a distribuição.

No ano de 2010 foi lançado o primeiro Material de Referência Certificado (MRC) brasileiro de fármacos, para o Captopril, um fármaco amplamente utilizado no tratamento da hipertensão arterial, e para o Diclofenato. A continuidade deste projeto envolve MRC de Metronidazol, um fármaco muito utilizado no tratamento da giardíase, amebíase e tricomoníase. Paralelamente ao desenvolvimento de MRCs, está sendo estruturado um laboratório de fármacos, para a realização das análises necessárias.

Em 2010, o governo iniciou a construção do Centro Brasileiro de Material Biológico (CBMB), um conjunto de laboratórios para a manutenção de linhagens de microrganismos (bactérias, fungos filamentosos e leveduras) e de células animais, além de funcionar como uma instituição para o depósito de material biológico para fins de patentes. Em 2010, no Laboratório de Biotecnologia, foi estudado o processo de produção do etanol a partir do bagaço de cana-de-açúcar e o uso de novos microrganismos isolados de sistemas biológicos eficientes na degradação. Foi desenvolvido o padrão de bagaço de cana-de-açúcar para celulases, que está em fase de patenteamento.

O Governo continuou o trabalho de inspeção dos ônibus escolares ao saírem da fábrica, objetivando garantir segurança e qualidade no transporte dos estudantes da educação básica da zona rural, das redes estaduais e municipais, inclusive de cadeirantes. Desde o seu lançamento, em 2007, 2.700 Municípios aderiram ao programa e efetuaram a compra de mais de 6.000 ônibus escolares (4.800 inspecionados), estimando-se que mais de 220.000 alunos foram beneficiados.

O Programa Nacional de Metrologia Forense, lançado em 2010, objetiva capacitar recursos humanos com sólido conhecimento multidisciplinar, para atuação na análise de evidências oriundas de eventos criminosos, utilizando metodologia científica. Foram também desenvolvidos procedimentos para a provisão de padrões e materiais de referência na área de metrologia biológica, realizando estudos de medição de moléculas de DNA, sendo um primeiro resultado o padrão Metrológico de DNA de Cinetoplasto.

Em 2010, os Programas de Avaliação da Conformidade para Equipamentos de Proteção Individual (EPI), contemplaram: luvas isolantes de borracha; peças semifaciais filtrantes para partículas; capacetes de segurança para uso na indústria; prensas mecânicas





excêntricas e calçados de segurança, proteção e ocupacional contra riscos elétricos e eletrostáticos.

Foram também firmados acordos com a finalidade de efetuar testes de conformidade aos princípios das Boas Práticas de Laboratório (BPL), com ênfase ao segmento de agrotóxicos, seus componentes e afins. O objetivo é garantir que os laboratórios nacionais conduzam testes com rastreabilidade, integridade e qualidade, que garantam resultados confiáveis, a fim de subsidiar os órgãos reguladores nas avaliações para fins de registro de produtos químicos, com ênfase em produtos agrotóxicos.

Foi implementado o Programa de Avaliação da Conformidade para o Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32), com o propósito de reduzir a poluição de veículos a diesel. Este é um fluido necessário no uso da tecnologia de Redução Catalítica Seletiva, injetado no sistema de escapamento para reduzir quimicamente as emissões de óxido nitroso de veículos movidos a diesel.

Em parceria com o BNDES foram incluídos no catálogo de produtos contemplados pelo Cartão BNDES os serviços de certificação, inspeção, ensaios e calibração, realizados por organismos e laboratórios acreditados pelo Inmetro. Desta forma, busca-se estimular a competitividade das micro, pequenas e médias empresas brasileiras, por meio da melhoria de seus produtos e processos, além de beneficiá-las com a certificação e reconhecimento do atendimento aos padrões internacionais.

Em 2011, com o intuito de identificar e priorizar os produtos que serão objeto de desenvolvimento de programas de avaliação da conformidade, no período 2012-2015, o Inmetro fará a revisão do Plano de Ação Quadrienal. O processo de revisão utiliza uma metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), que assegura a efetiva participação da sociedade no processo de identificação e priorização das demandas. Na revisão será dado foco ao levantamento de demandas por programas de avaliação da conformidade advindas da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Para 2011, ainda estão previstas as seguintes atividades na área de metrologia e qualidade industrial: i) consolidar a metrologia em telecomunicações e realizar, nas maiores cidades do Brasil, testes de Rádio Digital, para subsidiar a escolha do Sistema Brasileiro de Rádio Digital; ii) realizar avaliação dos sistemas de acesso em banda larga, fixo e móvel, para subsidiar o estabelecimento de programas de qualidade do serviço prestado; iii) ampliar o processo de certificação de medidores inteligentes de energia (*smart grid*), para promover maior concorrência no mercado de medidores e contribuir para a implantação de redes de distribuição de energia “inteligentes”, permitindo novos modelos de negócios, como a venda pré-paga de energia elétrica; iv) desenvolver e implementar uma base de dados única para a atividade de acreditação, visando ao aprimoramento da disseminação das informações, ao aumento da eficiência do processo e, conseqüentemente, à redução dos prazos de acreditação, além da tramitação de processos totalmente em meio eletrônico; v) implantar, de forma assistida, programas de avaliação da conformidade; vi) instituir o Registro de Objetos nos programas de avaliação da conformidade já implementados; e vii) disponibilizar Sistema Informatizado para os fornecedores de produtos, processos e serviços, certificados ou declarados, reduzindo assim o tempo de obtenção da autorização para o uso do Selo de Identificação da Conformidade.

h) Propriedade Industrial

O desafio enfrentado pelo Governo, no amparo à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), foi reconfigurar e imprimir agilidade aos processos de concessão de direitos sobre marcas, patentes, desenhos industriais, programas de computador, circuitos integrados e indicações geográficas e, simultaneamente, assegurar e expandir a qualidade dos exames que realiza. A reforma estrutural implantada do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), implementada a partir da Lei nº 12.274, de 24 de junho de 2010, foi fundamental para a melhoria da gestão e para tornar o funcionamento institucional adequado às demandas da sociedade por serviços eficientes e seguros.





Na área de marcas, o uso de ferramentas de tecnologia da informação já mostrou seus resultados. Em dezembro de 2010, às vésperas de completar quatro anos, o sistema e-Marcas, que permite o depósito via Internet, chegou a 70,3% do total de solicitações de marcas no período. E o resultado vem crescendo, com a meta de dispensar completamente o papel. Em 2010, com o processo totalmente eletrônico, a produtividade cresceu e os prazos caíram. Os pedidos de marcas estão sendo decididos num prazo entre um ano e meio e dois anos, compatível com os prazos exigidos nos tratados internacionais e conforme a prática dos melhores e mais importantes institutos oficiais de exame e registro de marcas de outros países ou regiões.

A área de patentes permite outra boa apreciação dos resultados já alcançados. Após a contratação de examinadores qualificados, as concessões de patentes passaram de 1.855 para 3.153, em 2009, e 3.620, em 2010.

O sistema e-Patentes, para depósito e processamento dos pedidos em meio eletrônico foi desenvolvido a partir dos *softwares* do Escritório Europeu de Patentes (EPO, na sigla em inglês). Dispensando completamente a movimentação de papel, o sistema, que entrou em teste em dezembro de 2010, estará totalmente implantado até o terceiro trimestre de 2011. Ele facilitará tanto a ação do usuário, que poderá fazer as solicitações, acompanhar o andamento e atender as exigências, via Internet, quanto otimizará o fluxo do trabalho de exame dentro do INPI. O objetivo perseguido é a emissão de parecer inicial sobre a viabilidade da patente em não mais do que seis meses, contados a partir do pedido de exame. A concessão ou arquivamento definitivo dos pedidos inviáveis deverá estar finalizada cerca de 18 meses a partir da mesma data.

O Governo consolidou, em 2010, os processos de trabalho necessários para operar, em escala, os serviços de autoridade internacional do sistema de Patentes. Tais serviços incluem busca internacional e exame preliminar da viabilidade de patentes, para envio às demais autoridades nacionais ou regionais responsáveis pela concessão de patentes no mundo. O sistema alcança não apenas brasileiros, mas também cidadãos e empresas de países de língua inglesa ou espanhola, ou que aceitem documentos grafados nesses idiomas em seus procedimentos patentários.

Nos outros serviços, a demanda crescente foi acompanhada pelas mudanças de gestão e processamento para garantir qualidade e agilidade. O pedido de registro de *software*, que desde 2009 pode ser feito com o código-fonte em CD, terá uma base de dados na Internet e, no futuro, chegará também ao depósito via Internet, assim como é o projeto para Desenho Industrial, Indicação Geográfica e averbação de contratos.

No caso de Indicação Geográfica, em 2010 chegou-se ao recorde de 14 solicitações, revelando o interesse crescente por essa natureza peculiar de sinal distintivo, que permite destacar e promover as qualidades comuns aos produtos de uma determinada região ou localidade, beneficiando produtores de todos os portes.

O trabalho de disseminação da propriedade intelectual teve um papel fundamental em 2010, com a capacitação de 2.581 pessoas, provenientes de todas as regiões do Brasil. Entre os participantes destes programas estão os gestores de tecnologia em empresas, instituições de pesquisa e universidades que possuem seus Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs).

O lançamento do Programa de Propriedade Intelectual para Inovação na Indústria, em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), levou o tema para empresários de diversos campos econômicos.

A conscientização foi acompanhada da busca de segurança jurídica, outra medida importante para estimular investimentos. Um dos principais pontos de controvérsia judicial, o prazo de validade das patentes pipeline, obteve em 2010 uma série de decisões convergentes. Entre os casos mais conhecidos estavam os julgamentos das patentes de medicamentos como o Lípitor e o Viagra, sempre reafirmando o prazo concedido pelo Governo.





No campo internacional, o Governo vem atuando fortemente na cooperação Sul- Sul para desenvolver um sistema de propriedade intelectual que permita o desenvolvimento de todas as nações e facilite a inserção competitiva de cidadãos em todas as nações. Tais propostas se materializaram na Agenda do Desenvolvimento assumida pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), tendo sido desenvolvidas diversas ações no ano de 2010.

Foi concluída a primeira fase da integração dos escritórios sul-americanos de marcas e patentes, com a formação do comitê gestor do Sistema de Cooperação Regional em Propriedade Intelectual. Com isso, os países membros disporão de um portal na Internet para acesso à base de dados que reúne as informações dos países, que permitirá o acesso dos cidadãos de cada nação ao sistema de Propriedade Intelectual (PI) das demais nações participantes, ao mesmo tempo em que sedimenta as bases para a maior cooperação em exames substantivos de marcas e patentes.

A cooperação com os países africanos, consolidada em reunião realizada com 13 países daquele continente, em Salvador (BA), será implementada com as seguintes atividades: adaptação de conteúdo informativo sobre as nações africanas; realização de cursos e ações de capacitação; e a discussão sobre exame de patentes.

A promoção da proteção da inovação brasileira no mercado norte-americano foi objeto de grande atenção, em 2010. Foram realizados encontros, em parceria com o Escritório Americano de Patentes e Marcas (USPTO, na sigla em Inglês), contribuindo para ampliar os direitos de PI obtidos por brasileiros nos Estados Unidos da América, que passaram de menos de 200, em 2005, para mais de 500, em 2010.

i) Comércio e Serviços

Com o objetivo de resgatar da informalidade milhões de pequenos empreendedores, a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, criou a base para uma nova figura jurídica, o Microempreendedor Individual (MEI). Trata-se de um esforço de simplificação dos procedimentos de regularização da atividade econômica exercida no País por aqueles que tenham faturamento anual máximo de R\$ 36.000,00. A inscrição do MEI é realizada, desde 1º de julho de 2009, através do Portal do Empreendedor, simplificando e viabilizando o registro totalmente eletrônico do empreendedor. Até dezembro de 2010, 750.482 empreendedores foram registrados. O Portal do Empreendedor se configura na primeira etapa para a concretização da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). As metas para a execução da Redesim em 2011 são: conectar à rede 30% dos Municípios; implantar o integrador estadual em sete Estados; integrar, em pelo menos um Estado, cartórios de registro civil e pessoa jurídica à Redesim; concluir a digitalização de documentos arquivados pelas Juntas Comerciais; e concluir o desenvolvimento do Portal do Registro de Empresários e Sociedades.

Ainda no âmbito da Redesim, o Sistema Gerenciador de Imagem (Gerimagem) permite a visualização dos documentos digitalizados relativos ao processo de abertura, alteração e baixa de empresários e de pessoas jurídicas. Em 2010, o sistema foi implantado em 17 Juntas Comerciais. Foi desenvolvida ainda a segunda versão desse sistema, com mais segurança, incorporando a tecnologia de certificação digital para assinatura das imagens digitalizadas, cuja implantação dar-se-á em 2011. Também em 2010 foi publicada a versão 2.2.0 do SPED-Contábil, sistema que permite às Juntas Comerciais receberem pela Internet livros mercantis digitais para autenticação, substituindo a escrituração em papel pela Escrituração Contábil Digital (ECD). Até dezembro de 2010 foram recebidos pelo sistema 238.231 livros mercantis digitais para autenticação. Para 2011, estima-se que as Juntas Comerciais recebam 250.000 livros digitais para autenticação.

No campo de ação da PDP para o Complexo de Serviços foram realizadas importantes ações em 2010, com destaque para:

- Conclusão do desenvolvimento dos relatórios gerenciais e operacionais do Módulo Venda (Exportação) do Sistema Integrado de





Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzem Variações no Patrimônio (Siscoserv). Em 2011 será concluído o desenvolvimento do Módulo Aquisição (Importação) do aplicativo;

- Elaboração da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS);
- Entrada em produção do Módulo Serviços do Sisprom: por meio desse sistema eletrônico, as operações de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa de valores a residentes ou domiciliados no exterior, relativas a despesas com promoção de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior, são beneficiadas com redução a zero da alíquota do Imposto de Renda (IR). Estão contempladas neste módulo as despesas decorrentes da participação, no exterior, em feiras, exposições e eventos semelhantes, propaganda realizada no âmbito desses eventos, bem como a realização de pesquisa de mercado no exterior;
- Definição dos serviços elegíveis ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex): publicação da Portaria MDIC nº 208, de 20 de outubro de 2010, que especifica 70 modalidades de serviços vinculados à engenharia de pequeno porte, mineração, extração de petróleo e gás, programas em tecnologia da informação, consultoria, *telemarketing*, jurídico, produção audiovisual, propaganda, apresentação e promoção de atuações artísticas, passíveis de serem amparados pelo Proex, com o objetivo de tornar os serviços brasileiros mais competitivos no exterior; e
- Identificação de ações a serem desenvolvidas pelo Governo e pela iniciativa privada visando a oportunidades geradas pelos eventos esportivos que serão realizados no Brasil, como, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Para 2011 prevê-se a promoção do varejo nacional e a criação do selo de qualidade para identificação de estabelecimentos preparados para o atendimento ao público esperado nesses eventos.

j) Microempresas e Artesanato Brasileiro

Visando a fomentar a expansão do crédito, o Comitê Temático Investimento e Financiamento, do Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPEs), dará continuidade em 2011 à interlocução com os bancos oficiais com vistas à: i) redução das taxas das operações de crédito realizadas com MPEs e com Programas do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE/BNB); ii) simplificação normativa; iii) ampliação da abrangência do Cartão BNDES; vi) disseminação do Programa de Capitalização das Cooperativas de Crédito (PROCAPCRED/ BNDES); e vii) consolidação dos fundos garantidores de risco de crédito. Cabe destacar que, em 2010, estimulou-se a ampliação da adesão das MPEs ao Fundo de Garantia de Operações (FGO) e ao Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) e promoveu-se a regulamentação do Custo Efetivo Total para MPEs, por meio da Publicação da Resolução BACEN 3.909/2010.

O Comitê Temático Tecnologia e Inovação trabalhará, em 2011, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, os Estados, os Fóruns Regionais, as entidades de classe, as universidades, o Sistema S e parceiros estaduais, em ações para minimizar as dificuldades das MPEs no acesso aos Programas de Tecnologia e Inovação. Cabe destacar neste contexto a necessidade de regulamentação do art. 65, inciso II, § 4º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que trata da redução a zero da alíquota de tributos incidentes sobre equipamentos, máquinas, acessórios e peças adquiridas por MPEs que atuem no setor de Inovação.

O Comitê Temático Compras Governamentais vem buscando ampliar a participação de MPEs em pregões e licitações públicas, no âmbito três esferas de Governo, bem como o acesso às linhas de crédito para essas operações.

Até dezembro de 2010, as ações de capacitação desenvolvidas pelo Comitê Temático Rede de Disseminação, Informação e Capacitação do Fórum, em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), os Fóruns Regionais e o Instituto Nor-





deste Cidadania (INEC/BNB) alcançaram 1.379 empresários de MPEs e gestores públicos. Em 2011 serão priorizadas capacitações em gestão, inovação, crédito e compras governamentais, por meio de parcerias com entidades de renomado conhecimento técnico e gerencial em sua área de competência e atuantes no segmento de MPEs, com vistas à consolidação de um plano nacional de capacitação. Para tanto, o Comitê está elaborando uma grade de curso para MPEs, que será composta pelas matrizes educacionais das 81 entidades que o compõem.

Em relação ao Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), composto por ações com forte impacto nas comunidades, elaborou-se o Plano Nacional de Capacitação (PNC), que contempla a capacitação de coordenadores, técnicos, multiplicadores, artesãos e lideranças do setor, nas áreas de maior concentração da produção artesanal. Em parceria com as Coordenações Estaduais do Artesanato e o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília foram realizadas, em 2010, atividades de capacitação em nove Estados, para cerca de 250 artesãos.

Na implantação de políticas públicas para o setor artesanal, destaca-se, ainda, a operacionalização do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), concebido com o objetivo de formar uma base de dados sobre o setor artesanal a partir do cadastramento de artesãos. Além de constituir-se em uma ferramenta para a inclusão de novos cadastros, o SICAB foi desenvolvido de forma a possibilitar a migração das bases de dados já existentes nos Estados. Atualmente, 60 mil artesãos estão cadastrados no Sistema.

Para 2011 estão previstas a regulamentação da instalação do Fórum do Artesanato Brasileiro (FOPAB), a implantação do processo de Certificação do Produto Artesanal, o aperfeiçoamento do SICAB e elaboração da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), para o segmento do artesanato.

k) Desenvolvimento Regional da Amazônia

A política para desenvolvimento regional da Amazônia Ocidental visa a implementar um modelo regional de desenvolvimento econômico e social que utilize de forma sustentável os recursos naturais, assegurando viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais. O Governo contribui para a ampliação da produção econômica da Região por meio de sua política de desenvolvimento regional, com geração de emprego e renda e atração de capital e tecnologia, expandindo o dinamismo econômico do Polo Industrial de Manaus (PIM) e gerando resultados significativos na Região, em consonância com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

A Zona Franca de Manaus (ZFM) é um modelo de desenvolvimento regional administrado pelo Governo, cuja finalidade é criar uma dinâmica econômica no interior da Amazônia Ocidental como parte de um projeto do governo para integrar a Região ao restante do País. Dos três polos econômicos que compreendem a ZFM, o Polo Industrial de Manaus (PIM) é considerado a base de sustentação do modelo, e atualmente abriga mais de 500 indústrias de alta tecnologia que geram mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos. O Polo Agropecuário abriga projetos dentre os quais se destacam os voltados às atividades de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo e beneficiamento de madeira. O Polo Comercial, cuja predominância ocorreu entre 1967 a 1975, período considerado a primeira fase do modelo, apesar da perda de participação relativa, foi responsável por aproximadamente 30% dos empregos na região em 2010.

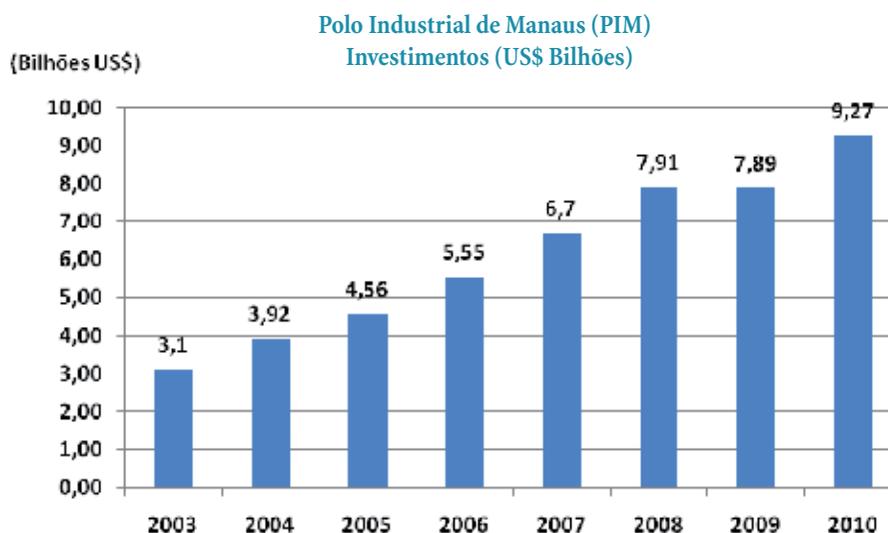
A política de atração de investimentos consiste na identificação e divulgação das vantagens comparativas para atração de investimentos na região, de forma a promover o desenvolvimento socioeconômico da ZFM, da Amazônia Ocidental e de outras áreas sob sua jurisdição. Neste sentido, em 2010 foram aprovados 256 projetos industriais e de serviços, dos quais 104 se referem a novos projetos de implantação e 152 são concernentes a projetos já existentes de diversificação, ampliação e atualização. A execução des-





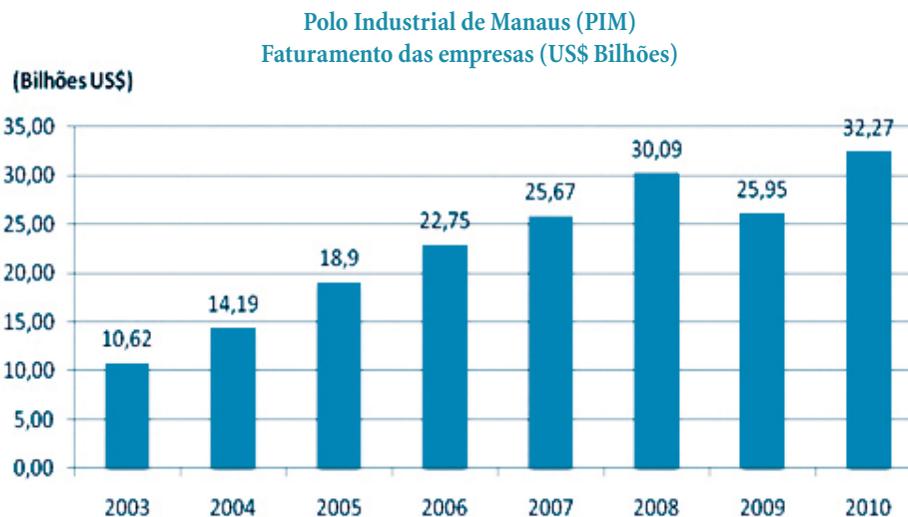
ses projetos proporcionará a geração de 6.452 novos postos de trabalho, investimentos equivalentes a US\$ 4,5 bilhões e exportações num montante estimado de US\$ 196 milhões.

O PIM abrigava, até dezembro de 2010, cerca 530 unidades fabris em operação e 2.014 projetos em acompanhamento, perfazendo investimentos de US\$ 9,27 bilhões que geram cerca de 103 mil empregos diretos, 400 mil empregos indiretos e R\$ 9,5 bilhões em arrecadação de tributos federais.



Fonte: Suframa

Destacam-se, ainda, os seguintes resultados alcançados em 2010: faturamento de US\$ 32,27 bilhões e exportações de US\$ 966 milhões. Os cinco principais produtos exportados foram: terminais portáteis de telefonia celular, concentrados para elaboração de bebidas, motocicletas com motores de 125 a 250 cilindradas, aparelhos de barbear não elétricos e receptores e decodificadores de sinal digital de vídeo.



Fonte: Suframa

Foi assinado, em 2010, memorando de entendimento entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e o Instituto Italiano para o Comércio Exterior (ICE), visando a incrementar o intercâmbio comercial entre os Estados da área de atuação da Suframa





com a Itália. As diversas parcerias empreendidas deverão reforçar as ações bilaterais direcionadas à promoção comercial e à capacitação institucional e empresarial ampliando as oportunidades de negócios a partir do aproveitamento das potencialidades regionais.

O Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) conta atualmente com aproximadamente 90% de sua infraestrutura física e tecnológica em funcionamento. Em termos de unidades componentes, todas são dotadas de modernas instalações e equipamentos atualizados. Dentre os principais resultados obtidos em 2010, destacam-se: realização de 1.600 análises na prestação de serviços tecnológicos a entidades e firmas de pesquisa; e desenvolvimento de nove projetos nas áreas de bioterápicos, cosméticos, alimentos, energia, bioprospecção e flores tropicais ornamentais.

Em 2010, no âmbito das atividades desenvolvidas pelo CBA, continuou-se a implementação das ações previstas para estruturação do Centro, tais como: aquisição, instalação e operacionalização de equipamentos; alocação de pessoal técnico para pesquisa e desenvolvimento; capacitação e treinamento de pessoal; aquisição de materiais de uso nos laboratórios; estabelecimento de diretrizes, procedimentos e processos para o funcionamento do Centro; estudos exploratórios para o desenvolvimento de produtos e processos baseados na potencial biodiversidade da Amazônia; e preparação para acreditação dos serviços de laboratórios (ensaios) junto ao Inmetro, entre outras.

Adicionalmente está em andamento um conjunto de iniciativas com os seguintes focos: produção de corantes naturais baseados em plantas amazônicas para fins cosméticos e alimentícios; desenvolvimento de processos e produtos secos (liofilizados ou secos por *spray dryer*) a partir de frutas amazônicas para o mercado de nutracêuticos e de bebidas funcionais; e desenvolvimento de fitomedicamentos e dermocosméticos a partir da biodiversidade amazônica.

Está previsto para 2011 o início das obras do Parque Tecnológico do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de Manaus (CT-PIM). O CT-PIM atuará na promoção da geração, domínio e aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos avançados, especialmente nas áreas de microeletrônica, microsistemas e nanotecnologia, visando a contribuir para a consolidação e o fortalecimento do ambiente tecnológico do Polo Industrial de Manaus (PIM).

Para 2011, ainda estão previstas as seguintes ações: concluir o processo de definição do modelo de gestão definitiva do CBA; continuar a implantação do projeto piloto de revitalização das Áreas de Livre Comércio; manter acordos firmados para a capacitação de pesquisadores na área de tecnologia; criar um fundo para o desenvolvimento da área de jurisdição da Suframa a partir da Taxa de Serviços Administrativos (TSA); intensificar o papel da Suframa na governança do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação; propor realização de concurso público para recomposição do quadro funcional da autarquia; e definir área para construção de infraestrutura para o novo distrito industrial.

2. Agronegócio

A agricultura brasileira avançou em 2010 com novos recordes na produção de alimentos e nas exportações. Para a safra 2010/2011, estima-se que serão colhidas 149 milhões de toneladas de grãos e cereais. O setor tem aproveitado as boas oportunidades geradas pelo crescente mercado interno e conquistado novos mercados no exterior. Atualmente a produção brasileira de alimentos e de outros produtos agrícolas já chega ao mercado consumidor de 214 países. Em 2010 as exportações do agronegócio alcançaram US\$ 76,4 bilhões.

Tal resultado é fruto dos investimentos e do trabalho obstinado dos produtores rurais, apoiados por políticas e ações consistentes do Governo, que têm promovido o crescimento econômico do setor, com responsabilidade social e respeito ao meio ambiente.

Nos últimos anos, além da elevação dos investimentos públicos em pesquisa e tecnologia – essenciais para a manutenção e o





avanço da competitividade e da sustentabilidade da agropecuária nacional – destacam-se também a significativa ampliação dos recursos disponibilizados para o crédito rural oficial e para o apoio à comercialização; a melhoria das políticas de gestão de risco rural; o aperfeiçoamento da defesa agropecuária e o fortalecimento e integração das cadeias produtivas.

O apoio governamental à produção agropecuária tem sido decisivo. Em oito anos, o volume de recursos destinados à agricultura empresarial cresceu 187%, evoluindo de R\$ 24,7 bilhões em 2003, para R\$ 100 bilhões em 2010.

Ao mesmo tempo em que fomenta a pesquisa científica e amplia o crédito disponível ao agricultor, o Governo aperfeiçoa e fortalece os instrumentos de gestão de risco à produção, especialmente o seguro rural. Em 26 de agosto de 2010 foi sancionada a Lei Complementar nº 137, que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural – o Fundo de Catástrofe do Seguro Rural. Quando da regulamentação da Lei, prevista para 2011, será editado Decreto autorizando a União a participar como cotista do fundo, com investimentos da ordem de R\$ 4 bilhões, dos quais R\$ 2 bilhões imediatamente após a autorização governamental.

Para facilitar o aproveitamento das crescentes oportunidades que se abrem ao setor agropecuário nos mercados interno e externo, as ações governamentais voltam-se cada vez mais para o atendimento das exigências do consumidor relativas a práticas sustentáveis de produção. Neste sentido, destaca-se o lançamento, em 2010, do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que tem por objetivo fomentar a utilização de boas práticas de produção agropecuária, promover a recuperação de áreas degradadas e reduzir a emissão de gases de efeito estufa. As ações do programa impulsionarão a produtividade e a sustentabilidade econômica do setor, com impactos positivos para a natureza e as condições de vida no planeta.

a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização

a.1) Crédito Rural

Apoiar o médio produtor, o cooperativismo e estimular o desenvolvimento sustentável da agropecuária, incentivando especialmente a agricultura de baixo carbono e as boas práticas agrícolas e pecuárias são as principais proposições do Plano Agrícola e Pecuário (PAP 2010/2011).

Para a Safra 2010/2011 foi disponibilizado um volume recorde de recursos da ordem de R\$ 100 bilhões para a agricultura empresarial, valor 8% superior ao da safra anterior. Deste valor, R\$ 75,6 bilhões destinam-se a custeio e comercialização (com 80,29% dos recursos disponibilizados a juros controlados), R\$ 18 bilhões aos programas de investimento e R\$ 6,4 bilhões às linhas especiais, tais como: financiamento à estocagem de álcool e o Programa de Sustentação do Investimento – Bens de Capital (PSI-BK). O Plano também prevê a aplicação de R\$ 16 bilhões destinados à Agricultura Familiar e R\$ 2 bilhões para o Programa Agricultura de Baixo Carbono.

Dentre as prioridades do PAP 2010/2011 encontram-se a continuidade do incentivo ao médio produtor rural, com disponibilização de mais recursos para viabilizar a produção, e o fortalecimento do setor cooperativista agropecuário, visando a incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas.

a.2) Apoio à Comercialização

O Governo vem executando ações que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas, a organização da base produtiva e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento,



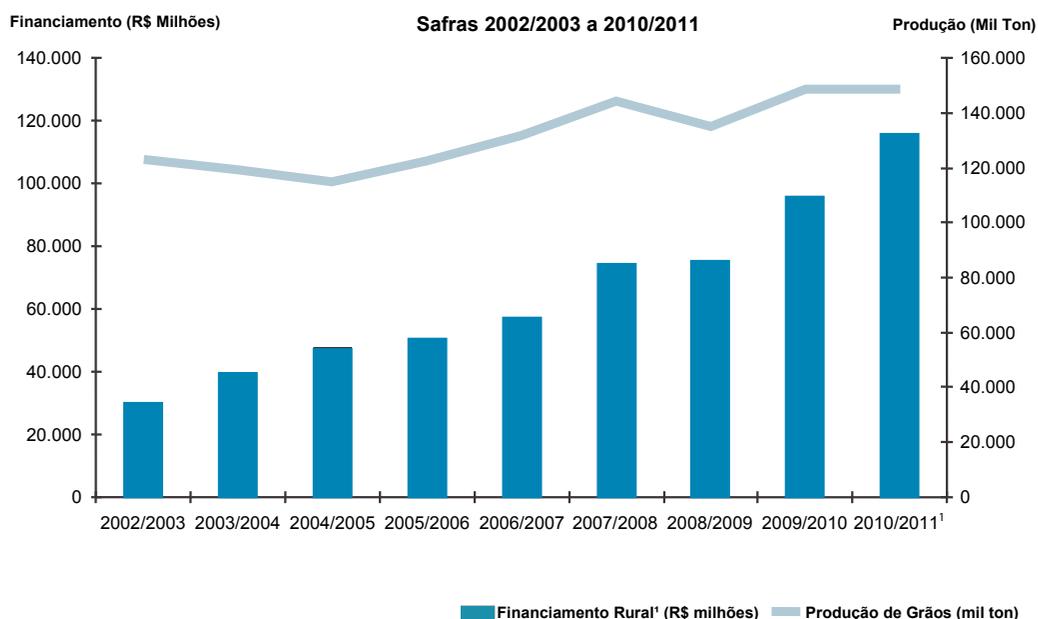


além da formação e manutenção de estoques de produtos agropecuários para regularidade do abastecimento interno, visando ao equilíbrio de preços ao consumidor.

A política governamental de apoio à comercialização tem objetivado otimizar a eficiência na aplicação dos recursos públicos. Para a comercialização de arroz, algodão, café, feijão, leite de vaca, milho, sisal, sorgo, trigo e vinho – utilizando-se os instrumentos públicos de Contratos de Opção, Prêmio ao Escoamento de Produto (PEP), Prêmios de Risco para o Lançamento de Opções Privadas (PROP), Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO) e Aquisição do Governo Federal (AGF) – foram alocados em 2010 R\$ 1,5 bilhão para aquisição de 15,7 milhões de toneladas de produtos. A totalidade das operações por meio do PEPRO alcançou o patamar de R\$ 76,3 milhões, com a negociação de 875,1 mil toneladas de produtos. As operações com o PEP alcançaram R\$ 1,1 bilhão, movimentando 14,1 milhões de toneladas de produtos e as aquisições do Governo Federal (AGF) atingiram 709 mil toneladas com desembolso de R\$ 309,2 milhões.

Em 2011 a previsão é de utilizar o montante de R\$ 5,2 bilhões para apoio e incentivo à comercialização, priorizando os instrumentos de equalização de preços, o que possibilitará a movimentação de até 22 milhões de toneladas de produtos agrícolas. Ressalta-se ainda que as Aquisições do Governo Federal (AGF) serão realizadas em regiões mais afastadas, visando assim a beneficiar pequenos produtores com dificuldades de participar dos leilões públicos.

Evolução do Crédito Rural e do Volume da Safra em Grãos



a.3) Apoio à Cafeicultura

As liberações de linhas de crédito para financiamento ao produtor de café foram intensificadas, com a alocação de R\$ 2,088 bilhões oriundos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), sendo: R\$ 313 milhões para custeio; R\$ 262 milhões para colheita; R\$ 1,050 bilhão para estocagem; R\$ 463 milhões destinados ao Financiamento para Aquisição de Café (FAC), nos termos da Resolução CMN nº 3.903, de setembro de 2010. Os preços mínimos do café da safra 2010/2011 foram mantidos em relação aos valores da safra anterior: R\$ 261,69 a saca de 60 quilos para o café arábica e R\$ 156,57 para o café robusta.





O Governo também criou uma linha de crédito de R\$ 50 milhões do Funcafé, destinada ao financiamento de margens de garantia e de ajustes diários em operações de vendas futuras, realizadas por bolsas de mercadorias e de futuros, amparados na Resolução CMN nº 3.898, de agosto de 2010, que funciona como mecanismo de proteção de preços negociados em bolsas de mercadorias por produtores e cooperativas.

A safra de café colhida em 2010 alcançou 48,1 milhões de sacas de 60 kg. As exportações do produto tiveram o melhor resultado dos últimos anos e representaram 7,5% de todas as exportações do agronegócio, com ingresso de divisas da ordem de US\$ 5,8 bilhões, equivalente a cerca de 33,5 milhões de sacas vendidas. Destaca-se que os principais destinos das exportações brasileiras de café verde foram Alemanha, Estados Unidos, Itália, Japão e Bélgica.

Em 2011 serão priorizadas as ações de desenvolvimento de pesquisas agrônômicas de café; levantamento de safra; estoques privados e custos de produção; qualificação da mão de obra; conservação de estoques; publicidade e promoção dos Cafés do Brasil no País e no exterior, com recursos da ordem de R\$ 45 milhões e planejamento e execução dos financiamentos ao setor cafeeiro por meio da liberação de recursos de R\$ 2,5 bilhões em operações de crédito para custeio, colheita, estocagem e FAC, entre outros instrumentos de política agrícola.

b) Gerenciamento de Riscos Climáticos

b.1) Zoneamento Agroclimático

A coleta e a divulgação das informações meteorológicas possibilitam o monitoramento e o zoneamento agroclimático, nas ações de previsão de safras, fornecimento de informações diretamente aos agricultores e aos agentes financeiros, e adoção de medidas preventivas para a diminuição dos riscos potenciais na agricultura e minimização de perdas. A rede meteorológica dispõe de 940 estações, das quais 540 automáticas e 400 convencionais, além de 12 estações de rádio sondagem.

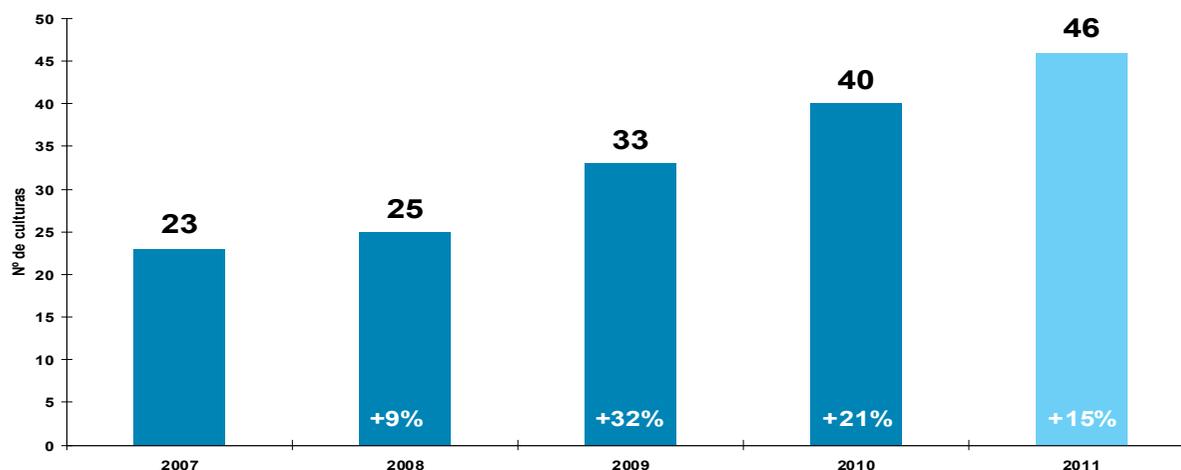
As ações de gestão e minimização de risco foram fortalecidas com a introdução de novas tecnologias, que contribuem para a diminuição de perdas de safras. Nesse sentido, o Zoneamento Agropecuário de Risco Climático indica as épocas mais adequadas de plantio para as principais culturas, de forma a minimizar os riscos de perdas ocasionadas por eventos climáticos adversos nas fases mais sensíveis das lavouras. Os estudos de zoneamentos agrícolas de risco climático contemplam um total de 40 culturas, sendo 15 de ciclo anual (abacaxi, algodão, amendoim, arroz, canola, cevada, feijão phaseolus, feijão caupi, gergelim, girassol, milho, soja, sorgo e trigo) e 24 culturas permanentes (açai, ameixa, banana, cacau, café, caju, cana, citros, coco, dendê, eucalipto, maçã, mamão, mamona, mandioca, maracujá, nectarina, palma forrageira, pera, pêssego, pimenta-do-reino, pinus, pupunha e uva), além do zoneamento para o consórcio entre milho e braquiária, distribuídas em 24 unidades da Federação. Em 2010 foram divulgados pela primeira vez os zoneamentos para as culturas de açai, citros, gergelim, palma forrageira, pimenta-do-reino e pupunha.

Foram elaborados no período mais de 377 estudos de zoneamento, sendo publicadas 459 portarias. Em 2011 deverão ser divulgados, pela primeira vez, os zoneamentos para as culturas de aveia, goiaba, manga, melancia, sisal e borracha natural (seringa). Outras culturas já contempladas com zoneamentos, como abacaxi e citros, serão objeto do mencionado estudo em novas unidades da Federação. Tem sido priorizada a divulgação de zoneamentos de novas culturas com potencial para produção de biocombustíveis, como amendoim, canola, dendê, girassol e mamona, em consonância com o Plano Nacional de Agroenergia, assim como para culturas de interesse regional, como espécies frutíferas, em atendimento às demandas originárias da agricultura familiar.





Evolução do Zoneamento Agrícola de Risco Climático 2007 a 2011



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

b.2) Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural

A política da subvenção econômica ao Prêmio do Seguro Rural avançou em seu objetivo de universalização do acesso ao seguro rural privado pelos produtores rurais. A utilização do seguro rural na gestão dos riscos que afetam as atividades agropecuárias induz ao uso de tecnologias adequadas, promovendo a modernização da condução dos empreendimentos rurais, e tem contribuído para a redução da inadimplência do setor junto aos agentes financeiros e fornecedores de insumos agropecuários. O programa de subvenção contempla seguros rurais nas modalidades agrícola, pecuária, florestal e aquícola. A modalidade agrícola abrange 76 culturas, cujos percentuais de subvenção situam-se na faixa de 40% a 70% do valor do prêmio do seguro, até o limite de R\$ 96 mil. As demais culturas são beneficiadas com percentual de subvenção de 30%, até o limite de R\$ 32 mil.

O Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural (PSR) beneficiou, em 2010, cerca de 72 mil produtores rurais com a contratação de 92 mil apólices, garantindo capitais da ordem de R\$ 12,3 bilhões. Para sua consecução foram alocados recursos no montante de R\$ 328,7 milhões

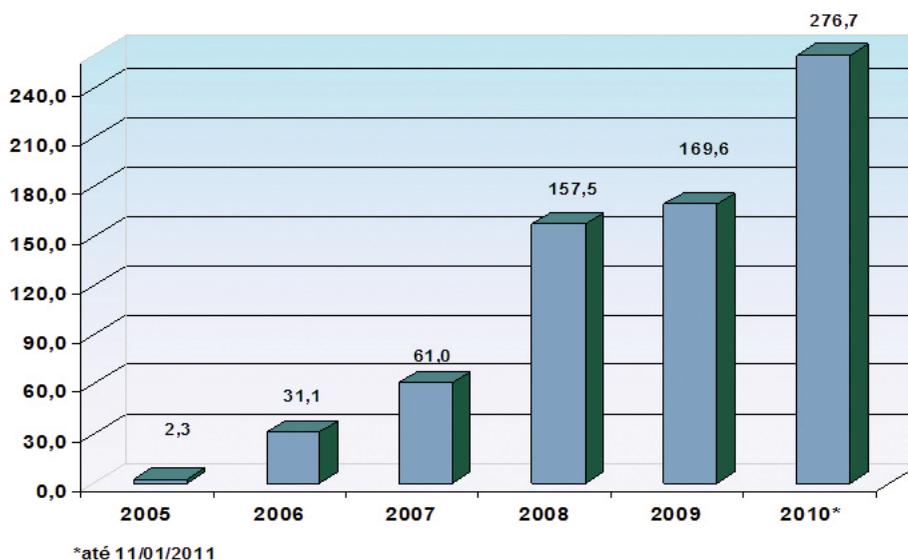
A instituição do Fundo de Catástrofe, autorizado pela Lei Complementar nº 137, de 2010, atendeu a uma antiga reivindicação do setor securitário. A regulamentação permitirá às seguradoras e resseguradoras adquirir cobertura suplementar para suas carteiras de seguro rural, a ser utilizada no pagamento de indenizações decorrentes de eventos climáticos mais severos. A medida proporcionará ampliação da oferta de produtos de seguro rural no mercado, contribuindo para a diminuição do valor dos prêmios.

Para 2011, a perspectiva é manter o benefício para o mesmo número de culturas, utilizando-se idênticos percentuais de subvenção e, se possível, alcançar o mesmo número de beneficiários e capitais garantidos.





Evolução da Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural
2005 a 2010



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
*Até 10/01/2011

c) Defesa Agropecuária

A eficiência da ação governamental na defesa agropecuária tem sido fundamental na manutenção da inocuidade e segurança alimentar da população e nos ganhos de produtividade e competitividade do agronegócio no mercado internacional.

c.1) Ações de Saúde Animal

As ações da área de sanidade animal têm por objetivo proteger a produção nacional, garantir a qualidade sanitária dos produtos brasileiros e assegurar a manutenção e ampliação das exportações de animais vivos e de produtos de origem animal.

Dentre os diversos Programas em execução, destacam-se o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa; o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose; o Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias; o Programa Nacional de Sanidade Avícola; o Programa Nacional de Sanidade Suídea; o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos; o Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos, e o Programa Nacional de Sanidade Apícola.

A febre aftosa não é registrada no País desde abril de 2006. O Brasil conta com o reconhecimento internacional, pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), de zona livre de febre aftosa com e sem vacinação em 16 unidades da Federação e em parte do território de dois outros Estados brasileiros (Amazonas e Pará). As áreas livres de aftosa, compreendidas em aproximadamente 5 milhões km², detêm uma população de aproximadamente 180 milhões de bovinos e 29 milhões de suínos (90% do rebanho nacional). O Governo tem intensificado as campanhas semestrais de vacinação contra a doença, o que permitiu a imunização de aproximadamente 151 milhões de bovinos e bubalinos no primeiro semestre de 2010. A área não reconhecida como livre de febre aftosa – os Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e parte do Estado do Pará – classificada nacionalmente como de risco médio prepara-se para pleitear o reconhecimento de área livre da doença, com vacinação.

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal teve um grande avanço com a certificação de





128 propriedades, além de 2.821 estabelecimentos rurais em processo de certificação.

A Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), conhecida como “doença da vaca louca”, continua exótica no Brasil. As medidas de mitigação de risco adotadas no País podem impedir a propagação da doença, na eventualidade de sua ocorrência. Foi pleiteada à OIE a classificação do Brasil como País de “risco negligenciável” para a doença.

Foram intensificadas as ações de controle das doenças na produção avícola, por regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de risco de contaminação pelo vírus da influenza aviária e da doença de *Newcastle*. Ampliou-se também o controle da peste suína clássica, com a manutenção de 50% da área territorial considerada livre da doença, concentrando aproximadamente 54% das propriedades, 81% do rebanho de suíno nacional e 93% das indústrias de produtos derivados de suínos.

Em 2011 será concluído o plano de trabalho com objetivo de erradicar a febre aftosa em todos os Estados das Regiões Norte e Nordeste, tornando o Brasil livre da doença, e será feita a revisão do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA). Nesta área também será buscada a reclassificação da categoria de risco de encefalopatia espongiforme bovina da população bovina do Brasil junto à OIE para “risco insignificante” e o fortalecimento dos serviços veterinários nacionais, capacitando-os para suas funções de proteção do rebanho brasileiro e de certificação sanitária. Na área avícola continuará mantida a ênfase aos processos de prevenção e manutenção do País sem casos da doença de *Newcastle* e livre da gripe aviária de alta patogenicidade.

c.2) Sanidade Vegetal

As ações para controle e erradicação das pragas dos vegetais permitiram a manutenção de diversas áreas livres no País. Algumas ações de controle de pragas merecem destaque:

- Mosca da carambola: manutenção das ações de controle no Estado do Amapá, resultando em contenção da praga. Garantia do status de Livre de *Bactrocera carambolae* das demais 26 unidades federativas, o que resulta na garantia das exportações no agronegócio da fruticultura e na qualidade de produtos no mercado interno. O estabelecimento da praga no Brasil levaria a perdas diretas e indiretas de aproximadamente US\$ 150 milhões anuais no setor da fruticultura;
- Cancro cítrico: continua o apoio à campanha de erradicação, resultando na diminuição do nível de contaminação nas áreas com ocorrência da doença, aumento de produção e continuidade da exportação de frutas frescas para a União Europeia e outras áreas. A medida preserva também produtores de frutas de todo o Brasil, em especial os Estados da Bahia e de Sergipe, que são, depois de São Paulo, os maiores produtores de citros do País;
- Greening: a praga permanece restrita aos Estados de São Paulo e Paraná e aos três focos localizados em Minas Gerais. Intensa campanha de divulgação para erradicação de plantas doentes e utilização de mudas saudáveis foi realizada;
- Lagarta da macieira: ações nas áreas urbanas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, incluindo a erradicação no Município de Bom Jesus (RS), permitiram praticamente a eliminação da *Cydia pomonella* do País, preservando o agronegócio de maçã, que envolve cerca de 50 mil empregos diretos. A expectativa é a erradicação da praga no País, em 2012;
- Sigatoka negra: manutenção do sistema de manejo de risco, propiciando o acesso de quatorze Estados ao mercado nacional e internacional da banana;
- Mosca das cucurbitáceas: manutenção de áreas livres nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, e de sistema de mitigação de





risco da praga nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo, possibilitando a exportação de cucurbitáceas para os Estados Unidos, Argentina e Uruguai; e

- Mofo azul do tabaco: reconhecimento do Estado da Bahia como área livre do mofo azul, permitindo a exportação de tabaco produzido na Bahia para a China.

A estruturação permanente de barreiras fitossanitárias nos pontos de ingresso de produtos vegetais é de fundamental importância para prevenção da entrada de pragas quarentenárias no País. A introdução de uma nova praga pode acarretar perda de mercado, custos sociais e econômicos, além dos danos ambientais e à saúde humana pela necessidade de uso de agrotóxicos para combater seu avanço no território e danos aos cultivos.

c.3) Qualidade de Insumos e Produtos Agropecuários

A atuação governamental na normatização das boas práticas de produção, nos padrões referentes aos aspectos higiênicos-sanitários, tecnológicos e das avaliações de risco e identificação das características dos produtos têm permitido a disponibilização de alimentos seguros para os mercados interno e externo.

Os sistemas de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal e as fiscalizações de insumos agrícolas e pecuários foram ampliados, alcançando um leque maior de produtos monitorados no mercado interno.

A inspeção de produtos de origem animal teve como atuação relevante as ações de combate à fraude, especialmente em carne de aves, pescado e em leite. No período foram realizadas 1.656 supervisões em estabelecimentos com a coleta de 28.478 amostras para análise, das quais 92% apresentaram índice de conformidade adequado.

A inspeção de produtos de origem vegetal foi intensificada com a regulamentação do Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007, o que permitiu maior eficiência nas ações de fiscalização, com maior quantidade de coleta de amostra de produtos para análise, resultando em um índice de conformidade de 72%.

Na área dos insumos pecuários buscou-se a modernização do processo de fiscalização e redução da burocracia do setor, com a desregulamentação do registro de algumas categorias de produtos. Houve intensificação das atividades de controle dos agrotóxicos, com a realização de 26 mil fiscalizações, além do registro de 93 novas marcas no mercado nacional. Ampliaram-se as ações de fiscalização dos produtos destinados à alimentação animal, dos medicamentos e vacinas de uso veterinário e do material genético animal. Além de verificar o atendimento das boas práticas de fabricação, a fiscalização teve como objetivo assegurar a conformidade e inocuidade dos insumos pecuários disponibilizados no comércio, incluindo aqueles de maior importância para a execução dos programas nacionais de controle e erradicação de algumas doenças animais – febre aftosa, brucelose, tuberculose e raiva dos herbívoros, além de diversas doenças aviárias. Ressalta-se também o monitoramento da presença de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte importante do programa de prevenção da EEB, além do monitoramento de substâncias potencialmente perigosas que podem ser incluídas na cadeia alimentar.

Houve continuidade na expansão do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC/Animal) para os estabelecimentos abastecedores do mercado interno controlados pelo Serviço de Inspeção Federal, ampliando a segurança dos produtos comercializados no País. No período foram coletadas aproximadamente 20 mil amostras nos diversos setores produtivos (bovino, aves, suíno, equino, leite, mel, ovos e pescado). Na área vegetal foram ampliadas as atuações com agregação de 25 novos produtos que fazem parte da dieta do consumidor brasileiro, assim como da pauta de produtos destinados ao mercado





internacional. Fazem parte desta ampliação, entre outros, alho, café, feijão, laranja, pimentão, soja e trigo, compondo a lista dos produtos monitorados.

c.4) Sistema Laboratorial e Vigilância Internacional

A rede de laboratórios é composta por seis unidades próprias localizadas em Campinas (SP), Pedro Leopoldo (MG), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Belém (PA) e Goiânia (GO), além da rede credenciada constituída por entidades públicas e privadas. Em 2010 foram realizadas 24,7 milhões de análises laboratoriais de produtos de origem animal e vegetal.

A vigilância agropecuária internacional tem fortalecido suas ações de fiscalização do trânsito internacional, em portos, aeroportos e fronteiras, com a modernização dos procedimentos de acompanhamento das importações e exportações de animais vivos, produtos de origem animal e vegetal e insumos agropecuários, com objetivo de prevenir o ingresso de pragas vegetais e agentes etiológicos de doenças. Ressalta-se, ainda, a implementação do Sistema de Informações Gerenciais da Vigilância Agropecuária Internacional (SIGVIG), cujo objetivo é informatizar os procedimentos técnicos e operacionais, permitindo maior agilidade no tratamento das importações e exportações de insumos e produtos agropecuários.

c.5) Programa Mais Ciência, Mais Tecnologia

Um esforço importante da defesa agropecuária está relacionado à geração de tecnologias e novas metodologias de controle sanitário, fitossanitário e de verificação de conformidades em insumos agropecuários e na certificação zoofitossanitária

Neste contexto, foi firmada parceria do MAPA com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o objetivo de aprimorar as ações de defesa agropecuária, nas áreas de saúde animal, sanidade vegetal, qualidade e inocuidade de produtos de origem animal e vegetal e dos insumos agropecuários. Até 2011 serão transferidos cerca de R\$ 105 milhões para o CNPq, dos quais já foram aportados R\$ 68,8 milhões para o apoio a 374 projetos, que proporcionarão maior suporte técnico e científico à defesa agropecuária no Brasil. A parceria visa a incentivar a participação da comunidade científica em temas de interesse do agronegócio, assim como aproximar as universidades e institutos de pesquisa dos reais desafios para o crescimento sustentável da agricultura e da pecuária brasileiras.

d) Fomento e Organização da Produção

Os sistemas de produção sustentável foram fortalecidos com ênfase na expansão do sistema integrado de produção agropecuária e na recuperação das áreas degradadas.

Houve avanço no apoio à utilização de práticas e sistemas conservacionistas de produção, tais como o Plantio Florestal Comercial, o Plantio Direto na Palha (PD), a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), a Recuperação de Áreas Produtivas Degradadas, a Produção Orgânica, o Sistema Agropecuário de Produção Integrada, entre outros.

O programa de Produção Integrada (PI-Brasil) encontra-se implantado em 15 Estados, com 32 projetos-piloto e contemplando 31 cadeias produtivas. Estão sendo implantados 16 novos projetos de produção integrada em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que abrangerão as cadeias produtivas da cana-de-açúcar, milho, hortaliças folhosas, entre outras, com o propósito de elevar os padrões de qualidade e competitividade dos produtos. Em 2011 serão mantidos os projetos vigentes e implementados cinco novos projetos abrangendo diferentes cadeias produtivas.





As atividades voltadas à agroecologia e sistemas orgânicos de produção – definidas no Decreto nº 6.913, de 23 de julho de 2009, que estabelece os procedimentos para o registro dos produtos fitossanitários com uso aprovado para agricultura orgânica – pautaram-se na priorização do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e controle social em venda direta.

Na área de proteção de cultivares foram reconhecidas 183 novas variedades de plantas, totalizando 1.665 cultivares protegidas por direito de propriedade intelectual no País, atraindo novos investimentos para o setor.

O MAPA apoiou o reconhecimento de produtos notórios do agronegócio como Indicação Geográfica, com o desenvolvimento de 44 projetos de fomento em 20 Estados. Foram desenvolvidos trabalhos de organização e capacitação direta da base de produtores, delimitação de áreas geográficas, elaboração de regulamentos de uso, orientação sobre sanidade e qualidade dos produtos, além da organização de estratégias de controle pós-registro dos produtos com Indicação Geográfica.

Em 2011 as ações serão ampliadas, passando a fomentar outros sinais distintivos para os produtos agropecuários, como as Marcas Coletivas e as Marcas de Certificação, além de Indicações Geográficas, com consequente ampliação do rol de produtos a serem trabalhados.

e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio

e.1) Negociações Internacionais Bilaterais e Multilaterais

Após resolução da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2009, que penalizou os Estados Unidos pelo subsídio ao algodão, as negociações bilaterais permitiram chegar a bom termo, com a obrigatoriedade de os EUA, até a aprovação da nova lei agrícola americana (*Farm Bill* 2012), transferir US\$ 147 milhões por ano para um fundo direcionado ao setor cotonicultor brasileiro. Para geri-lo foi criado o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), cujo Conselho Gestor é composto por membros do Governo e do setor privado.

No que se refere às negociações de temas sanitários e fitossanitários, destacam-se os resultados obtidos nas negociações com Turquia, África do Sul, São Vicente e Granadinas, Marrocos, Chile, México, Peru, Índia, Azerbaijão, Malásia, China, Honduras, EUA, Argentina, Egito, Bielorrússia, Uruguai, Croácia, Argélia, Omã e Paraguai, que resultaram na ampliação do acesso a mercados para produtos agropecuários brasileiros, tais como as carnes bovina, suína e de aves *in natura*, com ou sem osso, carnes termoprocessadas, produtos lácteos, animais vivos, material genético, mel e gelatina.

Como fato relevante em 2010, ressalta-se a publicação do Regulamento Final, pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, que possibilitará as exportações de suínos e ruminantes vivos e de produtos e subprodutos de origem suína, bovina e ovina, oriundos do Estado de Santa Catarina.

As negociações com o Egito permitiram a assinatura de acordo que isentou de tarifas alfandegárias 95% das exportações brasileiras àquele país e 99% das importações efetuadas pelo Brasil. Semelhante acordo está sendo negociado com a Jordânia.

e.2) Promoção Comercial do Agronegócio

No ano de 2010 foi mantida a estratégia de promover as exportações via diversificação de mercados. Foram realizadas ações comerciais nos Emirados Árabes Unidos, Cingapura, Taiwan, África do Sul, Arábia Saudita, Estados Unidos, França, Chile, China, Espanha, Argélia e Egito.

Para 2011, o calendário preliminar de ações de promoção internacional do agronegócio prevê trabalhos nos seguintes merca-





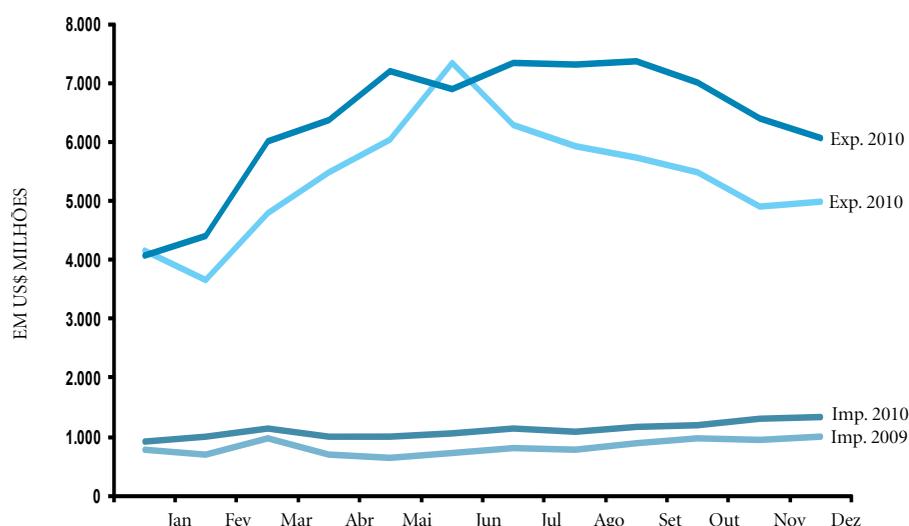
dos: Japão, Taiwan, Rússia, China, África do Sul, Estados Unidos, Alemanha, França, Bélgica e Emirados Árabes Unidos, sendo prioritárias ações de imagem que agreguem valor aos produtos brasileiros em mercados de referência como Europa, EUA e Japão.

e.3) Designação dos Adidos Agrícolas

Em 2009 foi autorizada a criação do cargo de adido agrícola. Após a seleção foram designados, em março de 2010, por ato do Presidente da República, oito adidos que iniciaram suas atividades nas embaixadas brasileiras da Argentina, Estados Unidos, África do Sul, China, Rússia e Japão, além da Delegação do Brasil junto à OMC e Missão do Brasil junto à União Europeia. Espera-se que a presença dos adidos junto às missões diplomáticas brasileiras possa agregar informações técnicas especializadas, quando das negociações internacionais.

e.4) Desempenho Exportador do Agronegócio

Balança Comercial do Agronegócio
Evolução Mensal das Exportações e Importações 2009 e 2010



Fonte: AgroStat Brasil a partir dos dados da SECEX/MDIC
Elaboração: MAPA/SRI/DPI

Em 2010, as exportações do agronegócio cresceram 18% em relação a 2009, totalizando US\$ 76,4 bilhões, representando 37,9% da totalidade das exportações brasileiras. A expansão resultou de aumento de 14,6% nos preços e 3,4% no *quantum*. As importações apresentaram crescimento de 35,2%, totalizando US\$ 13,39 bilhões em 2010. O superávit da balança comercial do agronegócio alcançou US\$ 63,05 bilhões, contribuindo significativamente para a manutenção do superávit da balança comercial do País que totalizou US\$ 20,32 bilhões.

No que se refere aos mercados de destino das exportações do agronegócio, os destaques em 2010 são a consolidação da Ásia como principal destino e o crescimento das exportações para Europa Oriental e para os países da ALADI. A Ásia, com crescimento de 16,8%, manteve a posição de principal mercado de destino das exportações do setor, sendo responsável por 30,1% das exportações totais. A União Europeia, cuja taxa de participação diminuiu de 29,3% para 26,7%, manteve-se na posição de segundo mercado de destino. As exportações para o bloco apresentaram crescimento de 7,5%. O incremento de 31,3% das exportações para o Oriente Médio manteve esse bloco como o terceiro mercado de destino das exportações do setor, com aumento da participação de 9% em





2009 para 10% em 2010. O NAFTA manteve-se na quarta posição com participação de 8,5%. Deve-se ressaltar também o crescimento de 36,5% das exportações para a Europa Oriental, que absorveu 6,9% das exportações do agronegócio e crescimento de 36,5%. As exportações para os países da ALADI (exclusive Mercosul) e Mercosul aumentaram 37,1% e 31,2%, respectivamente.

Devido ao crescimento das exportações (23,4%), a China ampliou a sua participação e se consolidou na primeira posição do ranking de mercados de destino das exportações do agronegócio brasileiro (14,4% do total exportado), seguida pelos Países Baixos (7,1%) e Estados Unidos (7,1%). As vendas externas para a Rússia, principal mercado destino das exportações brasileiras de carnes e açúcar, apresentaram crescimento de 45,9%. Destaca-se também o incremento das exportações para o Irã (86%); Egito (70,1%); e Venezuela (36,2%).

f) Pesquisa Agropecuária

O sucesso alcançado pela agricultura brasileira tem como um dos pilares a geração de conhecimentos e tecnologias, onde se destacam práticas adequadas de correção e adubação dos solos, aliada ao desenvolvimento de variedades tropicais de culturas, que permitiram incorporar à produção nacional milhões de hectares de terras na fronteira agrícola, antes tidas como improdutivas. Na mesma direção, variedades de pastagens melhoradas e progressos na genética animal aumentaram substancialmente as taxas de lotação de gado nas fazendas e melhoraram a qualidade da carne. Os ganhos de produtividade têm reduzido consistentemente o peso relativo do custo da cesta básica no orçamento familiar.

Para que a agricultura brasileira possa responder aos desafios relacionados à crescente demanda por alimentos, com preservação ambiental e com medidas de mitigação e adaptação aos impactos das mudanças climáticas, necessita contar com crescente oferta de tecnologias.

Com efeito, a pesquisa agropecuária mantém uma carteira de aproximadamente 1.300 projetos de pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia e desenvolvimento institucional, concluídos ou em execução, dos quais destacam-se os seguintes resultados:

- Desenvolvimento de um inoculante (biofertilizante) para a cultura do milho, que foi testado durante três anos consecutivos com bons resultados em diferentes regiões brasileiras;
- Lançamento de cultivares de milho para as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste e o Estado do Paraná (norte, noroeste e oeste do Estado): i) BRS 3025 – para lavouras de médio e alto investimento; ii) BRS Caimbé – recomendada para o plantio na safra e na safrinha, preferencialmente para agricultura familiar; iii) BRS 4103 – bom potencial de produção, desenvolvida preferencialmente para a agricultura familiar. iv) BRS 1060 – híbrido simples de milho com resistência às principais doenças e nematóides que atacam a cultura, para plantios em safra e safrinha, sem restrição de altitude; e v) BRS 3040 – atende às necessidades dos agricultores que empregam alta ou média tecnologia na produção de milho e tem moderada resistência a algumas doenças;
- Três cultivares de feijão: BRS 9435 Cometa, BRS Estilo (grupo do feijão carioca) e BRS Esplendor (grupo do feijão preto, tendo como principais características o alto potencial produtivo e a arquitetura de planta ereta, o que proporciona colheita direta com colhedoras automotrizes);
- Modelagem do Sequestro de Carbono em Sistema Integração Lavoura-Pecuária; e
- Nova variedade de pimenta picante, a BRS Seriema, pertencente ao grupo varietal popularmente conhecido como “bode”. É indicada para processamento em forma de conservas e para consumo in natura.





No âmbito do Plano de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa (PAC Embrapa), deu-se continuidade à implantação dos cinco novos centros de pesquisa no País, sendo três desses destinados a ampliar e fortalecer a PD&I agropecuária nos Estados do Mato Grosso, Maranhão e Tocantins, e outros dois em Brasília, um para atuar em agroenergia e outro voltado ao desenvolvimento de estudos estratégicos e capacitação. Foram fortalecidas as equipes no exterior e expandida a presença internacional da Embrapa com a criação de Laboratórios Virtuais (Labex) no Reino Unido e na Coreia. No âmbito das parcerias para transferência de tecnologias destacam-se os escritórios de negócios e projetos em Moçambique, Mali, Senegal, Venezuela e mais recentemente Panamá, com a missão de transferir tecnologias e prospectar negócios. Ainda com recursos oriundos do PAC foram incorporados ao programa de P&D projetos em 15 temas estratégicos como: aquicultura, eficiência no uso de insumos agrícolas, defesa animal e vegetal, compostos poliméricos, agregação de valor aos produtos de sistemas naturais, entre outros. No componente de inovação dos sistemas de produção, as ações de TT contemplaram novas cultivares biofortificadas de feijão, cenoura e mandioca, manejo e controle da qualidade da água em regiões áridas, zoneamentos agroclimáticos, sistemas agroecológicos, boas práticas agrícolas e ações para mitigação das atividades antrópicas nas diferentes regiões agrícolas e de extrativismo.

Os avanços tecnológicos refletidos por incubação de empresas e o lançamento de cultivares e licenciamento de patentes também são resultados dos recursos investidos nessa fase.

A infraestrutura ampliada ou revitalizada atingiu a área de 614.900 m² (período 2008-2010), com destaque para projetos de adequação de laboratórios a normas internacionais de qualidade e a adequação de instalações à legislação ambiental. Nesta linha de reconstituição e fortalecimento, 17 Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs) vêm recebendo recursos para investimento reconstituindo a capacidade operativa do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.

Deverá ser mantido, em 2011, o atual nível de investimento em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento de tecnologias agrícolas visando ao incremento de sua base tecnológica, a qual contribui diretamente para o avanço da agricultura tropical, bem como o crescimento de suas taxas de produtividade e de sustentabilidade ambiental, atendendo assim às demandas da sociedade para o desenvolvimento do País.

Neste contexto, assumirão prioridade, entre outros temas: i) as pesquisas com recursos genéticos vegetais para aproveitamento sustentado da biodiversidade tropical; ii) o aperfeiçoamento de tecnologias para mitigação do efeito da alteração do clima, a exemplo de recuperação de pastagens, integração lavoura-pecuária-floresta, incentivo ao plantio direto e fixação biológica de nitrogênio em leguminosas e, sobretudo, o desenvolvimento de novas variedades de arroz, feijão, milho, soja e café capazes de suportar temperaturas mais altas que as atuais; iii) ampliação de tecnologias de fixação biológica de nitrogênio para gramíneas como milho, trigo, cana-de-açúcar e pastagens, nos próximos anos; e iv) desenvolvimento de energia oriunda da biomassa a partir da biodiversidade nativa ou adaptada ao País.

Dar-se-á continuidade à organização do conhecimento disponível para ordenamento da produção e uso dos recursos naturais visando a sua conservação, como é o caso dos zoneamentos ecológico-econômicos em territórios de risco ambiental e dos zoneamentos agroecológicos de cultivos importantes, como a cana-de-açúcar.

Serão mantidas as ações vinculadas ao PAC Embrapa, para finalização das metas e compromissos assumidos, destacando-se: a conclusão dos três novos centros (MT, TO e MA); conclusão da revitalização e Boas Práticas de Laboratórios; continuidade de projetos de P&D, ações de Transferência de Tecnologia, metas de inovação institucional e capacitação; e a conclusão dos planos de reestruturação da infraestrutura, já pactuados, das OEPAs.

No âmbito da atividade de Transferência de Tecnologia, a pesquisa agropecuária tem atuado fortemente de modo a garantir a





disponibilização de conhecimento e tecnologias geradas a importantes programas de Governo. Um destes é o Programa Mais Alimentos, onde as atividades de articulação e gestão de ações têm sido trabalhadas em conjunto com as (OEPAs e Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematers).

g) Agroenergia

O etanol, por ser combustível sujeito à sazonalidade da produção e estratégico sob o ponto de vista do abastecimento nacional, depende de políticas públicas no sentido de garantir a regularidade do suprimento e a estabilidade de preços. Desta forma, há necessidade de gerenciamento dos estoques, especialmente porque muitas unidades industriais são mistas (açúcar e álcool) e, em função de preços, podem priorizar a produção de açúcar, colocando em risco o abastecimento de etanol combustível durante as entressafras.

Houve continuidade, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do acompanhamento brasileiro da safra de cana-de-açúcar, realizado nas regiões produtoras do País, por meio de visitas de técnicos em praticamente todas as usinas. Merece destaque a continuidade do projeto de pesquisa desenvolvido pela Embrapa, denominado Desenvolvimento de Eventos Elite da Cana GM Tolerantes ao Estresse Hídrico e Resistentes à Broca Gigante, que tem por objetivo a obtenção de cultivares de cana-de-açúcar GM tolerantes à seca e resistentes à broca gigante.

Atualmente o setor sucroenergético conta com 440 usinas que produzirão, na safra 2010/11, 28,4 bilhões de litros de etanol e 38 milhões de toneladas de açúcar, um crescimento da produção de 10% e 15%, respectivamente. Foi mantida a política de estocagem de etanol, que é um importante instrumento de regulação desse combustível renovável, além de evitar oscilações bruscas nos preços aos consumidores. Para a implementação desta política, os créditos disponibilizados foram ampliados para R\$ 2,4 bilhões e os juros reduzidos para 9% ao ano.

Em 2011 será dada continuidade ao programa de financiamento para estocagem de etanol combustível. Também será realizada a III Edição da Semana do Etanol (*Ethanol Week*), evento voltado às lideranças internacionais, cujos países têm vocação para produção de etanol. Serão também mantidos os projetos de pesquisa em desenvolvimento pela Embrapa com vistas à melhoria genética da cana-de-açúcar.

O setor de biodiesel obteve apoio nas ações de difusão de conhecimento e tecnologia na produção de oleaginosas, tais como: o II Circuito Nacional de Dias de Campo sobre a espécie do Pinhão-Manso; a realização do IV Congresso Brasileiro de Mamona e o 1º Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas; e a realização do II RSPO *Latin America Conference*, com a participação de todos os membros da *Roundtable On Sustainable Palm Oil* (RSPO) quando foram abordados os critérios internacionais de sustentabilidade para que a produção de óleo de palma ocorra dentro de parâmetros pré-estabelecidos para certificação. Destaca-se também o apoio da Embrapa Cerrados para a avaliação agrônômica, econômica e estabelecimento de parâmetros de manejo de água na irrigação de dendezeiros cultivados em áreas do Estado do Tocantins e do Distrito Federal.

A Embrapa Agroenergia implantou cinco unidades de observação de pinhão manso nos Estados de ES, PI, TO, MS e SP, onde serão analisados os diferentes sistemas de cultivo, materiais genéticos e arranjos para a produção de biodiesel que irão contribuir para a definição de um sistema sustentável e identificar variedades de alta produtividade adaptadas as diversas regiões do País. Houve o lançamento do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo, com o objetivo de expandir a produção de modo social e ambientalmente sustentável. Também foi instituída a Câmara Setorial da Palma de Óleo, que tem como foco buscar soluções para que a produção de óleo de palma ocorra dentro de parâmetros pré-estabelecidos para certificação. Neste contexto, o suporte de PD&I à cadeia produtiva do biodiesel é fundamental para a sua consolidação, por ser o Brasil um dos principais produtores mundiais desse combustível de fontes renováveis e que utiliza, desde janeiro de 2010, a mistura obrigatória de 5% (B5).





3. Turismo

No ano de 2010, o setor do turismo continuou crescendo, dando sequência ao movimento ascendente que vem se estendendo desde o ano de 2003. O mercado interno está aquecido e com perspectivas de crescer ainda mais, a partir da ampliação da base de viajantes, alavancado pela entrada da classe C no mercado de consumo.

Um dos principais indicadores desse resultado é a evolução no número de desembarques nacionais de passageiros. Em 2010, os desembarques de passageiros em voos domésticos tiveram crescimento de 20,82% em relação ao registrado em 2009, quando totalizaram 56 milhões. O acumulado no ano passado foi de 67,6 milhões, representando um recorde na série histórica, iniciada em 1993, conforme comprovam os dados da Infraero. Todos os meses de 2010 foram melhores do que os de 2009. Em dezembro, foram 6,4 milhões de desembarques, recorde mensal da série histórica, representando um aumento de 20,83% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Os desembarques internacionais também apresentaram aumento recorde em 2010. A movimentação chegou a 7,8 milhões, sendo 20,9% superior aos 6,5 milhões de desembarques verificados em 2009. No mês de dezembro, o número de desembarques foi de 689.800, o que representa um crescimento de 16,23% em relação ao mesmo período de 2009.

Outro dado importante é a evolução do gasto do turista estrangeiro no Brasil. De acordo com dados divulgados pelo Banco Central, o ano de 2010 registrou a entrada recorde de dólares no Brasil por meio de gastos de turistas estrangeiros: US\$ 5,919 bilhões em divisas. O valor é 11,58% superior ao registrado em 2009. Em dezembro, com o ingresso de US\$ 607 milhões, a variação foi de 17,64% em relação ao mesmo mês de 2009, quando entraram US\$ 516 milhões em gastos de estrangeiros. O resultado da entrada de US\$ 5,919 bilhões em divisas por meio do turismo internacional rende a 2010 o recorde histórico da série iniciada em 1974. O cálculo do Banco Central inclui trocas cambiais oficiais e gastos em cartões de crédito internacionais.

Desde a confirmação do Brasil como país-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, o planejamento turístico para a realização da competição tornou-se ainda mais fundamental. Um evento de tamanha magnitude é uma oportunidade para que o País se transforme em uma vitrine para o mundo e representa significativo salto potencial no desenvolvimento dessa atividade e da infraestrutura urbana.

Assim, visando à preparação do País para a Copa de 2014, um conjunto de ações foi desenvolvido ainda em 2010: encontros com entidades parceiras do Programa Bem Receber Copa (projetos de qualificação profissional); ações promocionais; ações de prevenção à exploração sexual nas cidades-sede; e atividades da Câmara Temática Nacional de Desenvolvimento Turístico, que se insere no Grupo Gestor da Copa, composto por 20 ministérios, procurando identificar as ações e intervenções necessárias nos atrativos turísticos das cidades-sede. As próximas etapas dessas iniciativas estão previstas para os anos de 2011 a 2014.

No que concerne à infraestrutura regional, os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) vêm expandindo ações para todas as regiões do País. Atualmente o programa conta com a adesão de 20 Estados e 12 Municípios, alcançando valores superiores a US\$ 931 milhões em propostas de financiamento aprovadas pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) – e outros US\$ 723 milhões aguardando aprovação. A atuação do programa tende a se intensificar a partir de 2011, uma vez que será iniciada a operacionalização do contrato de empréstimo firmado junto ao BID para a execução do Programa Apoio ao Prodetur Nacional.

a) Planejamento e Gestão da Política Nacional de Turismo e Normatização

Em seu último ano de vigência, o Plano Nacional do Turismo – PNT 2007/2010: Uma Viagem de Inclusão – contribuiu para a expansão e o fortalecimento do mercado interno, com especial ênfase na função social do turismo. Além disso, consolidou o Brasil, internacionalmente, como destino turístico competitivo. Em 2010 foi elaborado o documento referencial “Turismo no Brasil 2011-2014”, que servirá de base para a próxima edição do PNT (2011-2014).





Com relação à gestão compartilhada do turismo no País, o Governo vem desenvolvendo uma ação permanente de fortalecimento dos Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo e de suas Câmaras Temáticas, objetivando ampliar o processo de discussão, reflexão e avaliação da política nacional de turismo, de forma integrada, no âmbito nacional e estadual, nas regiões turísticas e nos Municípios, articulando o poder público e a iniciativa privada.

Um marco a ser relacionado em 2010 foi a elaboração de nova metodologia de classificação hoteleira no País. O modelo prevê sete tipos de meios de hospedagem – hotel, pousada, hotel fazenda, hotel histórico, cama & café, flat/apart-hotel e resort. O sistema foi construído com base na análise da experiência de 24 países e nas discussões promovidas, de forma participativa, em oficinas que contaram com a presença de empresários do setor, acadêmicos, membros da sociedade civil, além de técnicos do Governo. Os meios de hospedagem classificados serão identificados por estrelas e deverão atender a itens mandatários (obrigatórios) ou eletivos (flexíveis). Espera-se que o novo sistema seja um importante instrumento de comunicação aos usuários, sobre a qualidade dos empreendimentos hoteleiros brasileiros.

b) Infraestrutura Turística

Em 2010 foram apoiados projetos no valor de R\$ 1,3 bilhão em infraestrutura turística. Os recursos foram aplicados na implantação, melhoria e recuperação da infraestrutura de mais de 1.900 Municípios, com ações direcionadas à reurbanização de orlas marítimas e fluviais, à melhoria da acessibilidade e da sinalização turística, à recuperação de mercados e feiras, museus, casas de cultura, centros de artesanato, convenções e eventos e centros de informações turísticas, bem como na instalação de escolas de qualificação destinadas a profissionais dos setores de hotelaria e gastronomia. Dos projetos apoiados, destacam-se os seguintes que se encontram em implantação: i) duplicação da Rodovia SC-401 em Florianópolis; ii) construção da 3ª Etapa da ponte Estância-Indiaroba (SE); e iii) urbanização e intervenção viária da Orla de Cruz das Almas – Jacarecica (AL).

No tocante à participação de Estados e Municípios no Prodetur Nacional, os Estado de Pernambuco e do Ceará firmaram suas propostas de financiamento em 2010. Os Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte e o Município de Fortaleza finalizaram seus processos de preparação e devem assinar seus respectivos contratos no início de 2011. Esses novos recursos representarão avanço nos investimentos realizados no âmbito do Prodetur Nacional para o fomento da atividade turística nas áreas turísticas priorizadas, uma vez que complementarão os investimentos já alocados pelo Governo.

c) Captação de Financiamentos e Promoção de Investimentos

Em 2010, as ações de fomento a projetos turísticos da iniciativa privada convergiram para a ampliação de recursos e linhas de crédito e para a melhoria do acesso a financiamentos na captação de investimentos internos e externos.

Os resultados obtidos no período podem ser medidos pelo expressivo volume de recursos destinados às empresas da cadeia produtiva do turismo, em operações de crédito, no total de R\$ 6,5 bilhões. Os desembolsos dos agentes financeiros federais às atividades turísticas resultaram em um incremento de 16,4% em relação ao montante desembolsado no em 2009.

No que se refere à promoção de investimentos no turismo, as ações desenvolvidas permitiram identificar 328 projetos em curso no País, relativamente a obras para reforma, ampliação, modernização ou implantação de empreendimentos hoteleiros em todo o território nacional. Tais investimentos projetam a inclusão de 75,1 mil novas unidades habitacionais na capacidade hospedeira do País, com previsão de geração de 151,6 mil novos empregos ligados ao turismo de 2010 a 2016. Estima-se que o total de investimentos privados alcance a soma de R\$ 18,5 bilhões, correspondentes a projetos de meios de hospedagem previstos para serem executados e instalados no mesmo período de 2010 a 2016.





Para 2011, o foco das ações na área de fomento à iniciativa privada do turismo convergirá para os preparativos da Copa do Mundo FIFA 2014 e das Olimpíadas de 2016, com vistas ao cumprimento dos cadernos de encargos da FIFA e do Comitê Olímpico Internacional (COI). O plano de trabalho concentrará esforços na ampliação de recursos públicos e privados para implantação, expansão e modernização de empreendimentos do turismo brasileiro. As ações deverão priorizar a oferta de financiamento para o setor produtivo e a promoção de investimentos em instalações do receptivo turístico ou seja, hospedagem, alimentação e entretenimento.

d) Regionalização e Ordenamento Turístico

A estratégia de regionalização do turismo tem como um de seus objetivos o mapeamento de regiões turísticas no País, por meio do trabalho articulado com os órgãos e fóruns estaduais de turismo, além da seleção de roteiros e destinos prioritários que apresentem condições de serem trabalhados para adquirirem um padrão de qualidade internacional. Nesse contexto, várias ações tiveram continuidade em 2010, dentre as quais: criação ou fortalecimento das instâncias de governança das regiões; inventário da oferta turística; fortalecimento e consolidação de arranjos produtivos para pequenos empreendedores locais; e capacitação dos gestores locais, entre outros.

Um insumo fundamental para a gestão da regionalização é o Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico. O estudo permite estabelecer um método criterioso de análise e mensuração de resultados que são utilizados para levantar, de forma participativa, as reais necessidades dos destinos, para planejar ações e investimentos e para monitorar, ano a ano, os resultados obtidos.

Em 2010, foi desenvolvida a 3ª edição do estudo. Os resultados, apresentados em dezembro, permitirão uma análise comparativa da evolução do desenvolvimento turístico dos 65 destinos, em 13 dimensões: infraestrutura geral; acesso; serviços e equipamentos turísticos; marketing; política pública; cooperação regional; monitoramento; economia local; capacidade empresarial; e aspectos sociais, econômicos e culturais.

As regiões, roteiros e destinos desenvolvidos pelo Macroprograma de Regionalização do Turismo são apresentados anualmente no Salão Brasileiro do Turismo – Roteiros do Brasil.

Em 2010, o Salão do Turismo, em sua 5ª edição, se consolidou como o maior evento de turismo da América Latina voltado para o público final. Entre os principais resultados, destacam-se: recepção de 109,2 mil visitantes; apresentação de 295 roteiros, sendo 20 inéditos, em 119 regiões turísticas, envolvendo 695 Municípios; R\$ 7,9 milhões vendidos, na área de comercialização, em produtos e serviços turísticos, nos cinco dias do evento, reunindo 350 expositores e cooperados; R\$ 238,4 mil em produtos comercializados no mercado da agricultura familiar; negócios com expectativa para os próximos 12 meses de R\$ 36,3 milhões, envolvendo 111 fornecedores e 32 operadores; e R\$ 6,6 milhões gerados em mídia espontânea do evento, em razão das ações programadas. Em 2011, a 6ª edição do Salão está prevista para acontecer novamente em São Paulo.

e) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro

Desde 2003, o Governo tem incrementado o financiamento a campanhas publicitárias e educativas, bem como a elaboração de instrumentos promocionais que divulguem os destinos turísticos brasileiros e incentivem cada vez mais pessoas a viajar pelo Brasil.

As principais campanhas veiculadas em 2010 foram: “Se você é brasileiro, está na hora de conhecer o Brasil”; campanha de incentivo ao turismo interno nos aeroportos brasileiros; campanha “Viaja Mais - Melhor Idade”; campanha de divulgação do 5º Salão





do Turismo – além do fomento ao turismo interno por meio de redes sociais na Internet. Este conjunto de ações promocionais e de estruturação dos produtos e destinos turísticos tem contribuído efetivamente para o dinamismo do turismo interno.

Instrumento importante de articulação com a iniciativa privada, o Programa Viaja Mais – Melhor Idade visa a promover a inclusão de idosos, aposentados e pensionistas, proporcionando-lhes oportunidades de viajar e usufruir os benefícios da atividade turística. Além de passagens aéreas com desconto, o Viaja Mais - Melhor Idade oferece, durante a baixa ocupação, desconto de 50% nas diárias de mais de dois mil meios de hospedagem em todo o País. Por meio do programa são oferecidos, ainda, pacotes personalizados para o público da melhor idade.

Ainda no que diz respeito ao apoio à comercialização, o Projeto Caravana Brasil Nacional tem como principal objetivo incentivar a comercialização de novos produtos turísticos brasileiros no mercado nacional. Outra ação importante em 2010 foi o Caminhão Destino Brasil, um veículo de 13,5 metros que levou aos empresários dos destinos por onde passou informações sobre as vantagens e a importância de ser um prestador de serviços turísticos cadastrado no sistema Cadastur, além de apresentar aos brasileiros nossos principais destinos turísticos e promover o hábito de viajar dentro do País. Em 2010, o caminhão percorreu 18 cidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal e Rio de Janeiro, e durante quatro meses 765 empresários do setor e 33.235 pessoas visitaram o projeto.

Para 2011, além de intensificar as campanhas acima mencionadas, o Ministério do Turismo pretende dar continuidade aos projetos de apoio à comercialização junto ao *trade* turístico, proporcionando maior articulação e mais instrumentos de incentivo e promoção ao turismo nacional.

f) Promoção Internacional do Turismo Brasileiro

O Plano Aquarela, que contempla a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, é o ponto mais alto do planejamento do marketing turístico internacional até 2020. Ao final da Copa na África do Sul, buscou-se potencializar, para o turismo, o grande efeito de exposição que o País terá nesse período. Tanto a nova campanha publicitária que foi lançada como as ações promocionais visaram a tornar o País mais conhecido como destino turístico, fortalecer sua imagem e ampliar o número e o gasto de visitantes internacionais.

A primeira grande ação foi a Casa Brasil – *Brazil Sensational Experience*, que funcionou de 15 de junho a 11 de julho de 2010 em Joanesburgo, onde foi criado o túnel sensorial que recepcionou os visitantes, chamado de “Brasil de Norte a Sul”. Um corredor de sensações mostrou a diversidade de imagens, sons, cultura e natureza do Brasil das diversas regiões. Vinte metros, divididos em cinco grandes telas contínuas, proporcionaram uma viagem por imagens da geografia e cultura do País, com mapas que localizam as regiões, hábitos culturais, pessoas e seus tipos físicos diversos, a natureza e sua biodiversidade. Da parede oposta ao grande filme saíam diversos sons que mostravam a diversidade da música, de sons da natureza e dos sotaques brasileiros.

A ideia foi atingir três públicos com ações concentradas em Joanesburgo: o público da Copa (turistas internacionais em viagem para a África do Sul, que são potenciais turistas para o Brasil em 2014), a imprensa internacional e os formadores de opinião (grupos de incentivo levados por grandes empresas, os patrocinadores, operadores internacionais de turismo). Adicionalmente, foram realizadas ações promocionais de rua. Uma agência de notícias produziu conteúdo para a imprensa internacional durante a Copa da África, e uma nova campanha promocional foi lançada ao final dos jogos da Copa de 2010.

As ações promocionais com os turistas da Copa circularam por Joanesburgo no *Sensational Bus*, que parava em pontos determinados para fazer apresentações de música, dança, jogos interativos e *quizes* com distribuição de brindes.





Uma agência de notícias funcionou durante a Copa na África do Sul para fornecer conteúdo editorial, imagens e vídeos sobre o Brasil para a imprensa internacional. Televisões e jornais de todo o mundo repercutiram o sucesso da Casa Brasil - *Brazil Sensational Experience*, em Joanesburgo, onde mais de 200 jornalistas de 18 países participaram da sua inauguração.

No final da Copa foi lançada a nova campanha publicitária de promoção turística internacional, intitulada “O Brasil te chama. Celebre a vida aqui”. São filmes, peças gráficas e ações em mídias sociais que convidam o mundo a visitar o País, aproveitando a exposição do Brasil como sede de grandes eventos esportivos mundiais. O objetivo foi e continua sendo emocionar, impactar e motivar pessoas a realizar suas viagens, de lazer ou de negócios, no Brasil.

A campanha é um grande avanço no posicionamento global do Brasil enquanto destino turístico. Pretendeu-se levar ao mundo o que o Brasil tem de melhor para oferecer ao turista, como sua diversidade, sua modernidade e, principalmente, a alegria e o estilo de vida do povo brasileiro. O investimento alcançou, aproximadamente, US\$ 30 milhões em ações que envolvem publicidade em TVs, jornais, revistas e catálogos internacionais de operadores turísticos, ações de relações públicas com a imprensa internacional, mídia na Internet e mídias sociais, painéis em aeroportos e outdoors em 15 países, publicações e material promocional sobre as 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, aplicativos para telefone celular e promoção em eventos turísticos em cerca de 30 países.

O Brasil registrou um significativo aumento no número de eventos internacionais realizados em 2009 e, pelo quarto ano consecutivo, se consolidou entre os dez países que lideram o ranking da *International Congress and Convention Association* (ICCA), ocupando a 7ª posição. Com 39 eventos a mais do que no ano anterior, foram 293 eventos internacionais sediados no País em 2010. É o primeiro e único país latino-americano a ocupar essa posição.

De acordo com dados consolidados pelo estudo da ICCA, a participação do Brasil em eventos cresceu 15,4%, enquanto a média mundial foi de 10,8%. Além disso, tem sido registrada forte descentralização na realização de eventos. Em 2009, 48 cidades brasileiras realizaram eventos internacionais, contra 45 em 2008. Em 2003, quando começou o programa de captação de eventos internacionais, o País ocupava a 19ª posição no ranking da ICCA e 22 cidades sediaram eventos internacionais.

g) Qualificação e Certificação em Turismo

A qualificação de profissionais da cadeia produtiva do turismo consiste em um dos focos de atuação do Governo para promover a qualidade e a competitividade do produto turístico brasileiro. Em 2010, o Governo desenhou o Programa Bem Receber Copa, que tem como objetivo a qualificação profissional com padrão internacional para todos os agentes do turismo que compõem a estrutura do produto turístico brasileiro nos diversos destinos. O programa é implementado em parceria com as entidades de classe integrantes do Conselho Nacional de Turismo (CNTur). A meta é qualificar mais de 300 mil profissionais de turismo para a Copa do Mundo FIFA 2014.

No atual estágio, o programa prioriza setores do turismo (meios de hospedagem, alimentação fora do lar, agências de viagem e turismo receptivo, locadoras de automóveis, ecoturismo e turismo de aventura, transporte aéreo regional, entre outros) que possuem profissionais atuando na linha de frente, ou seja, profissionais que terão contato direto com o turista durante o Mundial.

O investimento realizado no âmbito do Programa Bem Receber Copa foi de cerca de R\$ 46 milhões. Entre as principais ações em execução destacam-se os cursos ofertados nos segmentos de meios de hospedagem, alimentação fora do lar e ecoturismo e turismo de aventura. Para 2011, o objetivo consiste em disseminar as ações do programa com vistas a consolidar as estratégias de qualificação e aprimoramento dos serviços ofertados aos turistas.





h) Desenvolvimento Local e Turismo de Base Comunitária (TBC)

A ação de fomento ao desenvolvimento turístico local, como estratégia de diversificação da oferta turística e geração de trabalho e renda para as comunidades, fortaleceu o Turismo de Base Comunitária (TBC), com a realização da II Mostra de Turismo de Base Comunitária, na 5ª Edição do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, com a apresentação de 20 iniciativas de TBC.

Nessa ocasião, foram produzidos e distribuídos 20 mil cartões postais com as iniciativas de TBC associadas aos destinos turísticos. Para consolidar produtos e serviços turísticos de base comunitária, seis projetos foram apoiados, incluindo ações de qualificação, promoção e comercialização de produtos. Na programação de 2011, a proposta consiste em qualificar e fortalecer uma rede para implementação de projetos em 12 dos 65 destinos indutores do desenvolvimento do turismo no País.

i) Produção Associada ao Turismo

Com o objetivo de agregar valor aos destinos turísticos, foi incentivado o fomento da produção local que detenha atributos naturais ou culturais dos setores artesanal, industrial e agropecuário para a diversificação da oferta turística e incremento do diferencial competitivo dos destinos e roteiros turísticos.

No exercício de 2010, as ações de produção associada ao turismo visaram a consolidar a estratégia de apoio à comercialização dos destinos brasileiros, com investimentos de cerca de R\$ 8 milhões em ações voltadas ao fomento à integração de produtos associados ao processo de comercialização do turismo e ao desenvolvimento e promoção de novas atividades turísticas a partir de produtos associados.

Para 2011 os esforços serão direcionados no sentido de dar continuidade à estratégia de apoio à comercialização de destinos turísticos, consolidando a produção associada, diante do mercado turístico, como um importante componente de atratividade.

j) Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI)

O Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI) foi lançado ao final do ano de 2004 com os objetivos de prevenir e enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos do turismo, com princípios fundamentados no desenvolvimento sustentável, na responsabilidade social corporativa e nos direitos da criança.

As ações do TSI baseiam-se em campanhas de comunicação, divulgando o Disque Denúncia Nacional 100; seminários de sensibilização direcionados à cadeia produtiva do turismo; formação de agentes multiplicadores; e inclusão social de adolescentes e jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social, por meio de capacitação profissional.

O monitoramento das ações dos multiplicadores ocorre durante todo o processo, após a realização de cada curso. Com isso, o projeto quer garantir o acompanhamento eficaz dos planos de ação para cada Estado e assegurar a efetividade da carta de compromisso proposta pelos participantes.

O TSI planeja também implementar o Projeto de Inclusão de Jovens nos segmentos do turismo em todo o País.

Em relação ao Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo, inserido nesse programa, será dada continuidade às ações já empreendidas, com vistas a despertar maior consciência na sociedade, principalmente nos empresários do setor turístico, acerca dos malefícios da exploração sexual de crianças e adolescentes. Entre os resultados já alcançados,





destacam-se: dez convênios firmados; cerca de 40,3 mil peças sobre a prevenção a esse tipo de exploração distribuídas em grandes eventos nacionais ou regionais e às secretarias estaduais e municipais de turismo; 6.148 mil pessoas sensibilizadas para essa prevenção por meio de 24 seminários promovidos em todas as Regiões do País; elaboração de cartilhas como sistematizações de projetos de inclusão social de jovens e sensibilização; elaboração da Cartilha do Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e do manual para agentes multiplicadores; e realização do Curso de Formação de Multiplicadores de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas cinco Regiões do Brasil, com 163 agentes multiplicadores formados.

k) Ecoturismo

Nas estratégias para promover a melhoria da sustentabilidade ambiental do turismo foram elaboradas a Estratégia de Turismo Sustentável da Amazônia Legal, o Plano de Ações Estratégicas para o Turismo Sustentável da Bacia do São Francisco e mais 15 estratégias e planos de desenvolvimento regional, pesquisas e diagnósticos, projetos executivos, infraestruturas e ações de capacitação focadas em desenvolvimento sustentável da atividade turística e ecoturística de base comunitária.

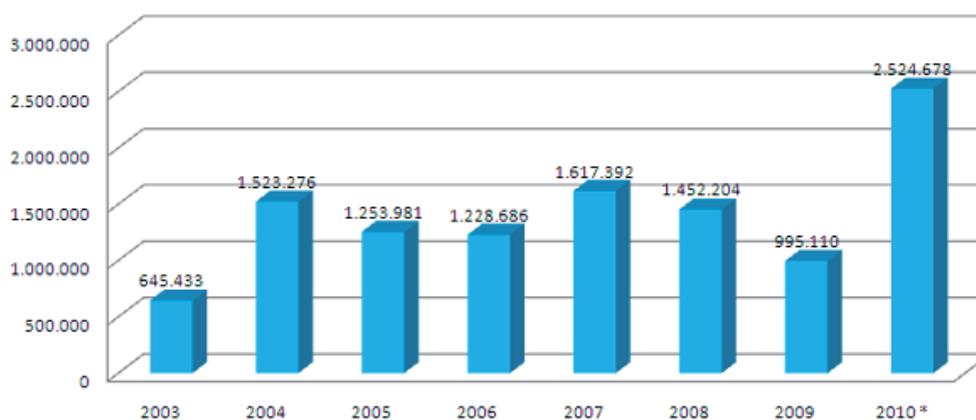
Além disso, promoveu-se o desenvolvimento e implantação da campanha Passaporte Verde, voltada para estimular os turistas a contribuírem com a conservação ambiental dos destinos que visitam. Essa iniciativa brasileira, desenvolvida no âmbito da Força Tarefa Internacional para o Turismo Sustentável e em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, tornou-se o projeto piloto mundial da campanha que está sendo implementada em vários países.

4. Trabalho e Emprego

a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em 2010, pela primeira vez, o número de empregos formais celetistas gerados no ano ultrapassou a marca de dois milhões. Nesse ano, os dados do Caged mostraram a criação de 2.524.678 postos de trabalho, oriundos da geração de 2.136.947 empregos declarados no prazo, acrescidos de 387.731 postos de trabalho, que correspondem aos vínculos empregatícios declarados mensalmente fora do prazo de entrega da declaração e aos acertos de movimentações, o período de janeiro a novembro. Esse crescimento beneficiou todas as Regiões e unidades da Federação.

Evolução do Emprego Celetista nos anos 2003 a 2010



Fonte: CAGED - Lei nº 4.923/65 - MTE

* Inclui a geração de empregos referentes às declarações recebidas no prazo (2.136.947 postos) acrescida dos empregos criados, de janeiro a novembro de 2010, provenientes das declarações recebidas fora do prazo e dos acertos (387.731 postos).

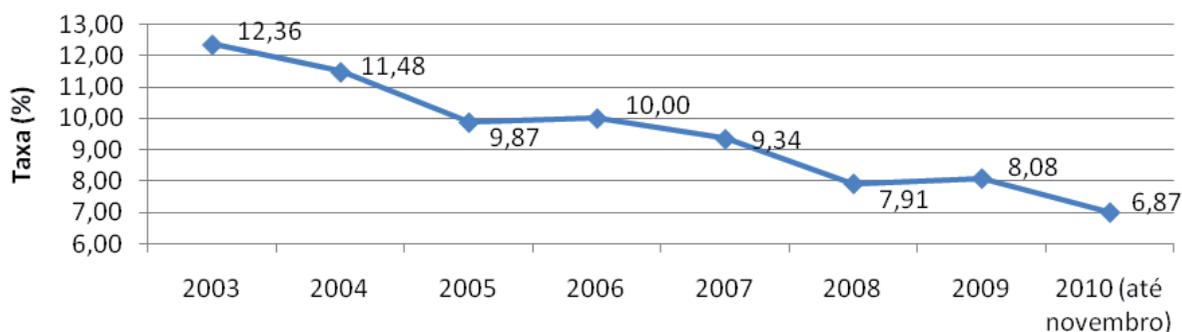




No período de 2003 a 2010, foram gerados mais de 15.048.311 postos de trabalho, ao se computarem os empregos gerados tomando como base os dados da RAIS (celetistas e servidores públicos federais, estaduais e municipais), acrescidos do saldo acumulado do Caged no ano de 2010, anteriormente mencionado.

Os dados da taxa de desemprego captados pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), de responsabilidade do IBGE, que cobre as principais regiões metropolitanas do País, vêm apresentando uma tendência declinante, em função do contínuo crescimento do número de pessoas ocupadas no Brasil, salvo nos anos de 2006 e 2009, em que se observou relativa estabilidade, sendo que, no ano de 2009, esse comportamento pode ser explicado, em parte, pelos reflexos da crise financeira internacional iniciada no final de 2008.

Evolução da Taxa Média Anual de Desemprego – Total das Áreas Metropolitanas (*)
Período: 2003 a 2010 (até novembro)



Fonte: PME/IBGE
(*) -RE, SA, BH, RJ, SP e POA

Com relação aos salários médios reais de admissão captados pelo Caged, observa-se que, de janeiro a novembro de 2010, apresentaram um aumento real de 4,96%, em relação ao mesmo período de 2009, ao passarem de R\$ 793,12 em 2009, para R\$ 832,43 em 2010, em valores de novembro de 2010. No período de 2003 a 2010, apontaram um aumento real de 29,15%, em nível nacional, de R\$ 644,55, em 2003, para R\$ 832,43 em 2010, também em valores de novembro de 2010.

b) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda

No âmbito das políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda merece destaque o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e operado pelas instituições financeiras oficiais federais, segundo as normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do FAT (Codefat). A partir de 2008, num contexto mais restritivo de disponibilidades do FAT, foram priorizadas as linhas voltadas para investimento em micro e pequenos empreendimentos, segmento com maior dificuldade de acesso a crédito e um dos principais responsáveis pela geração de empregos formais. No ano de 2010, o Codefat autorizou a alocação de recursos no montante de R\$ 3,2 bilhões.

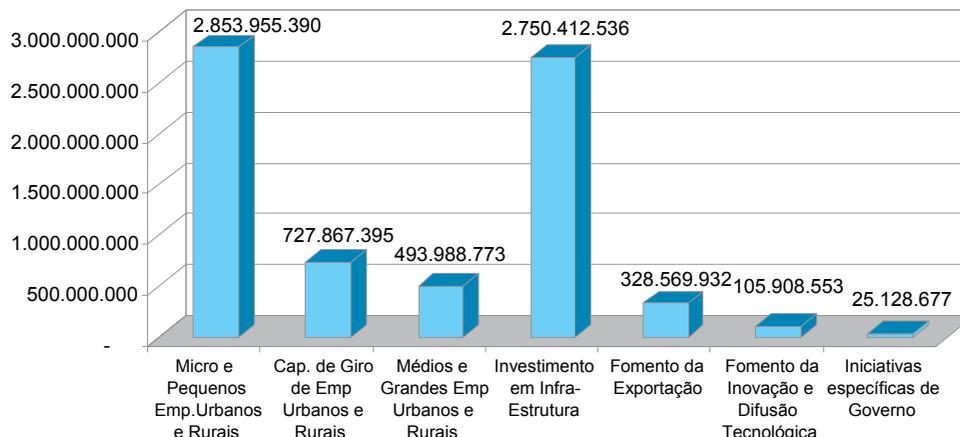
Para o ano de 2011, pretende-se dar continuidade às ações desenvolvidas no âmbito dos programas e linhas de crédito do FAT, por meio das rotinas vinculadas ao sistema de informações, divulgação e acompanhamento, com o desenvolvimento de estudos e supervisões.

No ano de 2010, de acordo com informações preliminares, o Proger apresentou o seguinte desempenho:





Programa Geração de Emprego e Renda do FAT
Dados preliminares de execução do ano de 2010 (em R\$)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) se mantém com o relevante papel de *funding* para aplicações em programas sociais nas áreas de habitação popular, saneamento e infraestrutura urbana, com elevados resultados em termos de geração de empregos e de benefícios para a população atendida. O orçamento alocado a essas áreas em 2010, considerando a linha de financiamento tradicional, as operações de mercado e o Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS), foi da ordem de R\$ 73,56 bilhões. Desses recursos, R\$ 30,84 bilhões foram destinados a financiamentos habitacionais enquadrados no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). O quadro a seguir demonstra esses números:

FGTS - Orçamento Alocado em 2010 (R\$ mil)

ÁREA	VALOR
Financiamento Tradicional	50.840.500
Habituação	35.240.500
Saneamento	4.600.000
Infra-estrutura	11.000.000
Operações de Mercado/FI-FGTS	22.722.531
Saldo para aplicações em Habituação	9.200.000
Saldo para aplicações em Saneamento	3.000.000
Saldo para aplicações em Infraestrutura	3.000.000
FI-FGTS	7.522.531
Total	73.563.031
Expectativa de Geração de Empregos	QUANTIDADE (unidade)
Em todas as áreas	4.781.597

Fonte: Caixa Econômica Federal - Dados Apurados até: 31/12/2010

Importante via de aplicação de recursos do FGTS, o FI-FGTS investiu nos setores de energia, portos, ferrovias, rodovias, hidrovias e saneamento R\$ 15,82 bilhões desde 2008, sendo R\$ 3,35 bilhões em 2010. Considerando as aplicações de recursos, por meio dos financiamentos tradicionais e das operações de mercado, e os saques dos trabalhadores em contas vinculadas, o FGTS injetou na economia do País, em 2010, mais de R\$ 65 bilhões. Cabe destacar que o grande volume de recursos aplicado não prejudicou a utili-





zação dos recursos do FGTS pelos trabalhadores que se enquadraram nas situações legalmente previstas, cujos saques totalizaram aproximadamente R\$ 49 bilhões.

Em 2011, ante a crescente demanda de recursos para investimentos nas áreas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana, aliada ao dinamismo das operações com recursos do Fundo por meio de instrumentos do mercado financeiro (FI-FGTS), fundos de investimentos e títulos de dívidas – está prevista a revisão da norma do Conselho Curador do FGTS que estabelecerá as diretrizes gerais para aplicação dos recursos do FGTS e para a elaboração das propostas orçamentárias e os respectivos planos de contratações e metas físicas, válidas para o período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2015. Com essa ação pretende-se otimizar e incrementar as aplicações de recursos e ampliar o alcance social decorrente dos investimentos realizados nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura.

c) Valorização do Salário Mínimo

Ao passar de R\$ 200,00 (duzentos reais), em 2002, para o valor de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) em janeiro de 2010, o salário mínimo teve seu valor nominal acrescido, no período, muito acima da variação de preços que então se verificou, comprovando a determinação do Governo de recuperar e elevar o poder de compra dos brasileiros. A atual política de valorização do salário mínimo, consolidada na Lei 12.255, de 2010, estabelece reajustes pela reposição da inflação segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), acrescida da taxa de crescimento real do PIB de dois anos anteriores.

Utilizando como deflator o INPC/IBGE, o salário mínimo teve crescimento real de 52,87%, entre abril de 2003 e janeiro de 2011. O salário mínimo, conjugado com outras políticas governamentais, tem contribuído para a redução da desigualdade nos rendimentos do trabalho.

Os resultados configuram o esboço de um novo cenário no Brasil, onde a renda sobe para todos, mas em maior grau para os que têm menos. Destaca-se também como reflexo da política de valorização do salário mínimo a sua contribuição para manter o nível de consumo no mercado interno, devido ao aumento do poder de compra dos trabalhadores, fundamental num cenário de crise internacional.

d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores

O ano de 2010 representou o marco da aplicação da nova metodologia da inspeção do trabalho, tendo como princípios: i) atuação baseada no diálogo social, principalmente com as organizações representativas de trabalhadores e de empregadores, e no diálogo interinstitucional; ii) prevalência da fiscalização planejada e do trabalho em equipe; iii) valorização da qualidade das ações; iv) divulgação das boas práticas e da troca de experiências entre os auditores; e v) capacitação dos auditores fiscais do trabalho.

No que diz respeito à prevenção e erradicação do trabalho infantil, materializando os compromissos firmados pelo Governo brasileiro com organismos internacionais, a prioridade da fiscalização trabalhista no ano de 2010 continuou sendo as atividades constantes na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, conhecida como Lista TIP, anexa ao Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, com vistas à total erradicação do trabalho precoce nessas piores formas até 2015.

No total, de janeiro a dezembro de 2010, a auditoria trabalhista realizou 3.273 fiscalizações, com o afastamento de 5.611 crianças e adolescentes do trabalho. Importante mencionar que todos os indivíduos foram encaminhados à rede de proteção à criança e ao adolescente para, entre outras iniciativas, serem incluídas, conforme o caso, em programas de transferência de renda. Ainda que o número de ações fiscais tenha aumentado em relação aos outros anos, o número de crianças e adolescentes encontrados traba-





lhando irregularmente manteve o decréscimo que vem sendo constatado nos últimos anos, tendência que se alinha aos resultados apurados pela PNAD/IBGE.

A revisão do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador foi concluída e aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) em 2010, objeto de Decreto a ser publicado em 2011. Ainda em 2010 foi atualizado o Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI), ferramenta que permite consultar, pela Internet, informações sobre o fenômeno do trabalho infantil no Brasil. O sistema pode ser acessado no endereço eletrônico <http://sistemasiti.mte.gov.br>.

Em 2011, o MTE dedicará atenção aos clubes formadores de atletas, que serão fiscalizados de forma mais intensa. Devido à realização de grandes eventos esportivos no Brasil nos próximos anos, como os Jogos Mundiais Militares, a Copa das Confederações, a Copa do Mundo FIFA 2014 e as Olimpíadas, haverá um maior aporte financeiro nas instituições dessa área e essas entidades deverão intensificar a formação de futuros atletas. A fiscalização do trabalho, juntamente com os demais órgãos da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, deve impedir que os direitos e garantias da criança e do adolescente sejam lesados durante a preparação de atletas.

A redução de riscos e agravos à segurança e saúde do trabalhador manteve-se como prioridade da intervenção da auditoria trabalhista em 2010, com foco nas atividades econômicas com maior registro de riscos dessa natureza.

Entre janeiro e dezembro de 2010, a inspeção trabalhista executou 135.621 ações fiscais relacionadas à segurança e saúde no trabalho. Os auditores-fiscais do trabalho elaboraram ainda 1.944 análises de acidentes de trabalho graves e fatais, com o objetivo de detectar os fatores causais que os ensejaram e identificar as medidas corretivas adequadas para que sejam prevenidos futuros sinistros.

Na área de normatização em segurança e saúde no trabalho, o Governo realizou a atualização da NR-12, por meio da Portaria SIT/MTE nº 197, de 17 de dezembro de 2010, que versa sobre a operação de máquinas e equipamentos e perpassa diversos setores de atividade, em especial a indústria. A operação de máquinas e equipamentos é responsável por parte significativa dos acidentes graves e fatais relacionados ao trabalho. A versão anterior da referida norma datava de 1983 e se encontrava desatualizada em relação aos avanços tecnológicos e de processos de trabalho que ocorreram nas últimas duas décadas.

Ainda nesse ano foram concluídas, no âmbito da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), a elaboração da NR-34 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval), o anexo II (Plataformas e Instalações de Apoio) na NR-30 (Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário) e a revisão da NR-31 (Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura), no item referente a máquinas e implementos.

A redução de riscos e agravos à segurança e saúde do trabalhador permanecerá uma prioridade em 2011. A prevenção de acidentes do trabalho receberá mais atenção, por meio da intensificação das ações fiscais, bem como pela análise de acidentes, ação a ser potencializada com o repasse trimestral automático dos dados da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), que a Previdência Social passará a fazer a partir de março de 2011, em conformidade com as alterações promovidas em 2010 no Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Esse esforço permite detectar os fatores causais que ensejaram os acidentes de trabalho e identificar as medidas corretivas adequadas para que sejam prevenidos futuros sinistros.

No âmbito da normatização em segurança e saúde no trabalho, o Governo envidará esforços para realizar, em 2011, ampla atualização da NR-20, que trata de líquidos combustíveis e inflamáveis, cujo processo de armazenamento envolve aspectos de





grande relevância para a segurança e saúde do trabalhador. Será desenvolvida ainda a NR de gestão em segurança e saúde no trabalho, que será integradora do conjunto das NR.

A Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), que tem por missão disseminar informações sobre medidas de controle das condições perigosas nos ambientes de trabalho, realizou em 2010 diversas ações, como cursos de curta duração, produção e distribuição de material didático e técnico-científico, disponibilização de informações por meio de *podcast* e vídeos na Internet, emissão de relatórios técnicos para atender a demanda de órgãos públicos e entidades de classe, organizações não-governamentais e outras instituições privadas, governos de outros países e organismos internacionais, contendo instruções e recomendações sobre prevenção antecipada, reconhecimento, avaliação e proposição de medidas de controle de riscos (ambientais, de equipamentos, instalações e processos de trabalho) ou recomendações sobre elaboração e implantação de sistemas de gestão em segurança e saúde no trabalho ou revisão ou implantação de NR (<http://www.fundacentro.gov.br/>).

Em 2010, foram capacitadas 5.733 pessoas e distribuídos 77.029 exemplares de materiais didáticos (livros, cartilhas, folhetos e vídeos), sendo 16 publicações e seis vídeos inéditos. Foram disponibilizados 39 programas na forma de *podcast* e 11 na forma de *videocast*, acessíveis na Internet. Além disso, todos os números do periódico científico Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO) publicados a partir de 2008 podem ser acessados pela Internet. No período foram, ainda, emitidos 783 relatórios para os mais variados solicitantes: agentes de fiscalização, fabricantes e usuários de equipamentos de proteção individual (EPI), interessados na avaliação de desempenho desses equipamentos, Ministério Público do Trabalho (MPT) e empresas que sofreram denúncias, às quais é oferecida a possibilidade de celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). Nesses casos, os relatórios subsidiam tecnicamente a proposição dos TAC.

Visando a melhorar a qualidade dos equipamentos de proteção individual (EPI) postos à venda e utilizados pelos trabalhadores brasileiros, o MTE, juntamente com o Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial (Inmetro), iniciou a avaliação da conformidade desses equipamentos no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia (Sinmetro). Os capacetes de segurança para uso na indústria, equipamento de uso intensivo, principalmente no setor de construção civil, desde janeiro de 2010 possuem a qualidade avaliada segundo os critérios do Sinmetro. Foi o primeiro equipamento a ser avaliado segundo esse modelo.

Em 2011, a Fundacentro manterá as ações visando à produção e disseminação de conhecimentos sobre medidas de prevenção de ocorrência de acidentes nos ambientes de trabalho. Uma dessas ações que merece destaque é a implementação de um curso de mestrado *stricto-sensu* em segurança e saúde no trabalho, com o intuito de formar novos pesquisadores nessa área de conhecimento. Outros fatores que possibilitarão a ampliação das ações são o aumento de recursos disponíveis para as ações finalísticas, o aumento do quadro de servidores em 150 cargos, já devidamente aprovado, o que possibilitará o reforço das atividades nas Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do País e o estabelecimento da direção da instituição em Brasília.

Ainda em 2011 será implementada a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, que estabelecerá obrigações para o Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social (MPS), MTE e Fundacentro.

A atuação do MTE, por intermédio da auditoria trabalhista, resultou na inclusão de milhares de trabalhadores no mercado de trabalho formal em 2010, com a anotação do vínculo de emprego em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Entre janeiro e dezembro, 515.376 trabalhadores foram registrados sob ação fiscal, os quais foram encontrados laborando sem carteira assinada.

Com o objetivo de proteger o patrimônio do trabalhador, a fiscalização verificou o recolhimento do FGTS em 171.243 empresas em 2010. A inspeção nas empresas resultou em R\$ 1,18 bilhão recolhidos sob ação fiscal. Dando continuidade aos esforços de modernização dessa fiscalização, os sistemas informatizados serão atualizados e serão capacitados quatro mil auditores em 2011.





O MTE contribuiu para expandir a participação dos jovens no mercado de trabalho por intermédio da fiscalização do cumprimento da cota que as empresas são obrigadas legalmente a preencher com a contratação de aprendizes. Em 2010, 87.823 aprendizes haviam sido inseridos pela ação da fiscalização no mercado de trabalho, superando em 27% o total alcançado em 2009. O quadro abaixo apresenta a evolução do resultado da inspeção do trabalho na inserção de aprendizes no mercado de trabalho.

Aprendizes Inseridos Mediante Ação Fiscal

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
18.146	25.215	29.605	44.049	52.676	55.637	68.926	87.823

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFIT)

Em 2011, os esforços serão dirigidos para atividades econômicas resistentes a integralizar as cotas de inserção de jovens no mercado de trabalho. Empresas desses setores já foram mapeadas e serão alvo de ações fiscais em 2011.

A auditoria trabalhista manteve em 2010 o objetivo de ampliar a participação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A fiscalização do cumprimento das cotas reservadas para pessoas com deficiência, um dos principais instrumentos para a inclusão desse segmento da população no mercado, resultou na contratação, no ano, de 28.752 trabalhadores com deficiência.

Em 2011 o MTE irá organizar oficina com o objetivo de criar modelo único de atestado de caracterização de deficiência. Esse documento é emitido no momento da admissão de pessoas com deficiência nas empresas e descreve o tipo de deficiência que o trabalhador apresenta. Além de aprimorar as estatísticas relacionadas ao tema, a padronização irá imprimir maior agilidade à fiscalização.

Em outra frente, o MTE irá aprofundar o projeto de incentivo à aprendizagem das pessoas com deficiência. Essa estratégia, que objetiva ampliar a participação de pessoas com deficiência em programa de capacitação profissional pelo instituto da aprendizagem, proporcionou impactos importantes para a inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho em 2009 e 2010 e, por isso, será mantida em 2011.

No ano de 2010, a auditoria trabalhista realizou 142 operações específicas de combate ao trabalho escravo, resultando em 306 estabelecimentos inspecionados e resgate de 2.617 trabalhadores em condição análoga à de escravo. As indenizações pagas pelos empregadores aos trabalhadores alcançaram a cifra aproximada de R\$ 8,8 milhões, tendo cerca de 64% recebido seguro-desemprego na modalidade especial criada para esse segmento, no valor de um salário-mínimo, em três parcelas. O total acumulado no período 2003-2010 foi de 905 operações, 2.025 estabelecimentos inspecionados, 33.276 trabalhadores resgatados e pagamento de indenizações no valor de aproximado de R\$ 58,7 milhões.

Em dezembro, o MTE empreendeu ampla atualização do Cadastro de Empregadores Infratores, instrumento inibidor da prática de submeter trabalhadores à condição análoga à de escravo. Oitenta e oito pessoas físicas e jurídicas flagradas pela fiscalização submetendo trabalhadores à condição análoga à de escravo foram incluídas no cadastro, que, ao final do ano, apresentava total de 220 nomes. Em julho de 2010, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a Resolução nº 3.876, que veda a concessão de crédito rural para pessoas físicas ou jurídicas inscritas no Cadastro.

Em 2011 serão organizadas operações de fiscalização, com o apoio da Polícia Federal e outros órgãos, em atendimento a denúncias. Serão reforçadas as ações de fiscalização no campo em todos os Estados com elevada produção agrícola.





Em 2011, o MTE irá consolidar a nova metodologia de atuação da inspeção do trabalho. O gerenciamento dos projetos contará com o suporte de um sistema de informação, que será uma importante ferramenta de gestão da intervenção fiscal executada pelas 27 Superintendências de Relações do Trabalho (SRTE).

e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho

O MTE é responsável pelo fomento à democratização das relações de trabalho, programa que vem sendo desenvolvido a partir dos eixos da capacitação, da mediação de conflitos, do desenvolvimento e aprimoramento de sistemas de relações de trabalho e por meio da elaboração, debate e encaminhamento de projetos normativos sobre o tema.

O primeiro eixo está contemplado na ação de capacitação de técnicos especializados em relações do trabalho, por meio de palestras, cursos e treinamentos sobre mediação de conflitos, negociação coletiva, sistemas de relações de trabalho e atualização de procedimentos. Em 2010, foram capacitadas mais de 7.000 pessoas em temas relativos às relações de trabalho.

No âmbito da mediação de conflitos, foram realizadas 8.000 mediações, cujos resultados beneficiaram quase três milhões de trabalhadores em todo o País.

Quanto ao desenvolvimento dos sistemas informatizados, o objetivo é a implantação do Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT), que constitui um banco de dados das relações de trabalho brasileiras. O SIRT começou seu funcionamento no ano de 2005, quando foi criado o sistema de Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), e disponibiliza, na página eletrônica do MTE, dados atualizados das entidades sindicais brasileiras, apresentando um cenário da organização sindical no País. Em 2010 foram desenvolvidos novos recursos do sistema, que também opera os procedimentos para concessão do registro sindical e ações deles decorrentes.

O Sistema de Registro de Empresas de Trabalho Temporário (SIRETT) passou a operar em 2010 com uma nova formatação. Até 2010, o sistema não permitia consultas na Internet nem possibilitava que a empresa solicitasse, por esse meio, a emissão do registro previsto na Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974. Com o desenvolvimento do sistema, em 2010 as empresas passaram a inserir dados no sistema, para então apresentar a documentação à SRT, para a emissão do registro. O sistema também recebe as informações dos contratos de trabalho temporário, por trabalhador, bem como as solicitações de prorrogação desses contratos. Com isto, o SIRETT tornou-se um verdadeiro banco de dados do mercado de trabalho, na área de trabalho temporário.

O sistema Homolognet entrou em funcionamento em julho de 2010. Nessa primeira versão, o referido sistema permite a elaboração do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT), efetuando os cálculos das parcelas rescisórias devidas ao término do vínculo empregatício. É um sistema de uso facultativo pelas empresas que recebem a assistência à rescisão no âmbito do MTE. Em 2010, o sistema estava disponível para utilização apenas nas capitais. Em 2011, sua utilização será estendida às unidades regionais do interior e também às entidades sindicais, que também possuem a prerrogativa de prestar assistência e homologação na rescisão do contrato de trabalho. Este sistema também é um grande avanço para as relações de trabalho porque garante às partes segurança da correção das verbas inseridas no TRCT, e formará um importante banco de dados das rescisões ocorridas no País.

Para 2011 estão sendo desenvolvidos outros módulos do sistema, tais como o de inserção do pedido de registro de alteração do estatuto da entidade sindical e o de inserção na página do MTE de impugnação a registro de entidade sindical.

Em 2010, visando à modernização da legislação trabalhista e sindical, foram atualizados os normativos que versam sobre o recolhimento e repasse da contribuição sindical, a assistência e homologação da rescisão do contrato de trabalho e os modelos





de termo de rescisão do contrato de trabalho.

O Governo vem discutindo, juntamente com as centrais sindicais, o marco legal para a negociação coletiva e a organização sindical no setor público, bem como um anteprojeto de lei de combate às práticas antissindicais. Está prevista para 2011 a conclusão dessas discussões para o encaminhamento dos anteprojetos de lei.

Outro grande avanço para a democratização das relações do trabalho se deu pela criação do Conselho de Relações do Trabalho (CRT). O CRT é um conselho tripartite formado por representantes do MTE, das centrais sindicais que atenderem aos requisitos da Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, e também pelas confederações patronais registradas no CNES. Trata-se de uma instância democrática com a competência de realizar estudos e propor diretrizes de políticas sobre relações de trabalho e organização sindical. O Conselho deverá iniciar suas atividades no ano de 2011, inclusive podendo constituir grupos de trabalho com funções específicas, a depender dos assuntos que esteja tratando.

f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem Inclusão Social

O tripé básico do Programa Seguro-Desemprego abarca, além da concessão do benefício financeiro em si, as ações de orientação profissional e intermediação de mão de obra e qualificação profissional. Ademais, contempla uma gama de ações necessárias à sua operacionalização, como a geração de informações sobre o mercado de trabalho, a identificação da população pela CTPS e pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), e ainda o acompanhamento das comissões estaduais e municipais de emprego, instâncias que atuam no planejamento e acompanhamento das ações.

Com o objetivo de proteger temporariamente o trabalhador, quer por desemprego sem justa causa, por resgate do trabalhador em trabalho análogo à escravidão, por interrupção de sua atividade produtiva (caso dos pescadores artesanais) ou ainda pela interrupção da atividade de seu empregador (bolsa qualificação), o seguro-desemprego é importante benefício de manutenção de renda. Em 2010, foram beneficiados 6,52 milhões de trabalhadores formais, 429.706 pescadores artesanais cujas espécies pescadas se encontravam em período de defeso, 1.225 trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão em decorrência de ação de fiscalização e 11.384 empregados domésticos. Ainda receberam seguro-desemprego, na modalidade bolsa-qualificação, 4.456 trabalhadores com contratos de trabalho suspensos. Ao todo foram despendidos com o seguro-desemprego, em 2010, cerca de R\$ 20 bilhões, cumprindo assim o propósito do programa de amparar financeiramente o trabalhador brasileiro nessas situações.

Para o ano de 2011 está estimado que cerca de 8,5 milhões de trabalhadores serão contemplados pelo seguro-desemprego em qualquer das cinco modalidades, a um custo de R\$ 22,6 bilhões.

A concessão do benefício vem sendo aprimorada com o desenvolvimento do novo sistema do seguro-desemprego agilizando os procedimentos para o atendimento ao trabalhador requerente. A implantação do referido sistema já ocorreu no Estado da Paraíba e atualmente está em implementação nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Até o final de 2011 estima-se a migração de todas as unidades que fornecem o benefício para o sistema.

Também visando melhorias às ações, em 2010 procurou-se continuar o diálogo com os demais órgãos envolvidos direta ou indiretamente na execução da política pública relativa ao seguro-desemprego. Em 2011, pretende-se ampliar as parcerias, de modo a viabilizar melhoria na habilitação ao seguro-desemprego e no controle no pagamento do benefício ao pescador artesanal.

Também no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, a ação orientação profissional e intermediação de mão de obra, reali-





zada com recursos do FAT por meio de convênios com os Governos dos Estados e do Distrito Federal, 49 Municípios com mais de 200 mil habitantes (inclusive capitais) e três entidades privadas sem fins lucrativos, constitui rede de aproximadamente 1.400 unidades de atendimento a trabalhadores e empregadores. Os convênios preveem recursos financeiros necessários para a instalação e manutenção de unidades de atendimento no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (SINE), onde são realizadas as inscrições dos trabalhadores, assim como registradas as vagas captadas junto aos empregadores, possibilitando o cruzamento das informações, via banco de dados, e a inserção e reinserção do trabalhador no mercado de trabalho.

De janeiro a outubro de 2010, a intermediação de mão de obra no âmbito do SINE foi responsável por recolocar 1.035.997 trabalhadores no mercado de trabalho.

A maior eficiência da ação de orientação profissional e intermediação de mão de obra é atribuída ao aumento da capilaridade da rede de atendimento, associado ao comportamento favorável do mercado de trabalho no período. Para 2011, a expectativa é de contabilizar um volume de colocações acima de 1,3 milhão de trabalhadores por meio da rede de atendimento do SINE.

Encontra-se também em implantação o Portal Mais Emprego, com acesso pela Internet, para atendimento a trabalhadores e empregadores, o que também deve contribuir sensivelmente para a expansão da rede de atendimento do SINE e o consequente aumento do total de trabalhadores efetivamente beneficiados.

No campo da qualificação social e profissional, trabalhadores estão sendo capacitados em todo o Brasil de forma a contribuir para ampliar as oportunidades de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, especialmente daqueles que apresentem maior vulnerabilidade socioeconômica.

Em 2010 foram capacitados 150.978 mil trabalhadores dos convênios contratados – no âmbito de Planos Territoriais de Qualificação e Planos Setoriais de Qualificação, com destaque para os setores da construção civil, turismo, comércio, carnaval, economia solidária, motofrete, telemarketing, tecnologia da informação, serviços, vestuário e têxtil.

Em 2011 será necessário ampliar o volume de recursos para a qualificação de trabalhadores, visando a ampliar o número de beneficiários, de forma a atender as necessidades de oferta de mão de obra. Nesse sentido, está prevista a publicação em 2011 de 17 editais de Chamada Pública de Parcerias visando à contratação de entidades de educação profissional para a qualificação de 76.200 trabalhadores nos mais diversos setores, tais como petróleo e gás, tecnologia da informação, construção civil, agroecologia, setor sucroalcooleiro, estética e beleza, motofrete e indústria de carnaval, o que poderá ser ampliado em decorrência da demanda. Destaque-se também a qualificação de 25.200 trabalhadores para ocuparem vagas no mercado, a serem preenchidas em decorrência da realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e das Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016.

A CTPS é o documento que retrata a vida profissional de seu portador e garante acesso aos benefícios assegurados aos trabalhadores, se constituindo no documento de identificação profissional indispensável para o exercício do emprego formal. Hoje são emitidos dois modelos de CTPS: um manual e outro informatizado. O atual modelo, lançado em 2008, contém código de barras com o número impresso do Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e é emitido com base em sistema informatizado, propiciando maior segurança. A nova CTPS é confeccionada em material mais durável e incorpora vários itens de segurança que dificultam fraudes contra o seguro-desemprego, o FGTS e os benefícios previdenciários. O novo modelo do documento já está implementado em 26 unidades da Federação, faltando somente o Estado de São Paulo, cuja implantação está prevista para 2011. Em 2010 foram emitidas 3,8 milhões de CTPS do modelo manual e 2,14 milhão do modelo informatizado. A meta de emissão para 2011 é de 5,7 milhões de CTPS.





O Cartão de Identidade do Trabalhador (CIT), na forma de cartão magnético, passa a integrar a CTPS informatizada, e tem como objetivos modernizar, agregar fatores de segurança, combater fraudes e adulterações e viabilizar a disponibilização de novos serviços ao cidadão. Por meio desse cartão, o Governo pretende atualizar informações dos trabalhadores com mais agilidade, para aperfeiçoar a sistemática de pagamento de benefícios. A iniciativa esteve em fase piloto no DF e, até o momento, foram emitidos 3.768 Cartões do Trabalhador. Em 2010, foi expandido para os Estados do Rio de Janeiro, Ceará e Alagoas. A expectativa é de que, em 2011, o projeto continue em fase de expansão para o restante dos Estados.

Para continuar acompanhando o dinamismo do mercado de trabalho e, conseqüentemente, das ocupações, a CBO foi revista, pela inclusão ou revisão de 16 famílias ocupacionais. Os dados desse documento são utilizados na alimentação da base de dados de diversas áreas de governo: RAIS, Caged, seguro-desemprego, preenchimento da CTPS, ações de qualificação profissional, aprendizagem e intermediação de mão de obra, imigração, fiscalização do trabalho, registros de mortalidade profissional e incidência de doenças relacionadas à ocupação, Imposto de Renda Pessoa Física, Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) e pesquisas domiciliares do IBGE, como Censo e PNAD, PME. A inclusão e a revisão das ocupações geram, tanto para categorias profissionais quanto para os trabalhadores, maior visibilidade e sentimento de valorização e de inclusão social. Em 2010 houve inclusão de ocupações que tiveram grande repercussão para as categorias profissionais, como as de artesãos e tecnólogos.

O abono salarial também é um benefício importante para a classe trabalhadora. São beneficiados com o valor de um salário mínimo todos os trabalhadores que no ano-base de referência para o início do pagamento atendam aos seguintes critérios: estejam cadastrados no PIS/PASEP há pelo menos cinco anos; tenham trabalhado com CTPS assinada para empregadores contribuintes do PIS/PASEP ou nomeados em cargo público por pelo menos 30 dias; e tenham percebido no período trabalhado média salarial mensal de até dois salários mínimos. Cabe destacar que, nos últimos anos, o aumento de benefícios pagos está relacionado diretamente ao aperfeiçoamento do processo de identificação dos trabalhadores com direito ao benefício, à melhoria na qualidade da informação e ao crescimento do número de trabalhadores na faixa de até dois salários mínimos. Em 2010 foram pagos 17 milhões de benefícios, resultando no dispêndio de R\$ 8,6 bilhões. Para 2011 estima-se atender a 18,9 milhões de trabalhadores a um custo total de R\$ 10,1 bilhões.

Como políticas para a promoção da juventude foram beneficiados 220.355 jovens com ações de qualificação profissional no âmbito da ação Juventude Cidadã, com um orçamento previsto de aproximadamente R\$ 482 mil. Para 2011 há expectativa de assinatura de parcerias tanto na ação do programa Juventude Cidadã quanto nos Consórcios Sociais da Juventude, qualificando um total de 438.208 jovens, com um orçamento previsto de R\$ 570,6 milhões.

Durante o ano de 2010 o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) aprovou sete novas resoluções normativas que disciplinam a entrada de investidores, desportistas, pessoas para treinamento profissional, para reunião familiar e para estágio. Até junho de 2010 o CNIg analisou 326 processos.

Em agosto de 2010 foi inaugurada, no Japão, a primeira Casa do Trabalhador Brasileiro no Exterior. O projeto piloto pretende atender aos cerca de 250.000 brasileiros residentes nesse país. Na Casa, os brasileiros podem esclarecer dúvidas sobre direitos e deveres trabalhistas no Japão e no Brasil, programas de capacitação profissional, mercado de trabalho brasileiro e japonês ou serem encaminhados a serviços especializados no Japão.

O CNIg aprovou também a Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante, com a finalidade de estabelecer princípios, diretrizes, estratégias e ações em relação aos fluxos migratórios internacionais. Em 2011 essa política orientará as entidades e órgãos brasileiros na atuação vinculada ao fenômeno migratório.





Em 2010 foi implantado pelo Governo sistema informatizado para recepção pela Internet de pedidos de autorização para trabalho a estrangeiros, dando maior celeridade à tramitação das autorizações (<http://migranteweb.mte.gov.br/migranteweb/login.seam>). Até dezembro de 2010 foram analisadas 57.070 autorizações de trabalho estrangeiro.

Como continuação do trabalho de acompanhamento dos impactos da crise financeira internacional em relação aos fluxos migratórios brasileiros, o MTE, sob recomendação do CNIg, inaugurou o primeiro Núcleo de Informação e Apoio a Trabalhadores Retornados do Exterior. O núcleo tem como finalidade auxiliar os brasileiros retornados do exterior no processo de reinserção no mercado de trabalho.

Em novembro de 2010, o MTE inaugurou em Brasília o Centro de Referência do Trabalhador Leonel Brizola (CRTLb), espaço destinado à preservação da história e memória do trabalho e dos trabalhadores no Brasil, dedicado à produção de conhecimentos sobre o tema e sobre o papel do MTE na história brasileira.

Durante o exercício de 2010 consolidou-se o processo de regularização da força de trabalho administrativa do MTE. Foram extintos 2.178 postos de trabalho terceirizados. Em contrapartida, foram nomeados, mediante prévia habilitação em concurso público, 2.122 servidores efetivos, entre agentes administrativos, administradores e economistas. Foi realizado também concurso para o provimento de 234 cargos efetivos de auditores fiscais de trabalho, reforçando as ações de fiscalização trabalhistas em 14 Estados.

g) Estímulo à Economia Solidária

No ano de 2010 avançou-se na consolidação das políticas públicas de economia solidária, com o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários por meio do acesso a bens e serviços financeiros, de infraestrutura, conhecimentos (formação, assessoramento e assistência técnica) e organização de processos de produção e comercialização.

Por meio da qualificação social e profissional, foram beneficiados mais de dez mil trabalhadores da economia solidária que atuam nas cadeias produtivas do artesanato, coleta e reciclagem, confecções, agroecologia, metalurgia, apicultura, fruticultura e piscicultura.

Em 2010 consolidou-se a implementação dos Centros de Formação de Economia Solidária, somando-se aos cinco já existentes desde 2009. Os Centros estão proporcionando a formação de 15 mil educadores populares, agentes e assessorias que atuam com empreendimentos econômicos solidários, além de 1.200 gestores de políticas públicas.

Houve também a continuidade da promoção do desenvolvimento local e economia solidária, que beneficiou diretamente mais de 110 mil pessoas em comunidades pobres do meio rural e nos grandes centros urbanos, em milhares de empreendimentos econômicos solidários que foram fomentados e assessorados. O programa capacitou mais de 1.500 agentes comunitários que apoiam e fomentam iniciativas econômicas solidárias a partir do resgate e da valorização do trabalho das mulheres e da cultura dos povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, fundos de pasto etc).

Por meio do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC), entre 2007 e 2010 foram apoiadas 82 incubadoras que atuam no fomento a aproximadamente 700 empreendimentos econômicos solidários, com mais de dez mil trabalhadores associados. Foi realizada, em 2010, chamada pública para entidades que atuam nos processos de Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão, beneficiando 70 empresas recuperadas através da autogestão. Destaca-se também em 2010, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, o apoio dado a mais de 10 mil catadores de materiais recicláveis, que receberam formação e assistência técnica articuladas a outras iniciativas de fomento do Governo.





Na promoção da comercialização direta dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários foram apoiadas mais de 30 feiras de economia solidária, beneficiando diretamente 5,5 mil empreendimentos. Além disso, foi assinado em 17 de novembro de 2010 o Decreto nº 7.358, instituindo o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário (SCJS), que consiste num conjunto de parâmetros a serem seguidos na execução de políticas públicas voltadas à geração de trabalho e renda, por meio de ações de promoção da economia solidária e do comércio justo. O comércio justo alavanca o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários ao proporcionar uma identidade aos seus produtos e serviços, agregando valor e ampliando oportunidades de venda.

No campo das finanças solidárias, destacam-se em 2010 as iniciativas de fomento aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, que foram disseminados em várias regiões do País, levando financiamento solidário a milhares de pessoas. Nesse sentido, além de apoiar os 55 Bancos Comunitários já existentes, estão sendo criados outros 115.

Foram ainda executadas ações de apoio às organizações que atuam com Fundos Rotativos Solidários para viabilizar ações produtivas associativas e sustentáveis, disponibilizando recursos financeiros para 50 Fundos no Semiárido em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil. Essa ação será expandida para formar e apoiar outros Fundos Solidários no País.

Em 2010, deu-se continuidade à atualização e ampliação da base de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Estão sendo pesquisadas e registradas informações de 30 mil empreendimentos econômicos solidários, 1.200 entidades de apoio, assessoria e fomento e mais 300 políticas públicas de economia solidária. Cabe ressaltar que essas informações serão disponibilizadas no Atlas da Economia Solidária no Brasil, a ser divulgado em 2011.

No 1º semestre de 2010 foi realizada a II Conferência Nacional de Economia Solidária. Antecedendo a etapa nacional, realizada em junho, aconteceram as etapas preparatórias, além de conferências temáticas. Ao todo, foram realizadas 187 conferências regionais ou territoriais, abrangendo 2.894 Municípios, com 15.800 participantes, e 27 conferências estaduais de economia solidária, com a participação de 4.659 pessoas. Foram realizadas também cinco conferências temáticas que abordaram os temas das finanças solidárias, do comércio justo, da formação, do cooperativismo solidário, do etnodesenvolvimento e das cooperativas sociais.

Em 2011 pretende-se encaminhar ao Congresso Nacional Projeto de Lei que institui as políticas públicas de economia solidária e que cria o Sistema Nacional de Economia Solidária. Além disso, será necessário dar prosseguimento ao processo de reformulação da legislação cooperativista, cujos projetos de lei se encontram em tramitação no Congresso Nacional. É preciso ainda consolidar os instrumentos e melhor articular as políticas públicas de economia solidária nas três esferas de Governo, buscando a sua integração a partir da divisão dos papéis e responsabilidades, e a participação da sociedade civil, no desenvolvimento dessas políticas.

5. Inclusão Bancária e Microcrédito

a) Crédito

O estoque das operações de crédito do sistema financeiro totalizou R\$ 1,7 trilhão em novembro de 2010, representando 46,3% do PIB, ante 44,4% em igual período de 2009. A representatividade dos bancos públicos no crédito total atingiu 42,0%, ante 41,0% em igual período de 2009. O crédito ao setor privado totalizou R\$ 1,611 trilhão em novembro de 2010, correspondendo a 96% do total de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). As operações de crédito habitacional alcançaram o estoque de R\$ 133,5 bilhões, em novembro de 2010. Desse montante, 94,8% correspondiam a operações com recursos direcionados dos depósitos de poupança e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).





Segundo o Banco Central do Brasil (BCB), o saldo da carteira de crédito de recursos direcionados ao microempreendedor, totalizou R\$ 1,16 bilhão em agosto de 2010 num total de 153 mil contratos com prazo médio de contratação de cinco meses. Com os recursos provenientes da exigibilidade dos 2% do depósito à vista, o volume de crédito ao microempreendedor alcançou R\$ 926 milhões, em outubro de 2010, valor 49% superior ao verificado em outubro de 2009. Neste mesmo mês, o valor médio dos 140 mil novos contratos foi de R\$ 1,4 mil.

Para o segmento de micro e pequenas empresas merecem destaque as seguintes ações: i) Na Região Nordeste, em 2010, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) contratou cerca de 99 mil operações no montante aproximado de R\$ 2,3 bilhões, lastreadas principalmente em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Para 2011, o BNB prevê contratar o valor de R\$ 3,0 bilhões com as MPE; ii) Na Região Norte, por meio do Banco da Amazônia S.A. (BASA), foi disponibilizado o Amazônia Giro MPE, capital de giro com taxa diferenciada, que finalizou o ano de 2010 com 1.500 operações contratadas correspondente a um montante de R\$ 63,4 milhões, incremento de 175,5% em relação ao valor contratado do ano de 2009. Para 2011 serão criados produtos e serviços específicos para ampliar o portfólio desse segmento; e iii) O Banco do Brasil realizou operações voltadas às micro e pequenas empresas da ordem de R\$ 50,9 bilhões, até dezembro de 2010, incremento de 17,6% em relação ao mesmo período de 2009. Nos Municípios atingidos pelas enchentes, notadamente nos Estados de Pernambuco e Alagoas, por meio de ações emergenciais, o Banco do Brasil prorrogou parcelas dos empréstimos contratados, sem ônus para as MPEs.

b) Fomento aos Investimentos

No segmento de fomento aos investimentos, o BASA, no ano de 2010, contratou operações de crédito, no montante de R\$ 6,5 bilhões. Deste valor R\$ 5,3 bilhões correspondem a aplicações de fomento. Com relação ao PAC, o BASA financiou R\$ 4,7 bilhões, no período de 2007 a 2010, com recursos do FNO, FDA e BNDES.

Na Região Nordeste, no ano de 2010, foram contratados aproximadamente R\$ 15,9 bilhões, por meio do BNB, em financiamentos de longo prazo, empréstimos de curto prazo e operações de mercado de capitais voltados para o desenvolvimento da Região. No que se refere ao PAC, o BNB financiou no período de 2005 a 2010, com recursos do FNE, 25 projetos dos setores de energia e transporte, no montante de R\$ 3,4 bilhões, para investimento total de R\$ 13,8 bilhões. Em 2011, o BNB planeja contratar aproximadamente R\$ 30 bilhões em financiamentos de longo prazo, empréstimos de curto prazo e operações de mercado de capitais. Com relação ao PAC, o BNB conta com 39 projetos em carteira dos setores de energia, petroquímica e transporte. Para investimento total previsto de R\$ 6 bilhões, aproximadamente R\$ 3,5 bilhões devem ser financiados com recursos do FNE, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do BNDES.

c) Acesso a Serviços Bancários

c.1) Contas Correntes Simplificadas

Dados do BCB indicam que as contas-correntes simplificadas, no período de outubro de 2009 a outubro de 2010, tiveram redução de 3%, de 10,045 milhões contas para 9,767 milhões. Já as contas ativas cresceram 14%, de 5,742 milhões para 6,553 milhões, no mesmo período.

Em 2010, foram atualizados os valores máximos de saldo e movimentação definidos como requisitos necessários para manutenção das contas correntes simplificadas, de modo a refletir a atualização monetária, o crescimento da economia e a melhoria no nível de renda da população. O limite de saldo foi elevado de R\$ 1 mil para R\$ 2 mil, com a determinação de que o bloqueio das contas seja feito somente na situação em que o saldo ou somatório dos depósitos, em determinado mês, for superior a R\$ 5 mil. Outra ação





relevante em curso é a opção dos beneficiários do Programa Bolsa Família de receber os benefícios por meio de depósito em conta corrente simplificada, o que resultará em aumento do processo de inclusão financeira no País.

O BNB realizou, no ano de 2010, a abertura de mais de 192 mil contas simplificadas, ultrapassando 620 mil a quantidade de contas simplificadas existentes. Para 2011 o referido banco planeja a abertura de 220 mil contas simplificadas, principalmente para os microempreendedores urbanos e rurais.

Atualmente o BASA possui um estoque de 22.566 contas simplificadas, possibilitando a bancarização da população de baixa renda, a exemplo de autônomos, aposentados e jovens universitários, sendo que em 2010 foram abertas 1.648 contas.

c.2) Crédito Consignado para Aposentados e Pensionistas do INSS

A carteira de crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS totalizou R\$ 117 bilhões em operações, representando um crescimento de 28%, de novembro de 2009 a novembro de 2010, superior ao crescimento da carteira de empréstimos pessoais de todo o SFN, que registrou crescimento de 21% no mesmo período.

c.3) Banco Postal

O Banco Postal, operação dos Correios na prestação de serviços bancários básicos, principalmente à população de baixa renda, tem auxiliado na promoção da inclusão social por meio da inclusão financeira, atendendo cerca de um milhão de pessoas diariamente e movimentando cerca de R\$ 52 bilhões por ano, promovendo o acesso a crédito institucional regulamentado, o desenvolvimento da economia local das regiões mais isoladas e o fomento de novos empreendimentos.

No período de 2003 a 2010, o Banco Postal ampliou significativamente sua abrangência, passando de 2.228 Municípios atendidos em 2003 para 5.266 em 2010, o equivalente a 95% dos Municípios, com 6.192 agências de Correios atuando como serviço bancário de cunho social. Ao final de 2010, já havia superado a expressiva marca de 10 milhões de contas correntes e de poupança abertas, com uma média diária de 4.500 contas.

d) Microcréditos e Microfinanças

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado permite que uma ampla e diversificada rede de instituições operadoras possa aproximar-se do microempreendedor individual formal ou informal. Com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito para os microempreendedores populares e promover a integração de políticas públicas, o programa implementou, até novembro de 2010, as seguintes ações: i) aprovação da Concessão de R\$ 20 milhões ao Banco do Nordeste para assegurar a expansão do Programa Crediamigo, bem como a concessão de R\$ 20 milhões do FAT para a Caixa repassar a mais de 30 organizações habilitadas; ii) apoio ao desenvolvimento institucional para organizações de microcrédito habilitadas, no valor previsto de R\$ 2 milhões; iii) acompanhamento de 44 projetos aprovados em 2007, 2008 e 2009, que incluem dez convênios de desenvolvimento institucional e 16 projetos de atendimento a microempreendedores identificados no Cadastro do Programa Bolsa Família; e iv) execução de projeto em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o MPS para treinar diretamente 2.000 funcionários das organizações de microcrédito e indiretamente seus 70 mil clientes microempreendedores informais, com o intuito de estimular a formalização de seus negócios e permitir o acesso à proteção social provida pelo Estado.

Desde a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, em abril de 2005, foram realizadas, até o 3º trimestre





de 2010, mais de 6,7 milhões de operações de microcrédito que representam a concessão de um volume total de crédito acima de R\$ 8,6 bilhões em termos nominais. Em relação aos dados de 2010, até o 3º trimestre, foram realizadas 1.440.131 operações de microcrédito, concedendo um total de crédito de R\$ 2 bilhões.

Considerando os indicadores quantitativos, espera-se, em 2011, atingir as seguintes metas: i) expandir as operações de microcrédito, alcançando dois milhões de operações, com recursos da ordem de R\$ 2,8 bilhões; ii) superar 40% de aumento no volume da carteira ativa, consubstanciando um total de R\$ 1,19 bilhão; iii) alcançar a quantidade de 1,2 milhão de clientes ativos; iv) construir o marco jurídico para celebrar parcerias com Estados e Municípios; v) aumentar o acesso aos recursos de exigibilidade por parte das instituições de microcrédito produtivo orientado; e vi) fortalecer a rede de atendimento do programa e ampliar sua abrangência.

O BNB, por meio do Programa de Microcrédito Urbano Produtivo e Orientado (Crediamigo), realizou mais de 1,6 milhão de operações no ano de 2010, com desembolso total de R\$ 2,1 bilhões. Para 2011 a meta é alcançar 1,7 milhão de operações e desembolso de R\$ 2,5 bilhões. Com relação ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Rural, o Agroamigo, cujo público-alvo é composto de agricultores familiares, o BNB contratou, no ano de 2010, 329 mil operações no valor de R\$ 596 milhões, com mais de 600 mil clientes ativos. Para 2011 a meta é contratar 400 mil operações no valor de R\$ 700 milhões.

Para viabilizar operações de microsseguro às famílias com as características socioeconômicas dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), foi criado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Projeto de Implementação de Microsseguros. Vale destacar ainda: (i) o relatório divulgado no II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, que representou o início da construção de um mapa relativo a esse assunto no País; e (ii) a consolidação e aprimoramento da regulamentação que disciplina a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito, com o propósito de adequá-las às disposições da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.

O Banco da Amazônia iniciou suas atividades de financiamento de empreendedores populares, através do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (Amazônia Florescer), em novembro de 2007. Até o final do exercício de 2010 o programa já respondia por uma carteira de aplicação superior a R\$ 13 milhões, com mais de 16.000 clientes atendidos. Para o ano de 2011 pretende-se ampliar os pontos de venda para esse segmento.

6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca

O aumento da produção pesqueira e do consumo de pescado no Brasil está relacionado, especialmente, à adoção de políticas públicas e investimentos nos diversos elos da cadeia produtiva do setor. A divulgação da estatística em 2010, a primeira após a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), tendo como base o período de 2008/2009, mostrou um aumento de mais de 15% na produção aquícola brasileira, que passou de 289.050 t/ano em 2007 para 415.649 t/ano em 2009. No mesmo período, a produção proveniente da pesca extrativa passou de 783.176,5 t/ano para 825.164,1 t/ano. A meta do Governo é produzir mais de 1,4 milhão de t/ano até o final de 2011, quantitativo que inclui a pesca extrativa e a aquicultura.

O Governo tem atuado para incentivar o consumo de pescado. Com o crescimento da produção, a meta prevista para 2011, de aumentar o consumo de pescado no Brasil de 6,8 kg/habitante/ano para 9 kg/habitante/ano, foi alcançada um ano antes, ainda em 2010. O brasileiro está comendo mais peixes, crustáceos e frutos do mar.

Mais de 400 kits Feira do Peixe, módulos que permitem a comercialização direta do pescado, foram distribuídos para colônias e entidades representativas dos pescadores em 2010. Entre os beneficiários diretos (produtores) e indiretos (consumidores)





estimam-se 420 mil atendidos. Caminhões frigoríficos para a armazenagem e comercialização de pescado foram entregues a 43 entidades, somando um investimento de R\$ 6,8 milhões. Outras 50 entidades foram contempladas com o recebimento de caminhões Feira do Peixe, para venda de peixe a preços populares nos bairros. O investimento nos caminhões Feira do Peixe foi na ordem de R\$ 12,1 milhões.

a) Acesso ao Crédito

O Plano Safra das Águas e o Programa Revitaliza, ao ampliarem a possibilidade de acesso ao crédito, proporcionaram aos pescadores mais oportunidades de comprar equipamentos, modernizar, reformar ou substituir embarcações. Em 2010, as operações de financiamento já ultrapassaram o valor de R\$ 13,5 milhões. Nos últimos anos, o número total de operações de crédito passa de 196 mil contratações, somando mais de R\$ 1,2 bilhão em valores de crédito concedidos ao setor da pesca e aquicultura.

Dois novos barcos pesqueiros da Cooperativa de Pesca do Estado da Paraíba (Coopa), financiados pelo Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota), cujos recursos advêm dos Fundos Constitucionais do Norte e Nordeste e do Fundo da Marinha Mercante, iniciaram suas operações. O valor investido na construção dos barcos Coopa II e Coopa III chega a R\$ 5,9 milhões, com prazo de financiamento de até 15 anos e três anos de carência. Para 2011 estima-se dar continuidade aos aperfeiçamentos do Profrota para atender às necessidades dos diferentes tipos de embarcações em cada Região do País.

b) Infraestrutura Pesqueira

Foram finalizadas, em 2010, as obras dos Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs) de Santos (SP), Cabedelo (PB), Camocim (CE), a primeira etapa de Natal (RN), Santana (AP) e das Unidades de Beneficiamento de Pescado (UBP) em Santa Cruz de Cabralia (BA), Bujari (AC), Primavera do Leste (MT), Abelardo Luz (SC), Mira Estrela (SP), Outeiro (PA) e Jacundá (PA). Outros 16 TPPs, além de 34 UBPs, estão em implantação em todo o País para atender a meta dos 20 terminais novos ou reestruturados até 2011. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) fará a gestão dos TPPs em cooperação com o MPA.

As ações de apoio em infraestrutura e custeio de operação de unidades produtivas destinadas a atender a empreendimentos de economia solidária, projetos comunitários e atividades de aquicultura familiar na zona costeira totalizaram recursos de R\$ 1,5 milhão, resultando no apoio a 41 unidades distribuídas em oito Estados (SC, SP, RJ, BA, AL, RN, CE e PA) e beneficiando cerca de 3.000 pescadores, marisqueiras, maricultores e seus familiares.

c) Formação Profissional, Pesquisa e Desenvolvimento e Assistência Técnica

A necessidade de alfabetização dos pescadores e pescadoras profissionais, numa perspectiva de educação continuada, é o foco do Programa Pescando Letras. O projeto está sendo implantado em todo o País e até o final de 2010 mais de 62 mil pescadores estavam registrados como beneficiários dessa política. A meta para 2011 é atender a 100 mil pescadores.

Em 2010, pescadores de 50 comunidades de todo o País passaram a ter cursos de pesca e aquicultura pela Internet. O Instituto Federal do Paraná (IFPR) promove os cursos de técnico em pesca e técnico em aquicultura do Núcleo de Educação à Distância, com o objetivo de oferecer oportunidade de formação geral e técnica em pesca e aquicultura, ampliando a qualificação de jovens e adultos. O curso é transmitido ao vivo pelos Telecentros da Pesca Maré, por todo o País, e tem duração de dois anos, com 2.000 vagas.





No Dia do Pescador, 29 de junho, foram assinados os primeiros 15 convênios com órgãos e empresas públicas para assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola voltados para a capacitação e desenvolvimento de projetos, no total de R\$ 11,5 milhões, beneficiando 19 mil famílias de pescadores artesanais e aquicultores familiares.

No ano de 2010, foram lançados três editais de apoio financeiro a projetos de pesquisa científica e tecnológica para o ordenamento sustentável da aquicultura em águas da União, nos quais estão sendo investidos aproximadamente R\$ 7,3 milhões para apoio a 11 projetos de pesquisa que terão como foco estudos dos reservatórios e das áreas marinhas tidas como prioritárias para a implantação de empreendimentos aquícolas. Na área de infraestrutura de pesquisa foram aprovados 13 projetos, representando um investimento de R\$ 10,8 milhões. Já para a formação de recursos humanos foram distribuídas cerca de 200 bolsas de estudo.

O Programa PD&I em Aquicultura e Pesca, em 2010, lançou editais conjuntos MCT e MPA para a formação de recursos humanos em pesca e aquicultura e para apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem ao ordenamento sustentável da aquicultura em águas sob o domínio da União.

O término das obras de instalação Embrapa Aquicultura e Pesca está previsto para o final de 2011. Também foi estabelecido o consórcio de pesquisa que terá o papel de articular projetos de pesquisa do setor pesqueiro e aquícola nas diversas instituições do País.

d) Aquicultura

Para aumentar a produção nacional de pescado através da aquicultura, estão sendo implantados parques aquícolas nos grandes reservatórios públicos e no litoral brasileiro, por meio do programa de cessão de águas da União.

Atualmente, existem seis reservatórios demarcados e 25 estão em processo de demarcação dos parques aquícolas, onde se estima gerar mais de 349 ocupações e produzir 563.912,57 t/ano de pescado, contemplando 24 Estados e 278 Municípios. Além disso, em praticamente todo o litoral brasileiro, onde estão sendo estudados e demarcados os parques aquícolas marinhos, o número de beneficiários envolvidos nesse processo de inclusão social é de mais de 160 mil ocupações. Essas ações somam investimentos em torno de R\$ 30 milhões em estudos para demarcação das áreas aquícolas. Já foram cedidas quatro mil áreas, com 1.026 hectares, em águas de domínio da União, sendo 89% para seleção destinada a aquicultores familiares. Considerando os reservatórios demarcados e aqueles em processo de demarcação, chega-se a 31, sendo que a meta prevista para 2011 é de 40.

Ainda em 2010, foram firmados 27 convênios para o desenvolvimento de ações de fomento à aquicultura familiar e compra de 64 retroescavadeiras, 30 escavadeiras hidráulicas e 537 tanques-rede.

e) Monitoramento, Controle e Gestão Participativa

Na estratégia de universalização do acesso ao Seguro Defeso pelos pescadores que capturam espécies controladas e proteção do benefício aos verdadeiros pescadores, mais de 79 mil carteiras profissionais do Registro Geral da Pesca foram canceladas, sendo mais de 20 mil no Estado do Pará, com a consequente suspensão do recebimento do valor de um salário mínimo pago durante o período de reprodução das espécies.

Para estruturar e modernizar as diversas etapas da cadeia produtiva, o MPA adotou a abordagem territorial na implantação de suas políticas, criando 53 câmaras temáticas em 2010, envolvendo 900 instituições públicas e da sociedade civil e resultando na aprovação de 38 planos territoriais. Atualmente, 62 territórios são beneficiados pelas políticas do setor, além dos 174 onde foram identificados territórios da pesca e aquicultura, congregando 1.886 Municípios e mais de 500 mil pescadores.





A organização do setor também foi amplamente debatida no I Encontro Nacional dos Territórios da Pesca e Aquicultura e na I Feira Internacional da Pesca e Aquicultura (Aquapescabrasil), onde 13 países, incluindo os maiores produtores aquícolas mundiais, como a China, estiveram no Brasil em busca de negócios e novas experiências. A Aquapescabrasil reuniu mais de 10.500 pessoas, 63 expositores e gerou um volume de negócios de mais de R\$ 25 milhões.

O I Encontro Nacional da Pesca Amadora reuniu representantes de diversos segmentos para debater as diretrizes do setor. Com a promulgação da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, a gestão da atividade da pesca amadora, antes de responsabilidade do Ibama, passou para a coordenação do MPA, que em 2010 criou a estrutura organizacional responsável pelo registro e licenciamento da atividade.

7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária

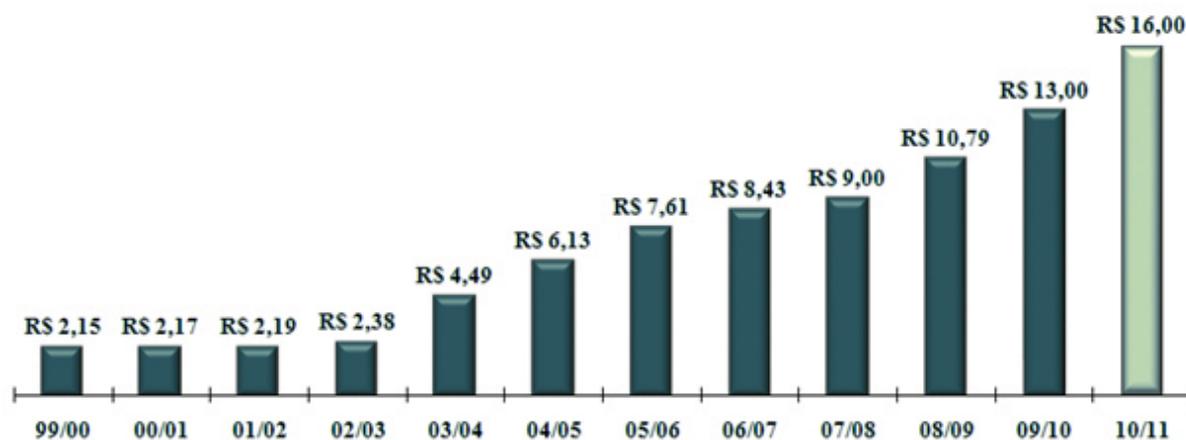
a) Agricultura Familiar

a.1) Crédito Rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O volume de recursos emprestados nas linhas do crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no ano-safra de 2009/10, foi ampliado em R\$ 2,21 bilhões em relação ao volume aplicado na safra anterior. O crescimento percentual do volume aplicado foi de 20,48%.

O gráfico abaixo apresenta a evolução do volume de recursos, em termos nominais, emprestados aos agricultores familiares no Pronaf, em cada ano-safra, e o volume disponibilizado para o ano-safra de 2010/2011.

Utilização dos recursos do Pronaf pelos Agricultores Familiares
Valores nominais (R\$ bilhões)



Fonte: MDA/SAF

Dentre as linhas de crédito disponibilizadas pelo programa, a Pronaf Mais Alimentos foi destaque do ano-safra 2009/2010. Foram ampliados os produtos e produtores beneficiados. Hoje, o Pronaf Mais Alimentos financia o preparo e conservação do solo, máquinas e implementos agrícolas para a produção, a armazenagem e o transporte de açafrão, arroz, café, cana-de-açúcar, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, soja, sorgo e trigo, e também para fruticultura, cultivo de palmito, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.





Nos dois anos-safra de operacionalização (2008/2009 e 2009/2010), o Mais Alimentos possibilitou o financiamento de R\$ 3,58 bilhões, atendendo a mais de 85 mil agricultores.

Visando a fomentar a diversificação produtiva e oferecer suporte aos agricultores que realizam financiamentos no âmbito do Pronaf Mais Alimentos, e nas demais linhas de financiamento de investimento do Pronaf, foi criado o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). O PGPAF garante as operações de custeio e investimento realizadas no âmbito do Pronaf, até o limite de R\$ 5.000,00 por agricultor, em caso de queda nos preços no momento da comercialização. O número de culturas amparadas pelo PGPAF foi ampliado para 44, contemplando: arroz, feijão, mandioca, milho, leite, soja, tomate, inhame, cará, café arábica, café conilon, castanha de caju, algodão (caroço), alho, amendoim, borracha natural, caprinos, ovinos, castanha do brasil, cebola, girassol, juta, malva, mamona, pimenta do reino, pó cerífero de carnaúba, sisal, sorgo, trigo, triticale, açaí, babaçú (amêndoa), borracha natural extrativa, castanha-do-brasil (em casca), pequi (fruto), piaçava (fibra), uva, maçã, cana-de-açúcar, banana, abacaxi, umbu, mangaba, baru e babaçu.

Em 2009 o Governo criou o Pronaf Sustentável, nova abordagem para a liberação de recursos do Pronaf que utiliza um conjunto de metodologias de assessoramento técnico visando a promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares. As famílias atendidas pelo programa poderão obter maior renda por área cultivada e ao mesmo tempo fazer a recomposição ambiental das propriedades, contribuindo para a recuperação do fluxo hidrológico da região. Em 2010, o Pronaf Sustentável foi operado em projetos-piloto que atenderam a mais de 700 agricultores. Até meados de 2011, o atendimento deverá ser ampliado para 10 mil agricultores.

a.2) Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)

As atividades rurais estão sujeitas a diversos riscos. A qualquer momento pode ocorrer seca, chuva excessiva, geada, granizo, ventos fortes, variações excessivas de temperatura e pragas e doenças sem método de combate difundido, que comprometem a produção e a renda no campo.

Por isso, o Governo criou o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), com garantia de renda, que promove o crescimento da produção agrícola e ajuda a manter o agricultor no campo. Além disso, reduz o risco bancário das operações de crédito.

Em seis anos de existência, o SEAF se consolidou como o maior programa de seguro para a agricultura familiar no continente americano, com mais de 500 mil empreendimentos amparados em todo o País e com um valor total segurado de mais de R\$ 4,5 bilhões. Na safra 2010-2011, mais de 40 tipos de culturas agrícolas deverão ter cobertura pelo SEAF.

A sustentabilidade técnica e financeira do programa tem sido viabilizada por meio de ações de gestão de riscos envolvendo aprimoramento de condições operacionais, monitoramento e assistência técnica para orientação aos agricultores na adoção de boas práticas de cultivo. Essas ações possibilitaram manter sob controle os índices de sinistralidade. Há quatro anos, o SEAF vem operando com indicadores compatíveis com as referências internacionais do mercado de seguros. Por outro lado, as ações articuladas com o sistema de assistência técnica têm contribuído para a redução das perdas, o que significa ampliação da produção de alimentos e da renda.

O SEAF opera em articulação com o financiamento de custeio agrícola do Pronaf. A cobertura para o custeio compreende 100% do valor financiado, mais uma parcela de renda correspondente a 65% da receita líquida esperada da lavoura. Essa parcela de renda era limitada a R\$ 2.500,00. A partir de julho de 2010, esse valor foi elevado para R\$ 3.500,00.

Para aderir ao seguro, o agricultor paga uma taxa de apenas 2%, incluída no financiamento de custeio agrícola, sendo o prêmio de seguro subvencionado pelo Governo.





Na safra 2010/2011 foi criada uma nova modalidade de cobertura: o SEAF Investimento. A adesão é feita na operação de custeio agrícola do Pronaf, podendo ser enquadradas operações de investimento contratadas a partir de 1º de julho de 2007. Essa nova modalidade cobre até 100% da prestação de financiamento de investimento do Pronaf, limitada à margem segurável na operação de custeio e a R\$ 5.000,00 por agricultor.

Investimentos em máquinas, equipamentos, recuperação de solos, melhoramento genético e outras formas de ampliação e modernização da infraestrutura produtiva têm sido cada vez mais necessários para aumentar a produtividade, reduzir custos, melhorar as condições de trabalho e a qualidade dos produtos, de modo a atender às exigências do mercado, aumentar a produção e a renda. O SEAF Investimento foi criado para apoiar o agricultor nesse esforço e irá contribuir para ampliar o acesso ao crédito de investimento e oferecer maior segurança ao agricultor familiar no desenvolvimento de suas atividades produtivas.

a.3) Garantia- Safra

O Garantia-Safra é um seguro de renda e tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sujeitos à perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, situados na área de atuação da Sudene, que compreende a Região Nordeste, norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Municípios do Espírito Santo. O Garantia-Safra disponibiliza o valor de R\$ 640,00 para cada família que tenha perda comprovada de, pelo menos, 50% da produção nas lavouras de milho, feijão, arroz, mandioca e algodão.

Nos oito anos de implementação do Garantia-Safra, observa-se um contínuo crescimento da participação e interesse dos Municípios e dos agricultores familiares. Iniciou-se em 2002, com 333 Municípios participantes, 550 mil cotas distribuídas e 200 mil agricultores aderidos. Em 2010, foram 859 Municípios, 700 mil cotas e 661 mil agricultores participantes. O programa tem boa aceitação entre gestores, organizações sociais e agricultores.

Evolução da participação de Municípios e agricultores

QUANTIDADE	SAFRA 02-03	SAFRA 03-04	SAFRA 04-05	SAFRA 05-06	SAFRA 06-07	SAFRA 07-08	SAFRA 08-09	SAFRA 09-10
MUNICÍPIOS	333	367	465	543	471	635	714	859
AGRICULTORES	200.292	177.839	287.861	356.584	346.321	558.606	553.225	661.802

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Durante o período 2003-2010, 3.142.530 agricultores familiares aderiram ao programa. Desse total, 2.004.452 tiveram perda comprovada de produção e foram amparados pelo Garantia-Safra.

Evolução da quantidade de agricultores aderidos ao programa e de agricultores que receberam o benefício do Garantia-Safra

Safra	Agricultores Aderidos	Agricultores Pagos	%
2002-2003	200.292	85.056	42,47
2003-2004	177.839	75.810	42,63
2004-2005	287.861	211.339	73,42
2005-2006	356.584	106.081	29,75
2006-2007	346.321	316.000	91,24
2007-2008	558.606	182.147	32,61
2008-2009	553.225	423.538	76,56
2009-2010	661.802	604.481	91,34
Total	3.142.530	2.004.452	63,78

Fonte: MDA/SAF





Para a safra 2010/2011, foram disponibilizadas 732.540 cotas de participação e as adesões estão em andamento com elevada procura e aceitação por parte dos agricultores familiares, municipalidades e governos estaduais.

a.4) Apoio à Comercialização

Em pouco mais de sete anos de sua criação, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) investiu mais de R\$ 3,5 bilhões na aquisição de aproximadamente 3,1 milhões de toneladas de alimentos, envolvendo uma média de 160 mil agricultores familiares por ano, em mais de 2.300 Municípios. Os alimentos adquiridos contribuem para o abastecimento, em média, de 25 mil entidades beneficentes e assistenciais por ano, que atendem a cerca de 15 milhões de pessoas.

Em 2010, o volume de recursos destinados ao PAA superou a marca de R\$ 800 milhões, beneficiou aproximadamente 213 mil agricultores familiares em todo o País e possibilitou a aquisição de 539 mil toneladas de alimentos. Considerando-se apenas o executado com recursos do MDA, foram aplicados cerca de R\$ 60 milhões nas modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar e Apoio à Formação de Estoques, beneficiando cerca de 11 mil agricultores familiares.

O PAA será reforçado no ano de 2011, com estimativa de recursos orçamentários podendo chegar aos R\$ 2 bilhões. A tendência é que as modalidades de aquisição de alimentos financiadas pelo MDA também atinjam níveis maiores, superando os recursos disponibilizados em 2010.

Além disso, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, estabelece que do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. Assim, desde 2009, os Municípios iniciaram processo de compra da agricultura familiar.

Em 2010, foram disponibilizados pelo FNDE R\$ 900 milhões para aquisição de produtos diretamente da agricultura familiar. De acordo com o levantamento realizado em meados de julho de 2010, 1.576 Municípios estavam comprando gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, ou seja, 28,31% dos Municípios. O trabalho desenvolvido para a mobilização e capacitação de atores sociais da agricultura familiar tem contribuído para a efetivação do programa..

a.5) Biodiesel e Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel é um programa interministerial do Governo Federal, que objetiva a implementação da produção e uso do Biodiesel de forma sustentável, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda. Como fruto do Programa, já existem 63 Pólos de Biodiesel no Brasil, que abrangem 1.091 Municípios.

Atualmente, 33 empresas já operam com o Selo Combustível Social, estimulando e fortalecendo aproximadamente 100 mil famílias produtoras de oleaginosas em todo o País, organizadas em 60 cooperativas de agricultores familiares. Na Região Nordeste, uma das regiões prioritárias, são cerca de 40 mil famílias que participam do Programa e movimentam cerca de R\$ 50 milhões.

Lançado em 2009, na Região Norte, o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo já conta com a participação de cerca de 2.000 famílias e funciona como alternativa estratégica para a diversificação de matérias-primas para o biodiesel, geração de energia para comunidades isoladas, recuperação de áreas degradadas, regularização fundiária e geração de renda.





a.6) Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar

O ano de 2010 é um marco para a agricultura familiar brasileira em virtude da publicação da Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010, e do Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010, que dispõem sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER). Sob o amparo dessa nova legislação, os serviços de ATER passam ser prestados por instituições ou organizações, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, selecionadas por meio de chamada pública. Essa nova forma de contratação visa principalmente a qualificar os serviços de ATER e garantir o fornecimento desses serviços de forma continuada.

No decorrer do ano, foram feitas quatro rodadas de chamadas públicas de ATER para atender os públicos dos Territórios da Cidadania, Operação Arcoverde, Programa Nacional do Crédito Fundiário, Semi-árido e ATER Indígena, com previsão de contratação de serviços para atender a cerca de 290 mil famílias. Além disso, está em curso o novo credenciamento de entidades prestadoras de serviços de ATER, de acordo com a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Até o momento, já são 437 organizações credenciadas pelo MDA, em processo que envolveu a participação dos conselhos estaduais de desenvolvimento rural ou similar, abrangendo mais de 18.000 técnicos em todos os Estados da Federação.

As ações de formação realizadas diretamente pelo MDA focaram o desenvolvimento rural sustentável, o uso de métodos e ferramentas que promovam a participação, a qualificação para acesso ao crédito e o combate à pobreza rural, a produção agrícola e pecuária de base ecológica, o enfrentamento das gripes suína, equina e aviária, a implantação de sistemas agroflorestais e a qualificação para o trabalho com cadeias produtivas e arranjos produtivos locais.

a.7) Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Na implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, o Governo, por intermédio do MDA, tem difundido, disseminado e fomentado, nos territórios rurais apoiados, ações que contribuam para a ampliação das habilidades, competências e conhecimentos dos atores sociais, para o desenvolvimento local de acordos e arranjos capazes de dar suporte à implementação das iniciativas locais e que caminhem no sentido da gestão social do processo de desenvolvimento territorial.

Complementam essa atuação as ações desenvolvidas com vistas ao fortalecimento dos colegiados territoriais e do processo de planejamento, materializado no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), bem como ações de apoio à dinamização econômica nos territórios rurais e de articulação de políticas públicas que possam dar suporte aos programas e projetos que compõem o PTDRS. O fomento ao associativismo e cooperativismo da agricultura familiar e de assentados da reforma agrária é uma das estratégias adotadas pelo programa com vistas ao fortalecimento dos seus beneficiários prioritários.

Ao longo do ano de 2010, o Governo apoiou 164 Territórios Rurais, selecionados nas 27 Unidades da Federação, abrangendo 2.500 Municípios, com uma população de cerca de 52,2 milhões de pessoas, correspondendo a uma área de 5.046.045,5 km² – 58,5 % da área total do País. Nesses territórios concentram-se 60,86% dos beneficiários diretos das ações do MDA.

Os recursos totais aplicados pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, em 2010, foram da ordem de R\$ 322,9 milhões, sendo que os principais resultados obtidos no exercício são:

- Constituição dos colegiados territoriais em todos os 164 territórios apoiados, organizados com base nos princípios da participação, do diálogo e da transparência, tendo como referência a observância de critérios como a representatividade, a diversidade e a pluralidade de segmentos sociais e de interesses de cada território;





- Discussão e deliberação no âmbito dos colegiados territoriais dos projetos de infraestrutura e de serviços apoiados, com aplicação de R\$ 191,9 milhões, com destaque para os investimentos em infraestrutura hídrica, em infraestrutura social, em espaços de comercialização e em projetos de agroindustrialização e agregação de valor à produção;
- Elaboração de 18 novos PTDRSs, totalizando 136 territórios que dispõem dessa ferramenta de planejamento e gestão;
- Formação de 56.204 pessoas para atuarem como agentes de desenvolvimento;
- Realização do projeto Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Coopersol), para apoio aos empreendimentos associativos e cooperativos da agricultura familiar, com investimento da ordem de R\$ 56,7 milhões para a formação de quadros dirigentes, assessoramento aos empreendimentos no acesso a mercados e o planejamento de cadeias e de negócios dos empreendimentos; e
- Continuidade na implementação do Projeto Dom Hélder Câmara, direcionado aos assentamentos da reforma agrária na região do semiárido do Nordeste, com a aplicação de R\$ 21,4 milhões em ações voltadas à melhoria da qualidade de vida e da capacidade produtiva do público-alvo, destacando-se assistência técnica permanente prestada a 15.050 famílias, a qual envolve aspectos referentes à comercialização de produtos, educação no campo e convivência com o semiárido, além do apoio ao processo de alfabetização e capacitação de jovens e adultos.

Para 2011, espera-se a incorporação de mais 36 territórios rurais, totalizando 200, para o desenvolvimento das seguintes prioridades: i) consolidar os colegiados territoriais como instituições qualificadas para a gestão social do desenvolvimento; ii) consolidar os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e demais instrumentos de planejamento territorial; iii) assegurar o funcionamento dos projetos de investimento contratados a partir de 2003, buscando apoiar e fortalecer processos que favoreçam a gestão dos empreendimentos apoiados pelo programa; iv) sistematizar e divulgar resultados da estratégia de desenvolvimento rural sustentável a partir da abordagem territorial; v) consolidar as bases de serviços técnicos como unidades de assessoramento à comercialização e ao cooperativismo da agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária; e vi) consolidar as estratégias para a formação de agentes de desenvolvimento, com foco na gestão social de políticas públicas e de empreendimentos sociais e produtivos.

a.8) Programa Arca das Letras

O Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras promove o acesso ao livro e incentiva a leitura no meio rural, por meio das ações de implantação de bibliotecas, de formação de agentes de leitura e da distribuição de acervos adequados à diversidade cultural das comunidades rurais brasileiras, atendendo às famílias que vivem nos assentamentos da reforma agrária, nas comunidades de agricultura familiar, de remanescentes de quilombos, indígenas e ribeirinhas e em colônias de pescadores.

O programa articula ações de diversos ministérios, bem como de outras esferas públicas e privadas, que publicam livros ou produzem informações de interesse para as pessoas que vivem no meio rural. Também integra recursos dos Estados e Municípios, a fim de criar condições adequadas para a implantação das bibliotecas.

No período de 2003 a 2010, as ações e parcerias desdobraram-se conforme suas áreas de afinidades e o programa alcançou todos os Estados do País, tendo chegado a mais de oito mil comunidades, em cerca de 2.900 Municípios. Os mais de 1,5 milhão de livros distribuídos nas bibliotecas circulam nas mãos de aproximadamente 900 mil famílias do campo, promovendo acesso à informação e ampliação de conhecimento. Foram, ainda, capacitados 14 mil agentes de leitura que fazem a gestão das bibliotecas comunitárias e mantêm a dinâmica de acesso e compartilhamento do conhecimento no campo.





O Programa Arca das Letras implantou, em 2010, 860 bibliotecas em 331 Municípios, e capacitou 1.429 agentes de leitura, promovendo o acesso de 98 mil famílias aos mais de 179 mil livros distribuídos.

Desde 2007 estão sendo formadas comissões de agentes de leitura nos territórios da cidadania para o acompanhamento sistemático das bibliotecas. Os agentes de leitura também são preparados para identificar, promover e difundir a cultura local. O programa fez a produção fonográfica da série Cantos do Semiárido, que revelou a artista popular Zabé da Loca, da Paraíba, premiada como artista revelação da música brasileira em 2009, e também premiada com a Ordem do Mérito Cultural, em 2008, e Mestre da Cultura Popular, em 2010. Na mesma série, o Grupo de Negros e Negras do Leitão da Carapuça, de Pernambuco, ganhou o prêmio Mestre da Cultura Popular em 2010, na categoria grupo. Outros artistas do campo são identificados em vários segmentos e, por meio das bibliotecas, revalorizados em suas comunidades e Municípios.

Em 2010, iniciou-se a formação da Rede Nacional de Bibliotecas Rurais Arca das Letras, que deve fortalecer as ações de incentivo à leitura, à pesquisa, à educação e à cultura no campo, com vistas a congregar as oito mil bibliotecas e mais de 16 mil agentes de leitura em atividade nas comunidades rurais, e articular a formação de Redes Estaduais de Bibliotecas Rurais Arca das Letras. As redes estaduais se formam em encontros de agentes de leitura, que discutem as propostas e vão se integrando para a criação da base da rede nacional.

O Programa Arca das Letras tem como prioridade, para o ano de 2011, implantar 800 novas bibliotecas, atualizar o acervo das oito mil bibliotecas rurais já implantadas, com literatura infantil, para jovens e para adultos, e realizar encontros estaduais de agentes de leitura para troca de experiências e capacitação.

a.9) Políticas para as Mulheres Rurais

O reconhecimento das desigualdades de gênero no meio rural propiciou a implantação de políticas de ação afirmativa, que visam a reparar a profunda assimetria entre as condições de homens e mulheres. Dentre as políticas públicas de apoio às mulheres rurais elaboradas, destaca-se a instituição de mecanismos para a promoção da igualdade de gênero no âmbito do II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater).

As mulheres ampliaram sua influência na gestão das políticas com a participação no Comitê Permanente de Promoção da Igualdade no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e nos Comitês Gestores do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e do Programa de Organização Produtiva.

Em 2010, deu-se continuidade às parcerias estabelecidas com entidades feministas para desenvolver ações de formação e capacitação, com o objetivo de estimular as mulheres rurais a participarem ativamente do processo de formulação e implementação das medidas e ações que visam a lhes garantir acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, e aos direitos de cidadania e de acesso à terra. Foram realizadas ações de capacitação, articulação e mobilização envolvendo mulheres trabalhadoras rurais, técnicos, gestores, conselheiros e conselheiras dos colegiados em 86 Territórios da Cidadania. Nesse período foram constituídos 77 comitês de mulheres integrados aos Colegiados Territoriais.

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) assegura o acesso gratuito à documentação civil e trabalhista para as mulheres rurais, acampadas e assentadas da reforma agrária, ribeirinhas, extrativistas, indígenas e quilombolas, dentre outras. As ações são desenvolvidas por meio de mutirões itinerantes, nos quais são emitidos o registro e a certidão de nascimento, o Cadastro de Pessoa Física (CPF), a Carteira de Identidade (CI/RG), a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o registro junto ao Instituto Nacional do Seguro Social e o Registro Geral da Pesca (RGP).





O atendimento às mulheres no âmbito do PNDTR foi modernizado com a implantação de 24 unidades móveis adaptadas, denominadas Expresso Cidadã, que atuam em todo o País, emitindo documentos de forma on-line e garantindo agilidade de atendimento. Com isso, ampliou-se a demanda e a oferta dos serviços previdenciários (concessão de aposentadorias, agendamento de perícias, auxílio-doença, auxílio-acidente, licença-maternidade), de emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf e do bloco de notas/talão de notas da produtora rural.

Em 2010, foram realizados 826 mutirões itinerantes em 780 Municípios, com a emissão de 372.619 documentos para mais de 179.091 mulheres. O PNDTR também atuou em Estados que foram atingidos por situação de emergência, como Alagoas e Pernambuco, garantindo documentação aos atingidos pelas enchentes.

A renda e autonomia para as mulheres ganharam força com o Programa Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMPR), que estimula a organização econômica das mulheres, com o apoio à gestão, produção, comercialização e capacitação, além da promoção de estudos e pesquisas. O programa viabilizou, em 2010, a capacitação de mais de 15 mil mulheres em políticas públicas, envolvendo representantes de grupos produtivos e movimentos sociais. Através do chamamento público do POPMPR estão em processo de contratação 41 projetos com investimento de mais de R\$ 8 milhões e benefício para mais de 16 mil mulheres e suas organizações produtivas.

O apoio à comercialização dos produtos das mulheres rurais ocorreu através da formalização de convênios para realização de feiras territoriais no Rio Grande do Norte e na ampliação da participação das mulheres na Feira Nacional da Agricultura Familiar, onde participaram 197 grupos de mulheres ou com predominância de mulheres, correspondendo a 33,45% dos expositores.

Na oferta de crédito especial para mulheres, o Pronaf Mulher transformou-se numa linha específica de investimento independente do crédito contratado pelo grupo familiar. Para ampliar o acesso ao crédito especial para mulheres foi estabelecida parceria com o Banco do Nordeste (BNB) para capacitar seus agentes financeiros sobre economia feminista, gênero e políticas para mulheres.

Em 2010 foram realizados 27 seminários estaduais de ATER envolvendo mulheres rurais, assessores técnicos de diferentes órgãos e entidades para identificação e qualificação das demandas das mulheres. As chamadas públicas para contratação de serviços de ATER para mulheres representou investimento da ordem de R\$ 5 milhões em 2010, beneficiando mais de três mil mulheres.

Para garantir o acesso das mulheres à reforma agrária foram instituídas medidas como: i) titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos constituídos por um casal (Portaria INCRA/MDA nº 981, de 2 de outubro de 2003); ii) preferência às famílias chefiadas por mulheres na destinação dos lotes (critério complementar da sistemática de classificação das famílias beneficiárias – IN 38/2007); iii) apoio à integração das mulheres nas políticas de desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária através do Crédito Apoio Mulher e da ATES; iv) capacitação de servidores sobre gênero e políticas para as mulheres; e v) avaliação das políticas para assentadas em encontros regionais. Os resultados apontam para a elevação do percentual de mulheres beneficiárias da reforma agrária de 13% em 2001 para 55% em 2007 e de mulheres chefes de família de 13% em 2003 para 26% em 2007.

Para ampliar o acesso ao crédito produtivo foi realizada em 2010 a oficina nacional sobre o Crédito Apoio Mulher, com a participação de 84 representantes de movimentos sociais e gestores do INCRA. Os serviços de ATES passaram a orientar a participação das mulheres nas atividades de caráter individual e coletivo e o atendimento de suas demandas produtivas. Para as atividades de caráter coletivo um importante avanço foi a obrigatoriedade da inclusão de serviços de apoio para o cuidado das crianças, com a contratação de recriadoras infantis e disponibilização de brinquedotecas ou equivalentes.

Foram publicados trabalhos no CD Gênero no Meio Rural: Levantamento Bibliográfico, que traz informações sobre a produção cien-





tífica de mulheres no meio rural. Em 2010, apoiou-se a promoção de editais de pesquisas em nível de pós-graduação e a realização do Simpósio Feminismo, Ação Política e Agroecologia, com a participação de pesquisadores e estudantes envolvidos com essa temática.

Foi realizado o Seminário Internacional Políticas Públicas para as Mulheres: Diálogo Sul-Sul, com a presença de 23 países, no qual se discutiu a situação das mulheres rurais e camponesas, suas demandas no âmbito de novas dinâmicas de desenvolvimento e as estratégias para impulsionar novas iniciativas de cooperação bilateral ou multilateral, criando uma agenda comum para os próximos períodos.

a.10) Política Internacional para Agricultura Familiar e Reforma Agrária

No âmbito das relações internacionais a prioridade foi assegurar o reconhecimento da contribuição da agricultura familiar e da reforma agrária para a garantia da segurança alimentar, o combate à pobreza e o desenvolvimento rural sustentável.

O MDA contribuiu para que o sistema das Nações Unidas incorporasse a agenda de reforma do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA). O CSA passa a se constituir no principal instrumento da governança internacional no combate à fome, promovendo o diálogo entre governos das Nações Unidas e a sociedade civil mundial.

O Governo implementou os compromissos definidos na iniciativa “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”, constituindo um programa de capacitação em assistência técnica e extensão rural e projetos de compras públicas da agricultura familiar em países africanos. Também foi instituído o Programa Mais Alimentos África que oferece máquinas e equipamentos agrícolas brasileiros para o desenvolvimento da agricultura familiar dos países africanos. O financiamento aprovado na CAMEX destinará US\$ 640 milhões nos próximos dois anos para apoiar a produção de alimentos da agricultura familiar e garantir a segurança alimentar e nutricional daqueles países, gerando cerca de 64 mil empregos diretos no Brasil. Aliando financiamento de tecnologia brasileira em condições excepcionais (15 anos para pagamento, 3 anos de carência, taxa Libor), cooperação técnica solidária e apoio à implementação de políticas públicas locais, o Brasil mais uma vez inova no cenário internacional e inaugura um novo paradigma da cooperação internacional Sul-Sul.

O MDA também avançou no tratamento diferenciado para a agricultura familiar e a reforma agrária nas negociações internacionais, preservando a capacidade nacional de implementar políticas de compras públicas de alimentos da agricultura familiar como o PAA e o PNAE, e apoiou a recuperação da capacidade de regulação do Estado sobre a internacionalização das terras brasileiras.

Na integração regional o grande feito, no âmbito da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (REAF), foi a criação de Registros Nacionais da Agricultura Familiar em cada país do bloco, estabelecendo a base para desenvolver ações regionais conjuntas e a decisão dos Ministros responsáveis pela agricultura familiar do Mercosul de estruturarem programas de aquisições públicas de alimentos da agricultura familiar, a exemplo do PAA.

Para 2011 as prioridades serão implantar o Programa Mais Alimentos África em pelo menos dois países africanos; projetos que destinem a produção local de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar em cinco países africanos; e avançar na complementação produtiva da agricultura familiar no Mercosul. Para esta última ação, será fundamental contar com a colaboração do Congresso Nacional na aprovação do Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul (PDC 2.841/10).

a.11) Programa Territórios da Cidadania

Ao longo do ano de 2010 foram beneficiados 120 territórios em todas as unidades da Federação, totalizando 1.852 Municípios e





alcançando 13,1 milhões de pessoas na área rural, o que equivale a 46,2% da população rural brasileira.

Os 22 Ministérios que integram o Programa mantiveram-se mobilizados desde o início do ano, quando foi estruturada uma matriz de ações do Governo Federal com 180 ações e aporte de recursos no valor de R\$ 27,6 bilhões. Dados de 31 de outubro de 2010 relativos a 138 ações das ações programadas registram que foram empenhados R\$ 16,6 bilhões, ou seja, 62,4%, e pagos R\$ 14,8 bilhões, equivalendo a 55,6% de tais compromissos, o que permite estimar pagamento efetivo de aproximadamente 80% dos valores inicialmente programados. Informações mais detalhadas sobre a execução das ações do Programa Territórios da Cidadania são encontradas ao longo desta Mensagem, nas seções específicas de cada órgão que participa do programa.

Em 2010 foi desenvolvido novo ciclo anual e deu-se continuidade ao esforço de ampliar a participação social e de representantes do poder público nas articulações relacionadas aos processos decisórios das políticas públicas compreendidas pelo Programa. Intensificou-se também o trabalho voltado para a integração das políticas públicas no âmbito estadual, com a participação efetiva dos governos subnacionais.

Neste sentido, cabe destaque à promulgação da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, na qual constam dispositivos que transformam em obrigatórias, a partir de 2011, as transferências a Municípios beneficiados pelo Programa Territórios da Cidadania que possuem menos de 50 mil habitantes. Ademais, o recorte utilizado pelo Programa foi adotado como referência na alteração de regras e na priorização em diversas seleções de outras políticas, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), Programa Minha Casa, Minha Vida, Unidades Básicas de Saúde, Farmácias Populares, Unidades Odontológicas Móveis, Pontos de Cultura, Construção de Cisternas, entre outras.

Para além do aumento da efetividade das políticas públicas relacionadas ao Programa Territórios da Cidadania, resultado da ampliação do acesso das populações beneficiárias às ações ofertadas pelo Governo e da complementaridade com iniciativas relevantes, tais como o PAC e o Programa Bolsa Família, houve avanço na constituição de uma política pública de Estado inclusiva para a população rural. Uma forte evidência disso é o número de Estados que utilizaram a estratégia do Programa na elaboração de matrizes de ações estaduais ou adotaram a abordagem territorial para o planejamento e gestão de suas políticas públicas. No conjunto, já são 18 unidades da Federação engajadas neste esforço.

As metas para 2011 são: i) configuração do Programa como uma das principais estratégias de combate à pobreza rural; ii) fortalecimento da estrutura de gestão do Programa, dos instrumentos de diálogo com os territórios, de participação social e de suas instâncias de gestão – Comitê Técnico, Comitês de Articulação Estaduais e Colegiados Territoriais; iii) fortalecimento das relações federativas entre as três esferas de Governo; iv) fortalecimento dos Colegiados Territoriais como instâncias essenciais para o Programa; v) melhoria da articulação entre o Programa e outros programas de governo; vi) elaboração de plano de comunicação e divulgação; vii) aprimoramento do acompanhamento e monitoramento das metas e ações; viii) garantia da efetividade dos recursos definidos como transferências obrigatórias na Lei nº 12.249, de 2010, para Municípios de até 50 mil habitantes; ix) organização da matriz de ações voltadas para o cumprimento de metas estabelecidas para a redução das desigualdades no meio rural; x) aprimoramento do Portal do Programa com novas funcionalidades para o diálogo com os territórios e o acompanhamento do Programa; e x) apoio para a melhoria da capacidade técnica das prefeituras para acesso às políticas públicas.





b) Reforma Agrária

b.1) Assentamentos e Incorporação de Terras à Reforma Agrária

Atualmente, a reforma agrária conta com 85,8 milhões de hectares incorporados, 8.763 assentamentos estabelecidos e cerca de 924,2 mil famílias assentadas.

No período de 2003-2010, o Governo ultrapassou a expressiva marca de 613,9 mil famílias assentadas, o que equivale a pouco mais de 66,4% do total de famílias já assentadas no País. Foram criados 3.551 projetos de assentamento, em 48,3 milhões de hectares. Em aproximadamente 86% desta área destinada à reforma agrária (42,3 milhões de hectares), foram criados projetos ambientalmente diferenciados, na maior parte situados na região da Amazônia Legal. Para atingir esses resultados, foram ampliados os recursos destinados à obtenção de terras, totalizando cerca de R\$ 7,45 bilhões em oito anos.

Somente em 2010, foram destinados R\$ 481,4 milhões para a obtenção de terras, por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais, incorporando à reforma agrária 243,3 mil hectares, que possibilitaram a criação de 203 novos projetos para o assentamento de 39.483 famílias.

b.2) Investimentos em Qualidade dos Assentamentos

Nos últimos anos, foram ampliados e intensificados os investimentos em ações de qualificação dos projetos de assentamento, essenciais para garantir qualidade de vida e condições sustentáveis de produção aos assentados. O Governo retomou e ampliou significativamente o serviço de assistência técnica aos assentados e elevou os recursos destinados aos créditos para a instalação das famílias. Além disso, investiu na estruturação dos assentamentos, especialmente na construção e reforma de estradas e no abastecimento de água.

Em 2010, foram aplicados R\$ 140,5 milhões em serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental na Reforma Agrária (ATES). Este montante de recursos possibilitou a contratação de cerca de 3.200 profissionais, responsáveis pelo acompanhamento e orientação produtiva, social e ambiental de 295,8 mil famílias, em 3.395 projetos de assentamento em todo o País. A partir da aprovação da nova Lei de ATER foram lançadas 17 chamadas públicas para a contratação de prestadoras de serviço de ATER para reforma agrária, o que permitirá ampliar o atendimento para mais 165,6 mil famílias em 13 Estados. Estima-se que até março de 2011 seja concluído processo de seleção para o atendimento do restante das famílias a serem beneficiadas.

Existem diversas etapas para estruturação dos assentamentos. Dentre essas, a aplicação do crédito instalação é fundamental. Em 2010, o aporte máximo previsto por família nas nove modalidades de crédito instalação foi de até R\$ 42.200,00, com destaque para o apoio inicial para a estruturação da família; a construção e reforma de moradia; o fomento; o crédito adicional para o semiárido; e o Crédito Mulher. Em 2010, 28 mil famílias tiveram recursos disponibilizados para a construção ou recuperação de casas nos assentamentos. Além disso, foram realizadas mais de 31,2 mil outras operações de crédito, envolvendo as demais modalidades de crédito instalação ou complementações de crédito para as modalidades que tiveram seus valores reajustados. Nessas ações, foram aplicados mais de R\$ 883,5 milhões, sendo que cerca de 65% desse valor foram destinados a famílias das Regiões Norte e Nordeste.

Adicionalmente, devem ser registradas outras ações implementadas com vistas à qualificação da infraestrutura básica nos novos assentamentos, tais como a construção e recuperação de estradas e a implantação de sistemas de abastecimento de água. Em 2010, o investimento na infraestrutura básica dos assentamentos foi de R\$ 275 milhões, beneficiando mais de 82,7 mil famílias, com a construção ou recuperação de 7.765 km de estradas e a implantação de 993 sistemas de abastecimento de água.





Ressalta-se também a importante parceria realizada entre o INCRA e o Ministério de Minas e Energia (MME) que, por meio do Programa Luz para Todos, já permitiu acesso à energia elétrica para mais de 218 mil famílias, em 4.500 assentamentos no período de 2003 a 2010. Obras em execução em breve beneficiarão mais 23 mil famílias.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) vem apoiando o processo de escolarização e formação dos assentados. Em 2010, aproximadamente 17,4 mil pessoas tiveram acesso a programas de educação de jovens e adultos e capacitação de nível médio e superior nos assentamentos. Registre-se que o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, instituiu o Pronera, conforme autorizado pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

A perspectiva ambiental passou a fazer parte da rotina de trabalho do INCRA, sendo que no período de 2003 a 2010, 5.443 licenças foram protocoladas junto aos órgãos ambientais, com 2.963 licenças expedidas. Somente em 2010, 883 licenças foram protocoladas e 425 expedidas (incluindo licenças renovadas). Além disso, foram destinados cerca de R\$ 8,3 milhões em projetos de recuperação de áreas degradadas e manejo sustentável de recursos naturais com foco na preservação da biodiversidade, beneficiando diretamente mais de 1,3 mil famílias.

b.3) Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) viabiliza a aquisição de terras através de financiamento para agricultores familiares, trabalhadores rurais sem-terra, minifundistas e jovens rurais. Funciona de forma complementar aos instrumentos de reforma agrária, pois possibilita a incorporação de imóveis rurais não passíveis de desapropriação. O Programa prevê também recursos para investimentos básicos e estruturação da unidade produtiva, propiciando ocupação permanente para as famílias, o aumento da renda e melhoria das condições de vida da população rural.

Até dezembro de 2010, mais de cinco mil famílias de trabalhadores rurais conquistaram a propriedade da terra, com a aquisição de 90 mil hectares, acesso à moradia, água de qualidade, energia elétrica e assistência técnica. A política de crédito fundiário contou com o investimento de mais de R\$ 191 milhões, dos quais R\$ 154 milhões foram investidos na aquisição de terras e R\$ 36 milhões em recursos não reembolsáveis aplicados no combate à pobreza rural.

Programa Nacional de Crédito Fundiário – 2010

Projetos	Famílias	Valores (R\$)	Área (ha)
3.382	5.548	191.101.104	90.031

Fonte: Painel de Indicadores da SRA - 03/01/2011.

Dentre os avanços importantes alcançados no ano de 2010, destaca-se a assinatura da Resolução CMN nº 3.861, de maio de 2010, que permite a prorrogação do prazo de financiamento de operações de crédito fundiário com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária nos casos em que o mutuário demonstrar a incapacidade de pagamento, dando condições de recuperação e viabilização das unidades produtivas do PNCF.

Em 2010, ressalta-se também a Resolução CMN nº 3.869, de junho de 2010, que estabelece novas condições de financiamento para os beneficiários do PNCF. O Programa teve limite de financiamento por família elevado de R\$ 40 mil para R\$ 80 mil, redução das taxas de juros e maior equidade nos rebates concedidos. Para 2011, o PNCF tem como prioridades: ampliar e qualificar sua rede de mobilização e qualificação, fortalecer institucionalmente as Unidades Técnicas Estaduais (UTE), bem como focar suas ações em bolsões de pobreza rural, melhorando o assessoramento dos projetos por meio de serviços de ATER e consolidando as estratégias de comercialização e acesso a mercados. Além disso, o Programa deverá fortalecer a política de sucessão no campo, com a amplia-





ção da participação da juventude, e dar continuidade ao Consórcio Social da Juventude Rural, estabelecido por meio de parceria entre o MDA e o Ministério do Trabalho e Emprego, que já promoveu a qualificação de 10.700 jovens beneficiários do PNCF no período de 2004 a 2010.

Outras questões, como a consolidação dos instrumentos de acompanhamento da dinâmica do mercado de terras, de monitoramentos dos projetos implantados e de avaliações externas do Programa, também estão entre as prioridades para o ano de 2011.

b.4) Regularização Fundiária

b.4.1) Programa Terra Legal – Regularização Fundiária na Amazônia Legal

O Programa Terra Legal, lançado em 19 de junho de 2009, tem como objetivo a regularização fundiária de ocupações em terras públicas federais situadas na Amazônia Legal e a promoção do ordenamento territorial da região. Com base nos estabelecimentos rurais visitados pelo IBGE durante o censo Agropecuário de 2006, o programa identificou cerca de 300 mil imóveis, sendo 180 mil terras federais não destinadas e 120 mil em terras estaduais, localizados em 344 Municípios. Estes imóveis situam-se em terras pertencentes à União, 49 milhões de hectares, que são área de atuação do Programa Terra Legal, excluindo os Estados de Roraima e Amapá, que receberam as terras públicas federais por meio da Lei nº 11.949, de 17 de junho de 2009.

No Programa, a titulação dos imóveis rurais é precedida de duas etapas: o cadastramento do posseiro e o georreferenciamento do imóvel. O cadastro é declaratório e registra dados do posseiro e do imóvel. O georreferenciamento é a medição que define os limites do imóvel requerido. Também precede à titulação a consulta aos órgãos passíveis de interesse nas terras públicas federais. Desse modo, o Programa Terra Legal só regulariza posses individualmente e doa núcleos urbanos a prefeituras da Amazônia Legal quando há certeza de que a área em questão não é requerida para criação de Unidades de Conservação, Terras Indígenas ou Comunidades Quilombolas. Para aperfeiçoar esta sistemática, o Terra Legal firmará com o Ministério do Meio Ambiente, em 2011, acordo de cooperação para identificar demandas territoriais de populações tradicionais em terras públicas federais.

Desde o início da operação do programa, foram cadastrados mais de 86 mil ocupantes, totalizando quase 10 milhões de hectares requeridos, em 366 Municípios dos Estados da Amazônia Legal.

Requerentes Cadastrados no SISTERLEG – Sistema Terra Legal

UF	Nº Cadastros	% cadastros	Soma de Área (ha)	% Área
AC	2.605	3,0%	288.678	2,9%
AM	11.145	12,9%	1.248.030	12,3%
AP	299	0,3%	9.107	0,1%
MA	6.000	7,0%	317.679	3,1%
MT	1.595	1,8%	415.606	4,1%
PA	40.852	47,3%	4.713.136	46,6%
RO	19.106	22,1%	2.450.452	24,2%
RR	297	0,3%	30.152	0,3%
TO	4.396	5,1%	642.512	6,4%
Total geral	86.295	100,0%	10.115.532	100,0%

Fonte: SISTERLEG, em 31/12/2011

Dos requerentes cadastrados acima relacionados, 35.785 cadastros de posseiros de até quatro módulos fiscais, correspondentes a uma área de 1,9 milhão de hectares, foram migrados da base de dados das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP). Os demais 50.510 cadastros por requerimentos presenciais no Sistema Terra Legal (Sisterleg) correspondem a uma área de 8,2 milhões de hectares.





O Terra Legal está medindo todos os imóveis rurais cadastrados para o diagnóstico das ocupações a serem realizadas. Desde agosto de 2010, 500 glebas em 204 Municípios começaram a ser georreferenciadas, cobrindo uma área de mais de 31 milhões de hectares, equivalentes a 85,5 mil ocupações. Para 2011, já está contratada a medição de 46 mil ocupações. Com a conclusão do Pregão nº 06/10, o Estado de Rondônia terá 100% de suas terras públicas federais atendidas. Ainda no primeiro trimestre de 2011, o Programa Terra Legal concluirá a contratação plena dos serviços topográficos georreferenciados em 100% das glebas públicas federais. Um novo pregão eletrônico vai contratar a medição de mais 21,1 milhões de hectares em terras públicas federais remanescentes. O pregão atenderá cerca de 41 mil ocupações em 188 Municípios.

Os primeiros títulos do programa Terra Legal foram emitidos para 505 ocupantes, de 21 Municípios, nos Estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins.

Após receber o título, o novo proprietário torna-se responsável pela preservação da floresta e, se descumprir a legislação ambiental, pode perder o imóvel. Para monitorar o cumprimento desta cláusula ambiental prevista no documento, o Terra Legal firmou parceria com o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e vai monitorar esses imóveis por dez anos. A cada três meses o Sipam fornece um relatório sobre a situação da cobertura florestal dos imóveis titulados. Se houver comprovação de desmate ilegal, o Programa poderá retornar a área ao patrimônio da União.

O Programa também atua na regularização fundiária de núcleos urbanos na Amazônia Legal, quando situados em áreas públicas federais. Foram identificados pelo menos 172 Municípios da Amazônia Legal cuja sede municipal se localizava em terras da União, desconsiderando-se vilas, distritos e outros aglomerados urbanos. Essa situação dificultava e, em diversos casos, até mesmo impedia qualquer tipo de ação de ordenamento fundiário por parte das prefeituras e a instalação de equipamentos públicos, como escolas e postos de saúde. Com a implementação do programa, 40 núcleos urbanos foram repassados aos Municípios ao final de 2010, beneficiando mais de 800 mil habitantes. Para 2011, está prevista a doação de mais 20 áreas urbanas já licitadas nos Estados do Amazonas, Pará e Tocantins, e a contratação de cerca de 400 áreas em 248 Municípios.

b.4.2) Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas

As ações acumuladas na execução da Política Quilombola contabilizou a expedição de 72 títulos entre 2003 e 2010, regularizando 194,8 mil hectares, em benefício de 94 comunidades quilombolas e 4.820 famílias. Neste mesmo período foram publicados 129 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), totalizando cerca de 1,5 milhão de hectares em benefício de 17.997 famílias, além de 59 portarias de Reconhecimento publicadas e 41 Decretos desapropriatórios de territórios quilombolas, declaratórios de interesse social. Em 2010, o Governo emitiu oito títulos de propriedade, totalizando 14,9 mil hectares e beneficiando 330 famílias. Foram publicados 27 editais de RTIDs, abrangendo uma área de 135,9 mil hectares, em benefício de 4.991 famílias. Ocorreu também a publicação de nove portarias de reconhecimento, relativas a 32,2 mil hectares, que vão beneficiar 828 famílias.

b.4.3) Cadastro de Terras e Regularização Fundiária

O apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária abarca ações conjuntas do Governo e governos estaduais para a execução do cadastro georreferenciado de imóveis rurais inseridos em terras devolutas estaduais, com a consequente titulação das áreas de posse. As ações de regularização fundiária visam a proporcionar segurança jurídica aos agricultores beneficiados, promover o saneamento do sistema de registro público de imóveis rurais e proporcionar o conhecimento da malha fundiária dos Municípios envolvidos.

Nos últimos sete anos, as ações desenvolvidas alcançaram números expressivos no segmento da regularização fundiária, ficando





demonstrada a capacidade potencial de gerar resultados de grande impacto social. De 2004 a 2010, o Programa atuou em 207 Municípios, onde foram cadastrados 63.453 imóveis e georreferenciados 43.976, beneficiando 37.891 famílias com a titulação. Além disso, foram capacitados 213 sindicatos de trabalhadores rurais e, diretamente, mais 2.895 agricultores familiares. Também foi implantado o Sistema de Gestão Territorial, desenvolvido em *software* livre com tecnologia de geoprocessamento.

Para 2011, é prioridade do Programa dar continuidade aos convênios especiais de cadastro e regularização fundiária em execução, bem como aos convênios decorrentes do Acordo de Empréstimo BID 1633-OC/BR. Espera-se também: i) fortalecer o apoio às Delegacias do MDA no monitoramento da execução dos contratos de cadastramento e georreferenciamento; ii) consolidar o Sistema de Gestão Territorial (SGT); iii) dar início aos trabalhos de cadastramento e georreferenciamento no Estado do Maranhão, e iv) institucionalizar um Programa Nacional de Regularização Fundiária, com o propósito de apoiar os Estados na legalização das ocupações exercidas por agricultores familiares em terras públicas estaduais.

8. Desenvolvimento Regional

a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Ao longo de 2010, o Governo deu continuidade ao esforço de consolidação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), de modo a aumentar a sua representatividade no conjunto das políticas públicas governamentais. Como parte da estratégia de difusão da PNDR, foi concebido o Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional e efetivada a formatação do Sistema Nacional de Informação em Desenvolvimento Regional (SNIDR), que prevê o acompanhamento e o monitoramento da PNDR, por meio de indicadores e para o acompanhamento e a avaliação das ações programáticas no território.

Na perspectiva de combater as desigualdades regionais, o Governo deu continuidade à implementação dos Planos de Desenvolvimento da área de influência da Rodovia BR-163 e do Arquipélago do Marajó, elaborou os Planos de Desenvolvimento da Região do Xingu, área de influência da UHE Belo Monte, e da Região Turística do Meio-Norte, bem como tomou as providências iniciais para a criação dos Planos do Cerrado Setentrional e do Sudoeste Amazônico.

Destacaram-se, como instrumento dessa Política, a realização, em 2010, das ações de capacitação para a formação em gestão estratégica do desenvolvimento regional e local, em parceria com órgãos e governos estaduais dos Estados de Alagoas, Paraná, Santa Catarina e Maranhão. Tais atividades terão desdobramentos em 2011, com a realização de cursos para capacitação em desenvolvimento regional, voltados à especialização, à formação de facilitadores em elaboração de projetos para captação de recursos e à elaboração de projetos de desenvolvimento regional.

Quanto a outras ações, cabe mencionar a elaboração de anteprojeto de lei da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), em fase de conclusão, e a formulação do documento PNDR em Dois Tempos: A Experiência Apreendida e o Olhar pós 2010, o qual produz um diagnóstico sobre as desigualdades existentes no território nacional e o funcionamento das dinâmicas produtivas e demográficas atuais, abordando os principais programas e instrumentos governamentais que dão sustentabilidade à Política. O documento propõe, ainda, a atualização da PNDR, mediante debate com a sociedade brasileira, no decorrer do exercício 2011.

No âmbito da gestão do financiamento da PNDR, os contratos efetivados com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), totalizaram, até novembro de 2010, R\$ 13,5 bilhões, representando um crescimento de 10,7% em relação a idêntico período de 2009 (R\$ 12,2 bilhões). Na Região Centro-Oeste, por meio do FCO, aplicou-se R\$ 3,5 bilhões; na Região Nordeste, com recursos do FNE, foram aplicados R\$ 8,3 bilhões e, na Região Norte, investiu-se R\$ 1,7 bilhão com recursos do FNO. Com esses recursos, foram contratadas 455.837 operações, representando





7,2% de crescimento em relação ao mesmo período de 2009.

Para 2011, está previsto o aporte de recursos dos Fundos para essas três Regiões de aproximadamente R\$ 19,4 bilhões, sendo R\$ 5,3 bilhões provenientes do FCO, R\$ 10,6 bilhões do FNE e R\$ 3,5 bilhões do FNO.

Valores Contratados - 2009 e 2010* Financiamentos Concedidos

R\$ mil

Fundo/ Ano	FCO			FNO(*)			FNE			Total		
	2009 (a)	2010 (b)	(b)/(a) %	2009 (a)	2010 (b)	(b)/(a) %	2009 (a)	2010 (b)	(b)/(a) %	2009 (a)	2010 (b)	(b)/(a) %
Total	2.827.624	3.572.627	26,3	2.122.515	1.650.281	-22,2	7.251.978	8.333.052	14,9	12.202.117	13.555.960	10,7

*até novembro de 2009 e de 2010

Quantidade de Operações Contratadas

Fundo/ Ano	FCO			FNO(*)			FNE			Total		
	2009 (a)	2010 (b)	(b)/(a) %									
Total	56.115	63.490	13,1	40.170	37.875	-5,7	329.129	354.472	7,7	425.414	455.837	7,2

R\$ bilhão

Recursos Previstos para 2011

Recursos	Fundo	FCO	FNE	FNO	Total
Previsão de Repasses da STN Para 2011 ⁽¹⁾		1,8	5,3	1,8	8,8
Retornos de Financiamentos ⁽²⁾		2,0	6,8	1,5	10,4
Disponibilidade de Exercícios Anteriores ⁽²⁾		1,6	3,3	1,1	5,9
Resultado Operacional (Receitas-Despesas) ⁽²⁾		0,2	(2,0)	(0,8)	(2,6)
Recursos Comprometidos a liberar ⁽²⁾		(0,3)	(2,8)	(0,1)	(3,2)
Total		5,3	10,6	3,5	19,4

Valores nominais. Fontes: (1) Secretaria do Tesouro Nacional - STN; (2) Propostas de programações para 2011 em exame

As Regiões Norte e Nordeste também foram atendidas com os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE), voltados para financiamentos de projetos estruturadores e de infraestrutura – com destaque para investimentos em energia e transporte. As cartas-consulta e os projetos aprovados até 2010 indicam o montante de R\$ 3,7 bilhões em demanda de recursos para o FDA e de 1,3 bilhão para o FDNE. Os orçamentos desses Fundos para 2011 são da ordem de R\$ 1,1 bilhão, para o FDA e de R\$ 1,7 bilhão, para o FDNE.

Além disso, o Norte e o Nordeste foram atendidos com os Fundos de Investimentos da Amazônia (FINAM) e do Nordeste (FINOR), voltados para projetos considerados prioritários para o desenvolvimento dessas Regiões, em especial os estruturadores e de infraestrutura – com destaque para investimentos em transporte. Os recursos do FINAM e do FINOR liberados totalizaram, em 2010, R\$ 164,85 milhões, representando um crescimento de 200,0% em relação a 2009 (R\$ 54,96 milhões).





O montante dos incentivos e dos benefícios fiscais que estimulam investimentos do setor produtivo foi estimado para o ano de 2010 em R\$ 3,3 bilhões na área de atuação da Sudam e R\$ 3,2 bilhões na área da Sudene. Para 2011 a estimativa é de R\$ 2,5 bilhões na área de atuação da Sudam e de R\$ 3,1 bilhões na área da Sudene

Os programas desenvolvidos com foco em escalas sub-regionais visam a estimular a dinamização econômica de localidades economicamente deprimidas. Dentre esses, destacam-se os Programas Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PRO-MESO), Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) e Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (CONVIVER). Projetos como a Implantação da Unidade de Beneficiamento do Pescado para Comercialização no Município de Oiapoque e investimentos em infraestrutura como a pavimentação de ruas no Município de Caxambu do Sul (SC) são estratégicos para o desenvolvimento local e contribuem de forma efetiva na redução das desigualdades regionais.

Na Região Centro-Oeste, destacaram-se as ações realizadas na Mesorregião de Águas Emendadas e na Região da Faixa de Fronteira dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com vistas à promoção da segurança pública, trabalho, direitos da cidadania, urbanismo, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura e comércio e serviços.

Merecem menção, por último, eventos de intercâmbio de experiências, de âmbito nacional e internacional realizados em 2010. É o caso da II Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional, realizada em Florianópolis, com a participação de expositores de todas as regiões prioritárias de desenvolvimento e de grande público.

Esses eventos possibilitaram que representantes das cooperativas e das associações participassem da rodada de negócios, o que viabilizou a comercialização de produtos de vários segmentos, como alimentos, bebidas, confecção, joias, adornos, móveis e artesanatos, gerando negócios no valor total de R\$ 1 milhão.

Foi, também, realizada a segunda etapa do intercâmbio internacional Brasil-União Europeia. Nesse encontro, produtores e técnicos conheceram modelos de comercialização e de cooperação que podem ser aplicados no Brasil e formas de organização de setores produtivos em países europeus (Espanha, Áustria, Itália e França), assim como projetos bem sucedidos de cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, e entre França e Alemanha. Além disso, representantes de nove mesorregiões de desenvolvimento (Vale do Ribeira, Metade Sul do Rio Grande do Sul, Itabapoana, Chapada das Mangabeiras, Seridó, Vale do Xingó, Alto Solimões, Vale do Rio Acre e Grande Fronteira do Mercosul), da Faixa de Fronteira e do Semiárido visitaram indústrias, estabelecimentos comerciais e projetos de desenvolvimento territorial bem sucedidos.

b) Infraestrutura Hídrica

A política nacional de recursos hídricos, orientadora das ações do setor da infraestrutura hídrica, tem como objetivo assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos. Deste modo, foram projetadas e construídas barragens, adutoras, canais, poços e sistemas simplificados, com vistas a propiciar melhores condições sociais e econômicas para a população residente nos espaços geográficos onde a oferta de água é reduzida.

Nesse sentido, merece destaque a execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Pisf), que tem como objetivo garantir a oferta de água para consumo humano e dessedentação animal, aumentando a segurança hídrica das populações do semiárido e dos grandes centros urbanos dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, com benefício para cerca de 12 milhões de pessoas.

Em 2010, para a realização dos serviços, foram aplicados R\$ 878,0 milhões, o que possibilitou um avanço significativo das obras





do Projeto de Integração do Rio São Francisco, permitindo a execução física de 80% do Eixo Leste, cuja extensão é de 220 km, e 52% do Eixo Norte, que mede 402 km, com a conclusão das Barragens Areias e Tucutu em Pernambuco. Está sendo realizado o reassentamento da população afetada pelo Projeto, mediante a construção de 18 Vilas Produtivas Rurais e 695 casas para atender às comunidades indígenas e quilombolas, o que beneficiará 800 famílias. Para essas famílias, foram concluídas, em 2010, 118 casas em comunidades indígenas, 179 casas em comunidades quilombolas e cinco Vilas Produtivas Rurais (Captação, Junco, Negreiros, Uri e Pilões), que beneficiam a 196 famílias, e outras quatro vilas, que atenderão a 115 famílias, estão em estágio avançado de execução (Descanso - 1ª etapa, Salão, Queimada Grande e Malícia).

Para 2011, estão previstos recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão, que permitirão concluir o Eixo Leste e dar continuidade ao Eixo Norte, Ramal do Agreste, Ramal Entremontes e Recuperação dos Reservatórios, com o início também dos estudos e dos projetos do Eixo Sul, além do término de nove Vilas, e 398 casas, que beneficiarão 489 famílias.

Com relação às ações realizadas em 2010 para aumentar a oferta de água à população brasileira, foram empreendidas diversas obras de infraestrutura hídrica que propiciaram o aumento das vazões disponíveis e o transporte de água entre as fontes e os centros de consumo. No rol dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foram aplicados R\$ 718,0 milhões, que permitiram a conclusão dos seguintes projetos: i) Canal do Sertão Alagoano – Trecho 1 (AL); ii) Barragem Gasparino (BA); iii) Sistema Ibaretama, Barragem Taquara (CE); iv) Barragem Peão (MG); v) Adutora Acauã (PB); vi) Sistema Produtivo de Pirapama (PE); e vii) Adutora Poço do Marruá (PI).

Esses projetos juntos permitirão o armazenamento de 403 milhões de m³ e a adução de água por meio de 332 km de adutoras, propiciando benefícios a aproximadamente 2,9 milhões de habitantes.

Deu-se continuidade, ainda, ao desenvolvimento de sistemas de abastecimento, que possibilitarão a armazenagem de 1,3 bilhão de m³ de água e a implantação de 1.985 km de adutoras, incluídos aí os sistemas simplificados de abastecimento, registrando-se, dentre outros: i) Canal do Sertão Alagoano (AL); ii) Barragens Figueiredo, Riacho da Serra, Missi e Eixo de Integração Castanhão - trecho V (CE); iii) Sistema de Abastecimento de Água Ribeirão João Leite (GO); iv) Sistema de Abastecimento do Norte de Minas Gerais; v) Sistema Adutor do Congo (PB); vi) Sistema Adutor Limoeiro, Adutoras Agrestina, do Agreste e do Oeste (PE); vii) Sistemas Alto Oeste e Adutor do Seridó (RN); viii) Barragens Arvorezinha, Jaguarí e Taquarembó (RS); e ix) Adutora São Francisco (SE).

Para 2011, está prevista a alocação de R\$ 626,0 milhões que beneficiarão aproximadamente 6,5 milhões de habitantes, com a implantação de projetos hídricos, sendo 1.005 km de canais de adução/sistemas simplificados de abastecimento, além da acumulação de 395 milhões de m³ de água.

No segmento da revitalização das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, foram direcionados, em 2010, R\$ 362,0 milhões para a implantação de 13 sistemas de esgotamento sanitário nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Maranhão e a realização de dragagem e contenção de barrancas, com vistas a melhorar a navegabilidade do Rio São Francisco. Ademais foram implantados 14 sistemas de abastecimento de água nos Estados de Alagoas e Pernambuco e 112 poços tubulares nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais referentes ao Programa Água para Todos.

Para 2011, com recursos da ordem de R\$ 313,0 milhões, estão previstos a implantação de 124 sistemas de esgotamento sanitário, o controle de processos erosivos compreendendo 44 empreendimentos, a implantação de 20 sistemas de coleta e tratamento de resíduos sólidos e a conclusão de diversos sistemas simplificados de abastecimento de água e poços tubulares.





Na área da agricultura irrigada, deve-se ressaltar a capacidade do setor para a geração de empregos a menores custos e a manutenção de postos de trabalho permanentes, seja na fase produtiva, seja nas atividades relacionadas, principalmente nos negócios agrícolas decorrentes das colheitas antecipadas e de melhor qualidade. A atividade traz também o fortalecimento dos núcleos urbanos situados próximos às áreas produtivas, dos parques agroindustriais fornecedores de insumos, das agroindústrias de transformação dos produtos oriundos das áreas irrigadas e tem grande influência na ampliação da geração de impostos e receitas decorrentes dos negócios internos e das exportações. Com a irrigação, há maior garantia de colheita e aumento da produção, pela elevação da produtividade, resultando em melhorias sociais e na renda do agricultor. Em 2010, foram investidos R\$ 420,0 milhões em projetos que abrangem 85.599 ha, tendo sido implantada infraestrutura de irrigação numa área de 11.943 ha, com destaque para os seguintes projetos concluídos: Perímetros de Irrigação Flores de Goiás (GO), São João (TO), Marituba (AL) e Salitre (BA).

No âmbito da nova modelagem de gestão dos perímetros públicos de irrigação, por meio de Parceria Público-Privada (PPP), foi lançado edital de concorrência internacional do Projeto Pontal (PE), para o qual sagrou-se vencedora empresa *holding* brasileira para gerir o empreendimento, com a responsabilidade de concluir a infraestrutura, realizar a operação e a manutenção do sistema e gerenciar a ocupação dos lotes irrigados.

Para 2011, estão previstos R\$ 454,0 milhões a serem direcionados para os Perímetros de Irrigação Pedro Afonso (TO), Costa Doce (RS), Luís Alves do Araguaia (GO), Manoel Dionísio (SE), Passarão (RR), Baixo Acaraú e Tabuleiros de Russas (CE), dentre outros, envolvendo uma área de 73.656 ha, com a perspectiva de se implantar 42.135 ha.

Na área de drenagem urbana, foram aplicados R\$ 128,0 milhões, com destaque para a conclusão das obras da carteira do PAC de dragagem do rio Itajaí (SC), do sistema de drenagem pluvial de Miracema do Tocantins (TO) e da macrodrenagem em Itaipava (BA) – 2ª etapa. Para 2011, o Governo direcionará recursos no montante de R\$ 127,0 milhões, para dar continuidade às intervenções de drenagem na Baixada Campista (RJ), em Salvador (BA), em Pernambuco (PE) e em diversos Municípios de Santa Catarina (SC), dentre outros empreendimentos, com vistas à prevenção e à minimização dos problemas causados por enchentes, erosões marítimas e fluviais.

c) Defesa Civil

No curso do ano de 2010, o Governo Federal, alinhado às diretrizes da Estratégia Internacional para Redução de Desastres (EIRD), aos estudos elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU), à legislação brasileira e à premissa de que prevenção começa com informação, deu-se continuidade a ações para promover a cultura de percepção de riscos como ferramenta de Política Pública de Prevenção e Redução de Desastres (PCRD).

A Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária – Por uma Ação Integral e Contínua, realizada em março de 2010, com ampla participação da sociedade civil, agentes da defesa civil e gestores públicos, aprovou as diretrizes para a construção da política pública de defesa civil, formalizada pela Medida Provisória n.º 494, de julho de 2010, convertida na Lei n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e regulamentada pelo Decreto n.º 7.257, de 4 de agosto de 2010, prevendo significativa celeridade na resposta aos afetados por desastres, mediante a simplificação do processo de reconhecimento de situação de anormalidade.

Ainda na esteira da nova legislação, foi recriado o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP), para custear ações de reconstrução em áreas atingidas por desastres, e instituída a composição e o funcionamento do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), que contará com o apoio do Grupo de Apoio a Desastres (GADE), em estreita cooperação com os órgãos estaduais e municipais de defesa civil.





A perspectiva para 2011 é ampliar os investimentos em ações preventivas, regulamentar o FUNCAP, capacitar os agentes do GADE e os novos agentes de defesa civil, bem como construir sede própria para o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) e fortalecer o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), mediante o incentivo ao cadastramento e à adesão de Coordenadorias Municipais e Estaduais de Defesa Civil (COMDEC/CEDEC) ao SINDEC. Será, também, elaborado o protocolo nacional de diretrizes e procedimentos para assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes e demais segmentos em situação de vulnerabilidade em localidades em situação de emergência ou estado de calamidade pública devido à ocorrência de desastres, e iniciada a implantação do observatório de alerta sobre desastres, visando a auxiliar a tomada de decisão no âmbito do Governo Federal quanto a alerta e comunicações de emergência e contribuir para minimizar seus impactos sociais, econômicos e ambientais.

9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável

Em 2010, o Governo deu continuidade à política ambiental, reestruturada em 2003, que além dos instrumentos de comando e controle setorialmente tratados, tem se caracterizado no trabalho interligado de acordo com as seguintes diretrizes: i) a promoção do desenvolvimento sustentável; ii) a inserção da dimensão ambiental nas diferentes políticas públicas; iii) a promoção da participação e controle social na formulação e implementação da política ambiental; e iv) o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

Em 2010, foi aprovada e sancionada a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, regulamentada em 23 de dezembro pelo Decreto nº 7.404; instituído o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das hh no Bioma Cerrado (PPCerrado) e o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para elaborar e implementar planos de ação para a prevenção e controle do desmatamento nos biomas brasileiros, Decreto de 15 de setembro de 2010; regulamentado o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), Decreto nº 7.343, de 26 de outubro de 2010; aprovado o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal (MacroZEE da Amazônia Legal), Decreto nº 7.378, de 1º de dezembro de 2010; e regulamentados os arts. 6º, 11 e 12 da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), Decreto nº 7.390, de 29 de dezembro de 2010.

Entre as prioridades de 2011 cabe mencionar: o início da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos; a conclusão e implementação dos planos setoriais de mitigação para a agricultura, a energia e a siderurgia e elaboração do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas; implementação do Fundo Clima; revisão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima; finalização da revisão e implementação das ações prioritárias do Plano Nacional de Recursos Hídricos; e o desenvolvimento de ações de gestão das florestas públicas e proteção dos biomas nacionais para garantir o acesso e o uso sustentável da biodiversidade brasileira.

a) Mudança do Clima

A agenda brasileira sobre Mudança do Clima sintetiza os esforços e os resultados de uma série de ações que vêm sendo conduzidas com êxito pelo Governo, em parceria com diversos setores da sociedade brasileira.

No cenário internacional, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do Protocolo de Quioto, o Brasil está entre os primeiros países em desenvolvimento a assumir compromissos voluntários para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), de forma ousada e concreta.

Em 2010 foi concluída a Segunda Comunicação Nacional, a qual foi apresentada ao Presidente da República na última reunião do FBMC e, a seguir, ao Secretariado da Convenção em novembro de 2010.





Com a Lei nº 12.187, de 2009, e a regulamentação da PNMC, pelo Decreto nº 7.390, 9 de dezembro de 2010, o Brasil foi pioneiro na proposição de metas e ações para redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). A meta voluntária assumida pelo País para 2020 representa uma redução absoluta de 6% em relação às 2,2 bilhões de toneladas emitidas em 2005.

O compromisso voluntário brasileiro será atingido principalmente por meio das ações que compõem planos para a redução do desmatamento da Amazônia, a redução do desmatamento do Cerrado, a transição para uma agropecuária de baixo carbono, a consolidação de uma matriz energética limpa e a siderurgia verde. Outros doze planos setoriais serão elaborados até 15 de dezembro de 2011, contribuindo para o resultado final esperado.

Os planos setoriais previstos na Lei nº 12.187, de 2009, deverão conter metas de redução de emissões até 2020. Tais metas poderão servir de base para o estabelecimento do Mercado Brasileiro de Emissões, ou seja, o potencial para que setores com maior dificuldade em atingir as metas estabelecidas possam cumprir seus compromissos por meio da compra de reduções de emissões de outro setor que tenha ultrapassado sua meta.

As ações dos planos setoriais poderão vir a ser financiadas pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

O Brasil ocupa a terceira posição em número de projetos contemplados no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Cerca de 460 atividades de projeto no ciclo MDL apresentam potencial de reduzir anualmente o equivalente a cerca de 6% das emissões não florestais brasileiras. No setor energético, 50% dos projetos brasileiros estão na área de energia renovável, contando conservadoramente com 4.032 MW de potência instalada.

a.1) Política e Plano Nacional sobre Mudança do Clima

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) – lançado em dezembro de 2008 e que sintetiza ações voluntárias de diversos setores voltadas para a redução de gases de efeito estufa emitidos na atmosfera anualmente – será revisado em 2011 e deverá incorporar os planos setoriais estabelecidos pela Política Nacional sobre Mudança do Clima.

A Lei nº 12.187, de 2009, estabelece princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima. De acordo com a Lei, o Brasil adotará ações voluntárias de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas a reduzir entre 36,1% e 38,9% suas emissões projetadas até 2020, tendo como base os valores de 2005.

A Política Nacional sobre Mudança do Clima visa à redução das emissões líquidas de GEE no território nacional, ao mesmo tempo em que promove a economia de baixo carbono, com o estímulo a tecnologias limpas, novas práticas, além da promoção e disseminação de conhecimento. Identifica, ainda, os setores para os quais deverão ser elaborados planos de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas no Brasil e define os Planos de Prevenção e Combate ao Desmatamento nos biomas como instrumentos dessa mesma Política.

Em 2010, destaca-se a elaboração dos primeiros planos setoriais de mitigação que compõem o esforço nacional para cumprimento do compromisso voluntário assumido pelo País de redução das emissões projetadas de GEE para o ano de 2020. Esses planos setoriais permitirão, em 2011, identificar as estratégias, as ações e os instrumentos específicos para a redução de emissões de GEE.

a.2) Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima

O Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima (FNMC), criado pela Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, e regulamentado pelo





Decreto nº 7.343, de 26 de outubro de 2010, dota o País de uma fonte de recursos para o financiamento de ações de mitigação e de adaptação dentro de uma concepção de desenvolvimento estratégico de baixo carbono.

Uma parte dos recursos do FNMC vem da participação especial nos lucros da cadeia produtiva do petróleo. O Fundo pode apoiar projetos, estudos e várias atividades, dentre as quais destacam-se as atividades de combate à desertificação, os projetos de educação e capacitação, as ações para implementação dos planos setoriais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas previstos na Lei nº 12.187, de 2009 e no Decreto nº 7.390, de 2010, o desenvolvimento e difusão de tecnologias, a formulação de políticas públicas, o apoio a cadeias produtivas sustentáveis e o pagamento por serviços ambientais.

O FNMC, composto de recursos reembolsáveis e não reembolsáveis, é coordenado por um Comitê Gestor composto de representantes governamentais e da sociedade civil cuja presidência cabe ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). A aplicação dos recursos do FNMC é compartilhada entre o MMA e o BNDES. O MMA é o responsável pela aplicação da parte não reembolsável, seguindo avaliação do Comitê Gestor. A parte reembolsável do Fundo é executada pelo BNDES.

Para o ano de 2011 foram aprovados recursos da ordem de R\$ 200 milhões reembolsáveis e R\$ 26 milhões não reembolsáveis.

b) Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas

Bioma Amazônia

No período de 1º de agosto de 2009 a 31 de julho de 2010, o desmatamento foi de 6.451 km², segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o que significa redução de 13,6% em relação ao período anterior. Desde 2003, o Brasil reduziu os índices de desmatamento na Amazônia em mais de 75%. Os dados demonstram êxito na política nacional de controle do desmatamento na Amazônia.

Para tanto, o PPCDAm estabeleceu a estratégia de centralizar os esforços de suas ações nos 43 Municípios responsáveis pelos maiores índices de desmatamento. Como resultado desse esforço, 38 desses Municípios reduziram suas taxas de desmatamento significativamente. Com destaque para o Município de Paragominas (PA) que foi excluído dessa lista por atingir os resultados exigidos.

Cadastro Ambiental Rural

Outra atividade executada em 2010 foi a ampliação da abrangência do Cadastro Ambiental Rural (CAR), iniciativa que induz a regularização ambiental de propriedades rurais. Na Amazônia, 94 Municípios iniciaram ações e campanhas de cadastramento. No Estado do Mato Grosso, o CAR já foi efetivado em mais de seis mil propriedades rurais, o que corresponde a aproximadamente 11 milhões de hectares. No Estado do Pará, cerca de 35 mil propriedades rurais estão registradas no Sistema de Licenciamento do Estado. Dos 43 Municípios considerados prioritários pelo PPCDAm para o controle do desmatamento, 17 estão em processo de regularização ambiental de suas propriedades rurais.

Em 2011, o trabalho será estendido aos Estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Pará e Mato Grosso. A maioria das iniciativas de CAR em curso contam com recursos do Fundo Amazônia, gerenciado pelo BNDES, do Fundo Vale ou de outras fontes para o cadastramento em outros biomas. Além disso, também há iniciativas de CAR em 12 Municípios na Amazônia apoiadas por acordos de cooperação internacionais.





Monitoramento e Controle do Desmatamento

Em 2011, prevê-se o mapeamento das áreas degradadas na Amazônia para que se permita o acesso a informações qualificadas e a consequente implementação de ações de recuperação para fins econômicos e ambientais. Tal mapeamento terá apoio do Fundo Fiduciário para Florestas Tropicais (RFT).

Cabe ressaltar as ações de fiscalização realizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) com o apoio da Força Nacional, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. No período de análise do INPE, 2009/2010, foram aplicadas 5.386 multas, totalizando R\$ 1,8 bilhão, 170 mil hectares foram embargados e 86 mil metros cúbicos de madeira foram apreendidos.

Em 2010, novo sistema de acompanhamento da implementação das ações do PPCDAm foi criado, o que facilita o monitoramento das ações. Ressalta-se que 90% das ações consideradas de maior impacto no desmatamento já estão detalhadas no sistema. Visando a promover um maior envolvimento dos Estados na gestão dos recursos florestais, o Governo Federal prestou apoio técnico à elaboração de planos de prevenção e controle do desmatamento e de queimadas dos Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins, devendo o mesmo ser estendido aos Estados de Roraima e Maranhão. Destaca-se que esses planos foram construídos de forma participativa e possuem articulação com o PPCDAm.

Bioma Cerrado

No PPCerrado estão previstas medidas para a redução da taxa do desmatamento, das queimadas e dos incêndios florestais, destacando-se o sistema de monitoramento sistemático da cobertura florestal do Cerrado, a capacitação de 4,5 mil brigadistas, a elaboração do Macro Zoneamento Ecológico e Econômico das regiões do Cerrado, a criação de Unidades de Conservação (UCs) totalizando 2,5 milhões de hectares, a inserção de mais sete produtos da sociobiodiversidade na Política de Garantia de Preços Mínimos, a disponibilização de linhas de crédito para a recuperação de mais de oito milhões de pastagens degradadas e a ampliação em 3,2 milhões de hectares de florestas plantadas em áreas já abertas.

Biomias Caatinga, Pantanal e Mata Atlântica

Em 2011, deverá ser concluído o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento no Bioma Caatinga, já em fase de elaboração pelo Governo Federal.

A partir de 2011, com a ampliação do monitoramento no território nacional, também serão divulgados os dados do desmatamento dos Biomias Caatinga, Pantanal e Mata Atlântica, em continuidade ao Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomias Brasileiros por Satélite, que já apresentou os dados referentes ao período 2002 a 2008.

c) Resíduos Sólidos Urbanos

Após cerca de vinte anos de debates e tramitação legislativa, foi sancionada, em 2 de agosto de 2010, a Lei nº 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), sendo sua regulamentação estabelecida por meio do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro.

Em 2011, prevê-se a efetivação de Acordos Setoriais, a fim de implementar a logística reversa de produtos e embalagens,





conforme previsto na Lei e Decreto mencionados. Alguns setores já iniciaram tratativas no MMA, sinalizando interesse em atender prontamente à legislação e dar início à negociação e ao estabelecimento de logística reversa para seus produtos ou embalagens em caráter nacional.

Ainda para 2011, terão início os trabalhos relacionados à elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos e à implementação do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos (Sinir), ambos nos moldes previstos na PNRS.

Em continuidade à política de gestão dos resíduos sólidos urbanos, destacaram-se, no exercício de 2010, o apoio para a elaboração de Planos Regionais de Gestão Integrada de Resíduos e a aquisição de equipamentos destinados a Municípios do Estado do Rio Grande do Sul e ao Consórcio Público Ecotres, do Estado de Minas Gerais, buscando promover a regionalização dos serviços e a articulação e cooperação intermunicipal e interfederativa para a prestação sustentável dos serviços públicos de coleta e destinação final adequada de resíduos sólidos urbanos. No mesmo sentido, apoiou-se a realização do 9º Festival Lixo e Cidadania, em Belo Horizonte, e a Reviravolta Expocatadores 2010, no Estado de São Paulo, objetivando propiciar espaços de intercâmbio e debates em torno do desenvolvimento sustentável, do multiculturalismo, do empreendedorismo e da educação ambiental, na busca de dinâmicas inovadoras de transformação social a partir do mercado da reciclagem e da profissionalização do catador, com inclusão social e dignidade humana. O apoio à 40ª Assembleia Nacional da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, que ocorreu em Uberaba (MG), possibilitou a construção de espaço de convergência social para a formulação de uma agenda nacional de saneamento básico, visando ao estabelecimento de uma política de desenvolvimento territorial sustentável.

Cita-se, ainda, avanço ocorrido durante o ano de 2010 quanto à constituição de consórcio público para a gestão dos resíduos sólidos, tendo os Municípios de Águas de Lindoia, Amparo, Itapira, Lindoia, Monte Alegre do Sul, Morungaba, Pedra Bela, Pinhalzinho, Santo Antônio da Posse, Serra Negra, Socorro e Tuiuti assinado os Protocolos de Intenções para encaminhamento às suas respectivas Câmaras Municipais.

Também as parcerias firmadas nos últimos anos com os Estados começaram a apresentar resultados positivos. Foi concluído em 2010 o estudo de regionalização dos resíduos sólidos urbanos nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Piauí, Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Acre.

Está sendo finalizada, também, a elaboração dos projetos básicos para tratamento e disposição final de resíduos sólidos em Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e bacias receptoras de integração desse rio com as bacias do Nordeste Setentrional, de maneira a atender o previsto no processo de licenciamento ambiental das obras da integração, totalizando 801 intervenções e empreendimentos com o mesmo modelo tecnológico, beneficiando 321 Municípios.

Em março de 2010, o MMA, em cooperação com o IPEA, concluiu o relatório de pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para a gestão dos resíduos sólidos, base para a formulação de uma política voltada para a inclusão dos catadores de materiais recicláveis. Este estudo apontou que o gasto de R\$ 8 bilhões ao ano pode ser evitado se a reciclagem for implementada.

Com base nesses dados, criou-se grupo de trabalho com representação de diversos órgãos federais, BNDES, Caixa e IPEA para discutirem a implementação de Programas Federais voltados à inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis. Como resultado deste grupo, estabeleceram-se as bases para a implementação dos Programas Pró-Catador e de Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos, inclusive minuta de decreto para normalização do Programa Pró-Catador.

d) Recursos Hídricos

Prosseguindo na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos





Hídricos (SINGREH), em 2010 o Governo desenvolveu atividades enfatizando o caráter estratégico da água para a manutenção dos ecossistemas e para o desenvolvimento econômico do País em bases social e ambientalmente sustentáveis. No âmbito da diretriz de fortalecimento da participação da sociedade na gestão do Estado, podem ser destacados a 1ª Pré-Conferência Nacional de Águas e a primeira revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH 2025). Além dessas, merecem menção as seguintes atividades: i) o desenvolvimento do enfoque ecossistêmico aplicado à gestão integrada de recursos hídricos; ii) o desenvolvimento da matriz de coeficientes técnicos de consumo de água nos processos produtivos e de um modelo de equilíbrio geral; iii) o desenvolvimento de estudos e estratégias para a gestão dos recursos hídricos transfronteiriços; iv) o planejamento estratégico do SINGREH e o desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH); v) o desenvolvimento do Sistema de Informações do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que funcionará integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH); e vi) a realização de estudos sobre Água e Mudanças Climáticas. Vale destacar, ainda, a deliberação de 17 resoluções e 7 moções pelo CNRH em 2010, tendo como exemplo a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema.

No âmbito da gestão de recursos hídricos transfronteiriços e cooperação internacional, merecem destaque, em 2010: i) a retomada de ações para a implementação do Plano Estratégico de Ações do Projeto Sistema Aquífero Guarani no âmbito do CIC-Plata; ii) a continuidade do processo formativo do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata; iii) as tratativas para a continuidade da Cooperação Brasil-Argentina em gestão integrada de recursos hídricos; iv) a realização, no âmbito da Conferência de Diretores Gerais de Água da Ibero-América (CODIA), do Curso Criação e Atuação dos Organismos de Bacias no Planejamento e na Gestão de Águas, em Brasília, para representantes de 12 países ibero-americanos; e v) o apoio no planejamento de atividades que visam à implementação do Acordo de Cooperação Brasil e Paraguai para a Bacia do rio Apa.

d.1) Revisão e Atualização do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)

O PNRH 2020 foi lançado em março de 2006, posicionando o Brasil com destaque no cenário internacional ao atender a meta da Cúpula de Johannesburgo para o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10), de que todos os países elaborassem seus planos nacionais de recursos hídricos até 2005. O CNRH deliberou que o Plano seria revisto em 2010. O processo de revisão foi iniciado em janeiro de 2010 e, a partir de fevereiro, foram realizadas diversas reuniões incluindo as do CNRH as da Pré Conferência Nacional das Águas, debates nos Estados, oficinas regionais, três seminários nacionais, reuniões para debate sobre a consideração de enfoque ecossistêmico na gestão de recursos hídricos e a Oficina Nacional de Consolidação do Processo Regional, culminando com a elaboração do PNRH 2025, em novembro de 2010, juntamente com o XII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas em Fortaleza (CE). Como resultado da vertente regional do PNRH 2025 foram propostas 27 ações prioritárias para o horizonte 2011-2014.

d.2) Conjuntura dos Recursos Hídricos

Cabe à Agência Nacional de Águas (ANA) a elaboração do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, de forma sistemática e periódica. Esse documento tem como principal objetivo apresentar aos gestores de recursos hídricos e à sociedade uma visão ampla e integrada da situação dos recursos hídricos e de sua gestão no País e sua evolução ao longo do tempo.

O Relatório de Conjuntura constitui-se em documento de avaliação da quantidade e qualidade da água no País e a situação da gestão desses recursos, abordando questões legais e institucionais da Política Nacional de Recursos Hídricos. A atualização desse documento foi publicada no final de 2010, devendo ser revisto a cada dois anos.





d.3) Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

O CNRH é um colegiado que desenvolve regras de mediação entre os diversos usuários da água, ocupando a instância mais alta na hierarquia do SINGREH, sendo, assim, um dos grandes responsáveis pela implementação da gestão dos recursos hídricos no País.

Em 20 de setembro de 2010, foi publicada a Lei nº 12.334, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, criando o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e ampliando as atribuições do CNRH e da ANA. Entre outras deliberações do CNRH em 2010, destacam-se: a Resolução nº 106, que institui o Cadastro de Organizações Cívicas de Recursos Hídricos (COREH), com o objetivo de manter em banco de dados registro de organizações cívicas de recursos hídricos para fins de habilitação para representação no CNRH; a Resolução nº 107, que estabelece diretrizes e critérios a serem adotados para o planejamento, a implantação e a operação de Rede Nacional de Monitoramento Integrado Qualitativo, Quantitativo de Águas Subterrâneas; e a Resolução nº 109, que cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União (UGRH) e estabelece procedimentos complementares para a criação e acompanhamento dos comitês de bacia.

d.4) Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas

O Plano de Recursos Hídricos consiste em um documento programático que define a agenda de recursos hídricos de uma região, identificando ações de gestão, planos, projetos, obras e investimentos prioritários, dentro de um contexto que inclua os órgãos governamentais, a sociedade civil, os usuários e as diferentes instituições que participam do gerenciamento dos recursos hídricos.

Nesse sentido, são conquistas de 2010 o início da implementação do Plano da Bacia do Tocantins e Araguaia e da elaboração dos Planos das Bacias do Rio Doce, do Rio Verde Grande e dos afluentes da margem direita do Amazonas. Quando finalizados e aprovados, 54% do território brasileiro (4,5 milhões de km²) terão instrumentos de gestão dos recursos hídricos.

Em 2011, deverá ser aprovado o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica – Afluentes da Margem Direita (PRH-MDA) e ser iniciada a sua implementação. Também terá início a implementação do Plano Estratégico da Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia; a avaliação da estratégia de implementação definida para o Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional (PISF); e concluído o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

d.5) Revitalização de Bacias Hidrográficas

O Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas tem como objetivo contribuir para minimizar a degradação ambiental e recuperar o regime natural dos recursos hídricos, atuando de maneira descentralizada, por meio de convênios com prefeituras e órgãos estaduais. Em 2010, foram desenvolvidas atividades de revitalização para conservação, recuperação e manejo do solo e água da bacia do Rio São Francisco, inclusive com apoio aos Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRAd) nos Estados da Bacia do São Francisco.

Entre as ações de saneamento na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco implementadas pelo Governo Federal com recursos contemplados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) destacam-se a implantação de sistemas de abastecimento de água em comunidades ribeirinhas em 106 Municípios da calha do Rio São Francisco; de obras de esgotamento sanitário em 194 Municípios, e de 13 consórcios intermunicipais de sistemas de tratamento de resíduos sólidos.

Na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai (BAP), foram executadas em 2010 a recuperação de 18 km de matas ciliares ao longo do





Rio Aquidauana, o terraceamento de 1.200 hectares, a adequação de 6 km de estradas rurais e a estabilização de processos erosivos, culminando com o plantio de 32.000 mudas de espécies florestais nativas.

Na Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia, em 2011, serão iniciadas ações visando à recuperação de 7 km² de áreas de preservação permanente no perímetro urbano do Município de Aruanã (GO), culminando com o plantio de 119.000 mudas de essências florestais nativas.

Outro destaque são as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Água Doce (PAD), que visa a estabelecer uma política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para consumo humano, promovendo e disciplinando a implantação, a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização ambiental e socialmente sustentáveis, para atender, prioritariamente, as populações de baixa renda residentes em localidades rurais difusas do semiárido brasileiro. Em 2010, foram elaborados dez planos estaduais do PAD, que visam à definição dos arranjos institucionais em cada Estado e a hierarquização dos Municípios a partir de seus níveis de criticidade, com intuito de orientar os investimentos futuros. Com a implementação desses planos estaduais, até 2020, 25% da população rural do semiárido brasileiro terá água de qualidade para consumo humano. O programa beneficia mais de 60 mil pessoas de 68 localidades do semiárido brasileiro com acesso à água de qualidade para consumo humano.

d.6) Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos

A cobrança pelo uso da água no Brasil vem sendo implementada desde 2001, tanto pela União quanto pelos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos e comitês de bacias hidrográficas. Em rios de domínio da União, a cobrança já está em funcionamento nas bacias do Rio Paraíba do Sul (MG, RJ e SP), desde 2003, dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (MG e SP), desde 2006 e, a partir de 2010, no Rio São Francisco. Em 2011 deverá ser iniciado o processo de cobrança na Bacia do Rio Doce (Minas Gerais e Espírito Santo).

Os recursos arrecadados com a cobrança retornam integralmente para a agência de águas ou entidade delegatária e são destinados a ações de recuperação e conservação da bacia, de acordo com o plano de aplicação aprovado pelo respectivo comitê de bacia.

d.7) Pré-Conferência Nacional de Águas – Pré-CONÁGUAS

Em março de 2010 foi realizada a Pré-Conferência Nacional das Águas (Pré-CONÁGUAS), que reuniu em Brasília mais de 400 representantes do SINGREH para tratarem do formato da Conferência. Com os aportes da Pré-CONÁGUAS e da Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos (CTEM), do CNRH, foram definidas as bases da proposta de resolução para a institucionalização da Conferência. Em 16 de dezembro de 2010, na XXIV Reunião Ordinária do CNRH, foi aprovada resolução que institucionaliza a Conferência Nacional das Águas (CONÁGUAS). Segundo a resolução, a CONÁGUAS será um mecanismo adicional de consulta pública para a gestão de águas, complementar às instâncias formais do SINGREH, e estará vinculada aos processos de revisões do Plano Nacional de Recursos Hídricos. A realização da Primeira Conferência Nacional de Águas (CONÁGUAS) está prevista para o segundo semestre de 2011.

e) Licenciamento Ambiental

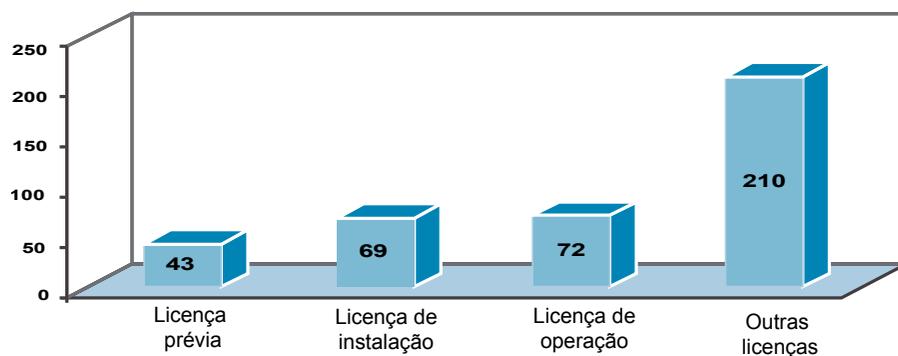
Em 2010, continuou-se a estratégia de articulação entre os integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e outros órgãos setoriais para o aprimoramento do licenciamento ambiental. Assim, o Governo Federal finaliza estudos para estabelecer medidas para a modernização do processo de licenciamento e a regularização ambiental dos empreendimentos já em operação nos setores de energia (parques eólicos, pequenas centrais hidrelétricas, linhas de transmissão e petróleo e gás) e de transporte (portos, hidrovias e rodovias).





Quanto ao licenciamento de novos empreendimentos, o Ibama emitiu, em 2010, 394 licenças, conforme tipologia indicada no quadro a seguir:

Licenças Ambientais emitidas pelo Ibama em 2010



Fonte: Ibama/MMA

Em continuidade ao processo de modernização do instrumento de licenciamento ambiental e considerados o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, implementar-se-á, em 2011, programa de capacitação dos técnicos ambientais federais para aplicação célere e harmônica dos procedimentos necessários ao licenciamento.

Para aprimorar a implantação do Protocolo Verde, no âmbito do sistema financeiro nacional, o sistema de informações sobre licenciamento ambiental vem sendo aprimorado para que sejam obtidas informações mais qualificadas sobre os empreendimentos submetidos a esse processo. Além disso, em 2011 será modernizado o Portal Nacional do Licenciamento Ambiental.

f) Zoneamento Ecológico-Econômico

Foi finalizado e institucionalizado, por meio do Decreto nº 7.378, de 1º de dezembro 2010, o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, instrumento de gestão ambiental que contou com a realização de consultas públicas e a participação de nove Estados da região.

Também em 2010 foi encerrada a execução do Projeto Base Cartográfica Digital da Amazônia, na escala de 1:100.000, que digitalizou, atualizou e validou as bases cartográficas analógicas elaboradas pelos Estados da Região e ainda produziu cartas para os vazios cartográficos, ampliando a capacidade de gestão ambiental e territorial dessa região.

Quanto ao Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, foram publicados os diagnósticos do meio físico, do meio biótico, socioeconômico e jurídico-institucional e as propostas de zonas e diretrizes de uso e ocupação foram sistematizadas para debates públicos. Além disso, foi instalado o Centro de Gestão Ambiental e Territorial, em Penedo (AL), para apoiar a implantação do ZEE.

Foram, ainda, iniciados projetos no Piauí, Goiás, Bahia e Espírito Santo, ampliando a área de projetos de ZEE para cerca de 2/3 do território nacional. Atualmente, cerca de 48,3% do território nacional é abrangido por diretrizes de uso e ocupação na escala 1:250.000.





A integração entre o ZEE e os Zoneamentos Agrícolas contribuiu para aproximar as políticas ambientais e agrícolas, rompendo com a dicotomia que tradicionalmente opunha uma a outra. Exemplo dessa sinergia foi a elaboração dos Zoneamentos Agroecológicos da Cana-de-Açúcar e da Palma de Óleo (dendê), instituídos por Decreto.

A partir desses zoneamentos, foram definidas estratégias para consolidar o Brasil como um grande produtor mundial de agroenergias limpas e renováveis, e adotado um conjunto de salvaguardas socioambientais para proteger o meio ambiente, evitar a competição com a produção de alimentos, evitar a expansão desordenada dessas culturas e reduzir o aquecimento global pela substituição de combustíveis fósseis.

g) Gerenciamento Costeiro

Em 2010 foi consolidado acordo de cooperação técnica, com transferência de tecnologia, entre os governos brasileiro e espanhol, envolvendo órgãos do executivo e universidades. Assim, está em curso a adaptação, para as especificidades do litoral brasileiro, de sistema de modelagem costeira desenvolvido pelos espanhóis, o que representará um aumento da capacidade técnica para gestão costeira nacional, especialmente para adoção de medidas de adaptação aos efeitos das mudanças do clima.

O Projeto Orla fortaleceu e expandiu sua base de atuação, cobrindo hoje cerca de 25% dos Municípios costeiros e com 15 comissões técnicas estaduais institucionalizadas ou em processo de formalização. Expandiu, ainda, sua base temática, estando em curso a adaptação da metodologia para as orlas fluviais e estuarinas. Em articulação direta com os Estados costeiros, foram estabelecidas diretrizes iniciais para elaboração de zoneamentos estaduais e para a integração desses com as macrodiretrizes de ocupação da costa, a serem elaboradas em 2011, no escopo do projeto MacroZEE Brasil.

Constituem-se prioridades para 2011 os temas de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, de enfrentamento à erosão costeira, de novos arranjos institucionais capazes de responder à expansão do Projeto Orla e de monitoramento e disponibilização de informações sobre a qualidade ambiental da zona costeira.

h) Gestão Ambiental Rural

Em 2010, por meio do Projeto de Gestão Ambiental Rural (GESTAR), elaborou-se plano de gestão ambiental territorial rural em seis regiões, abrangendo os Biomas Cerrado, Caatinga e Amazônia. Além disso, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente) e do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), foram desenvolvidas, testadas, validadas e disseminadas para as comunidades rurais metodologias de gestão ambiental rural, e implementadas tecnologias de manejo e uso sustentável dos recursos naturais.

Iniciou-se a implementação do Programa Amazônia Sem Fogo, com apoio da cooperação entre os governos brasileiro e italiano, para a capacitação de mais de 400 técnicos, 800 famílias e lideranças em práticas alternativas ao uso do fogo e, ainda, a implantação de 40 unidades demonstrativas. Esse programa deverá se estender à Amazônia boliviana.

O Programa Mais Ambiente, criado por meio do Decreto nº 7.029, de 10 de dezembro de 2009, objetiva a regularização ambiental das propriedades rurais e atende de forma gratuita os beneficiários especiais. Tal iniciativa foi concebida como uma estratégia de política ambiental rural para fortalecer a gestão florestal no plano nacional por meio da atuação compartilhada dos órgãos ambientais dos três níveis de governo.

Destacam-se, também, no âmbito do Governo Federal, as iniciativas voltadas para a futura instituição do Programa Nacional de





Fomento às Boas Práticas Agropecuárias (PRÓ-BPA), cujo objetivo principal é garantir a produção de alimentos seguros, com atributos de qualidade e que atenda aos interesses dos mercados e aos requisitos da sustentabilidade ambiental.

i) Povos e Comunidades Tradicionais

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) foi criado para promover a conservação e o uso sustentável à biodiversidade e garantir alternativas de geração de renda para as comunidades rurais, por meio do acesso às políticas de crédito, à assistência técnica e extensão rural, a mercados e aos instrumentos de comercialização e à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que busca a garantia de sustentação de preços de produtos da sociobiodiversidade.

Em 2010, foi consolidada a inclusão de produtos extrativistas na PGPM, tendo sido criados ou adequados preços mínimos para 10 produtos da sociobiodiversidade, viabilizando a subvenção da ordem de R\$ 24 milhões para 1,8 mil famílias extrativistas.

Nos últimos anos, ampliou-se o acesso dos produtos da sociobiodiversidade ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, também, a mercados institucionais para esses produtos, com a promulgação da Lei nº 11.947, de 2009, estabelecendo que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), devam ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios produzidos diretamente pela agricultura familiar, priorizando-se comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades quilombolas. Esse processo possibilita resultados diretos na renda dessas populações e agregação de valor aos produtos. Para 2011, a prioridade será a ampliação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade para outros produtos que contemplem todos os biomas brasileiros.

Além da inclusão econômica, outro avanço em 2010 foi a regularização fundiária de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais, com a entrega, pelo Governo Federal, das Concessões de Direito Real de Uso (CDRU), beneficiando 30 mil famílias em uma área de 1,4 milhão de hectares. Além disso, outros 5,6 milhões de hectares foram entregues pelo Governo Federal para regularização de outras UC, o que também beneficiará assentamentos da reforma agrária, na forma de compensação ambiental para o efetivo licenciamento ambiental desses assentamentos.

Priorizar-se-á em 2011 a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais e a incorporação ao Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade de produtos para contemplar todos os biomas brasileiros, ampliando a escala do Plano.

j) Concessões Florestais

A gestão de florestas públicas – 290 milhões de hectares, segundo o Cadastro Nacional de Florestas Públicas – compreende a criação de unidades de conservação; a destinação de florestas públicas às comunidades locais; e a concessão florestal. Com o advento deste instrumento, o Governo Federal assumiu seu papel de ordenar a ocupação do território amazônico, proteger o patrimônio florestal público e estruturar uma economia forte de base florestal sustentada, uma das vocações do Bioma Amazônia.

Em 2010, foram realizados diversos estudos sociais, ambientais, econômicos e comerciais para realização de consultas públicas de cinco editais de concessão florestal. No total o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) já disponibilizou mais de um milhão de hectares de florestas para o manejo florestal, com potencial para dinamizar as economias de diversos Municípios amazônicos e gerar aproximadamente 12 mil postos de trabalho, movimentando uma economia de aproximadamente R\$ 500 milhões por ano. O ano de 2010 também marcou o início do processo produtivo com a extração das primeiras árvores oriundas da concessão da Floresta Nacional do Jamari, no Estado de Rondônia.





k) Sistema Nacional de Informações Florestais e Inventário Florestal Nacional

Em 2010, foi disponibilizada a primeira versão do Sistema Nacional de Informações Florestais e Inventário Florestal Nacional (SNIF) no sítio eletrônico do SFB, cujo objetivo é colecionar e produzir, organizar, armazenar, processar e disseminar dados, informações e conhecimentos sobre as florestas e o setor florestal. Também foi publicado o quarto Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF 2011), que indica a existência de 5,1 milhões de hectares de florestas federais passíveis de processos de concessão florestal.

Já o Inventário Florestal Nacional (IFN) periodicamente utiliza técnicas de amostragem, de modo a possibilitar o monitoramento contínuo dos seus recursos florestais, tendo como principal propósito fornecer informações para subsidiar a definição de políticas florestais, a gestão dos recursos florestais e a elaboração de planos de uso e conservação dos recursos florestais. Está previsto para 2011 o início da realização do Inventário Florestal nos Estados de Sergipe e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, com a coleta de dados biofísicos e socioambientais em campo.

l) Manejo Florestal Comunitário

Em 2010 foi elaborado o primeiro Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário, instrumento do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, instituído em 2009 no âmbito do MMA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e destinado a fortalecer a atividade florestal praticada por agricultores familiares e comunidades tradicionais.

O Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário 2010 teve como principal inovação a efetivação de uma rotina anual de planejamento e execução de ações para o manejo florestal no Bioma Amazônia, com envolvimento dos diferentes órgãos federais, estaduais e da sociedade civil. Foram realizadas ações de fortalecimento das organizações comunitárias, capacitação em gestão e manejo florestal, disponibilização de crédito, fornecimento de assistência técnica e extensão florestal e apoio à produção, beneficiamento e comercialização dos produtos florestais oriundos do manejo comunitário e familiar.

Para 2011, o Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário ampliará suas ações também para o Bioma Caatinga, de forma a atingir onze Estados. Serão realizadas, para a Amazônia e Caatinga, ações de fortalecimento e gestão dos empreendimentos comunitários; apoio às Organizações Estaduais de Meio Ambiente; disponibilização de crédito e fomento para as atividades produtivas; capacitação em gestão e manejo florestal; garantia de assistência técnica e extensão florestal, além do apoio à produção, beneficiamento e comercialização dos produtos florestais oriundos do manejo comunitário e familiar. O Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário 2011 envolverá a cadeia produtiva da madeira e de mais dez produtos não madeireiros da Amazônia e Caatinga.

m) Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), criado pela Lei nº 11.284, 2 de março de 2006, é um fundo público de natureza contábil, mantido no âmbito do Orçamento Geral da União e gerido pelo SFB. O FNDF tem como objetivo fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil e promover a inovação tecnológica no setor. Sua principal fonte de recursos consiste numa parcela dos pagamentos dos contratos de concessões florestais em florestas públicas da União.

Em 2010, o FNDF foi regulamentado pelo Decreto nº 7.167, de 5 de maio de 2010, tendo sido realizada a reunião de instalação do Conselho Consultivo do Fundo, na qual foi apreciado o Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR) 2010, instrumento de planejamento que orienta as aplicações de recursos para o ano e indica as áreas prioritárias e formas de aplicação.

Em 2010, foram selecionados 49 projetos, tendo sido apoiadas 21 iniciativas contemplando três biomas: Amazônia, Caatinga e Mata





Atlântica. O apoio envolve assistência técnica e capacitação para o manejo florestal comunitário e familiar e para a produção de sementes e mudas de espécies. Em 2011, o FNDF objetiva implementar os projetos selecionados em 2010 e executar o PAAR 2011, já elaborado e submetido ao Conselho Consultivo.

n) Esfera Internacional

As posições do Brasil na COP-15, em Copenhague, no final de 2009, quando adotou objetivos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa, referenciaram a atuação do País nas negociações internacionais no âmbito da Conferência-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em 2010 e permitiram que o Brasil continuasse a exercer papel de destaque na COP-16, em Cancún.

O Brasil também deu sequência, em 2010, aos preparativos para a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, com amplo apoio da Assembleia Geral da ONU. No ano de 2011, pretende-se consolidar esse processo, a fim de que os resultados da Conferência Rio+20 sejam relevantes, com novos e qualificados compromissos globais sobre meio ambiente e desenvolvimento.

O Brasil foi, em 2010, um dos principais protagonistas na Conferência de Nagoia da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), quando foi adotado o Protocolo para Acesso e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade.

Os avanços do País no cumprimento das metas globais para a biodiversidade, estabelecidas no Plano Estratégico da CDB para o período 2002-2010, foram apresentados no 4º Relatório Nacional elaborado para o Secretariado da Convenção, o qual, também retrata a situação atual dos ecossistemas e da biodiversidade brasileira.

Com base nas metas globais do Plano Estratégico aprovado pela COP-10, serão estabelecidas as seguintes metas nacionais para o período 2011-2020:

- i) redução dos impactos dos incêndios florestais e queimadas sobre os ecossistemas e unidades de conservação (UCs): realização de seminário internacional com pesquisadores especializados, a fim de se definir uma proposta de manejo de fogo em UCs; e elaboração de estudo para avaliar a possibilidade de mudança na legislação trabalhista, para que trabalhadores temporários recrutados para trabalhar no combate a incêndios florestais possam ter seus contratos de trabalho estendidos, a fim de poderem atuar em outras atividades antes e depois do início da decretação do estado de alerta, como na construção de aceiros e na avaliação da magnitude dos danos causados pelo fogo;
- ii) monitoramento dos biomas: serão destinados mais recursos para o Desenvolvimento do Sistema de Gestão Integrado e Participativo para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros, para possibilitar a qualificação das informações geradas pelo Projeto de Monitoramento dos Desmatamentos dos Biomas Brasileiros por Satélite; e
- iii) estabelecimento de instrumentos econômicos inovadores para fomento da conservação da biodiversidade: realização de estudo sobre a economia dos ecossistemas e da biodiversidade no Brasil.

o) Unidades de Conservação

Em 2010, seis unidades de conservação federais foram criadas e seis foram ampliadas, totalizando uma expansão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) em 669 mil hectares. A área de ampliação do SNUC nesse ano protege





importantes áreas nos Biomas Amazônia, Mata Atlântica e em área marinha, que, além de promoverem a proteção do meio ambiente, beneficiam diretamente centenas de famílias usuárias de seus recursos.

Para a consolidação das UCs criadas foram iniciados procedimentos para a elaboração de planos de manejo e estabelecimento de conselhos gestores, que são importantes instrumentos para a gestão eficiente de unidades de conservação, e para garantir a participação social na gestão desse Patrimônio Nacional.

Somam-se também as ações protagonizadas pelo Programa Áreas Protegidas na Amazônia (Arpa), em 2010, para a implementação e consolidação de 64 UCs naquele bioma e pelo Projeto Corredores Ecológicos, que investiu recursos no planejamento, fiscalização e implementação de UCs nos Biomas Amazônia e Mata Atlântica.

O quadro a seguir apresenta um balanço geral das UCs federais criadas no território brasileiro. Nos últimos oito anos, a área do SNUC foi ampliada em 27,4 milhões de hectares, que representam uma expansão de 58,2%. Esses dados demonstram o compromisso e o empenho do Governo com o meio ambiente e confirmam o protagonismo brasileiro na proteção e conservação de recursos naturais.

Unidades de Conservação Federais (UCs)

UCs Federais	Área criada (ha)	Nº de UCs criadas
Até 2002	47.193.063	235
De 2003 a 2010	27.479.789 ¹	75
Total	74.672.852	310

1 – Soma das áreas das novas 75 UCs criadas (26.261.357ha) e das 16 UCs ampliadas (1.218.432ha) no período de 2003 a dezembro de 2010.
Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (acesso: 11/2010)

Para 2011, os principais objetivos são a ampliação da área protegida por UCs em 380 mil de hectares; o reconhecimento de pelo menos três mosaicos de UCs para fomentar a gestão integrada das áreas protegidas; a implementação da campanha de divulgação da importância de UC para a melhoria da qualidade de vida e crescimento econômico regional; estabelecimento de incentivos econômicos e parcerias com o setor privado para aportar investimentos mínimos; a regulamentação das categorias de manejo de unidades de conservação e a regulamentação da concessão de serviços em UC de modo a propiciar o estímulo do turismo em áreas naturais.

p) Pesquisa em Biodiversidade

No que se refere ao Programa de Pesquisas em Biodiversidade (PPBio), foram contratadas diversas redes de pesquisa para a Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental e Semiárido. Os recursos, da ordem de R\$ 9,5 milhões para o período de 2010-2011, têm como objetivo o fortalecimento do Programa por meio de apoio a projetos de pesquisa científica e tecnológica que possam contribuir para ampliação e disseminação do conhecimento sobre a biodiversidade brasileira.

Em 2010, teve início o Programa de Capacitação em Taxonomia (Protax), visando a formação de recursos humanos, de forma a estimular e desenvolver a capacidade taxonômica instalada do País. O programa envolveu recursos na ordem de R\$ 12 milhões do CNPq e mais R\$ 7 milhões da CAPES, a serem distribuídos entre 103 projetos selecionados.

Foi aprovado o Projeto Gerenciamento e Uso de Informações para Ampliar a Capacidade Brasileira em Conservar e Utilizar a





Biodiversidade, orçado em US\$ 28 milhões, com financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (*Global Environmental Facility* - GEF) e do MCT. Foi mantida a parceria, até 2011, com o Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) para o desenvolvimento de pesquisas nas áreas temáticas de pecuária, pesca e bioprospecção, com recursos da ordem de R\$ 2,8 milhões. Foi, ainda, iniciado o processo licitatório para construção do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP).

10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) indicou, em relatório divulgado em novembro de 2010, que o mundo está caminhando para um novo cenário geocientífico global, onde crescem em importância relativa países como Coreia do Sul, China, Índia e Brasil.

Segundo a UNESCO, os esforços que estes países vêm fazendo para dinamizar seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) têm realçado suas potencialidades nos setores da indústria, da ciência e da tecnologia, o que gera um ambiente global mais competitivo.

O diagnóstico da Unesco mostra que, enquanto as economias dos Estados Unidos e de países da União Europeia padecem das consequências da recessão de 2008, empresas de economias emergentes, dentre elas o Brasil, vêm expandindo rapidamente o valor agregado de seus produtos, alimentando um “crescimento sustentado”. Revela ainda o Relatório da Unesco que “Essas economias emergentes (Brasil, China, Índia, África do Sul etc) já serviram no passado como repositórios para o suprimento externo de atividades manufatureiras, mas agora elas estão se movendo no sentido de um desenvolvimento autônomo de tecnologias de processos, desenvolvimento de produtos, design e pesquisa aplicada.”

Esta mudança de direção da atividade científica e tecnológica também foi demonstrada pelo Relatório da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), de maio de 2010, o qual revelou que, de modo geral, as nações da América Latina estão “concentradas” em um modelo produtivo a partir dos recursos naturais, embora dois países, México e Brasil, caminhem em outra direção. “Nestes países, as atividades industriais intensivas em tecnologia produzem entre 30% e 40% do valor agregado manufatureiro”.

Além disso, a CEPAL destaca que, no Brasil, os produtos de média e alta tecnologia representam de 35% a 65% do total de exportações, e que o País detém uma “estrutura produtiva com maior articulação e difusão de tecnologia entre os setores da economia”, em comparação com os demais países da América Latina e Caribe.

Um sinal evidente da maturidade tecnológica e da pesquisa aplicada, segundo a CEPAL, é o fato de que, em toda a região, as nações com maior registro de patentes de novos produtos ou processos são o México e o Brasil.

A percepção dos organismos internacionais sobre as inflexões no mundo da ciência, da tecnologia e da inovação, no século XXI, traz uma leitura importante das políticas e das ações desencadeadas pelas diversas nações do mundo, mas, sobretudo, reforça a certeza no movimento desencadeado pelo Governo para, a partir dos investimentos consistentes em ciência, tecnologia e inovação e das medidas tomadas para estabelecer um sólido marco regulatório no País, acelerar o crescimento da economia brasileira, aumentando a competitividade e a produtividade dos setores produtivos, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Este olhar externo também percebe a solidez do sistema econômico e monetário brasileiro, que atravessou a crise mundial de 2008 sem sobressaltos e demonstrou a eficácia da receita brasileira para combater a crise. O Brasil é um País com economia madura, sistema financeiro saudável, instituições sólidas, democracia plena e um processo de inclusão social crescente.

Esta nova dimensão da economia mundial foi percebida, por exemplo, por grandes empresas estrangeiras, que estão escolhendo o





Brasil para sediar novos centros de pesquisa internacionais. É o caso, por exemplo, de General Electric, IBM, Dell, Google, General Motors, Dupont, FMC Technologies, Schlumberger, Baker Hughes, entre tantas outras.

A decisão destas empresas não se alicerça apenas no presente. É o olhar que enxerga o futuro de potencialidades e de oportunidades que o Brasil oferece, que levou CEOs de todo o planeta a decidirem instalar no Brasil unidades avançadas de pesquisa e desenvolvimento. O *Financial Times* mostrou que o Brasil tornou-se o 2º melhor país do mundo para investir, tomando o lugar que cabia aos EUA. Em primeiro lugar, está a China.

Essa nova realidade no Brasil é confirmada pelos indicadores de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I). O orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) passou de R\$ 2,6 bilhões, em 2003, para R\$ 8,3 bilhões, em 2010. O orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal fonte de financiamento público do setor, vem crescendo a cada ano, passando de R\$ 0,6 bilhão, em 2003, para R\$ 3,2 bilhões em 2010, sendo que 2010 foi o primeiro em que não houve contingenciamento de recursos na área de C,T&I.

A evolução do dispêndio em P&D também é extremamente significativa. Enquanto que, em 2003, o dispêndio representava 0,96% do PIB Nacional, em 2009 este indicador atingiu 1,24% do PIB e deve chegar, segundo estimativas, a 1,25% em 2010. Deve-se registrar, neste item, o crescimento da participação do investimento privado em P&D. Em 2003, o setor empresarial participava com 0,44% do PIB, passando para 0,59% em 2009, devendo manter 0,59% em 2010, segundo estimativas.

Os avanços da pesquisa brasileira estão presentes tanto no mundo empresarial como nos setores público e acadêmico. O Brasil já é o 13º colocado no *ranking* da produção científica mundial. De acordo com a base de dados da *Thomson Reuters* (ISI), que mede a quantidade de artigos publicados em periódicos indexados, o Brasil produziu 32,1 mil artigos, em 2009, um expressivo salto se comparados com os números de 2003, quando o Brasil produzia 14,3 mil artigos científicos por ano.

O número de bolsas de pesquisa, em todos os níveis, concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCT), alcançou, em 2010, um número próximo a 155 mil, enquanto em 2003 as bolsas foram pouco superiores a 80 mil por ano.

Em relação à inovação, os dados também são expressivos, já que o Governo vem desenvolvendo políticas públicas sólidas e consistentes e introduzindo medidas legais para acelerar os processos inovativos na economia brasileira.

A Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC 2008), divulgada em novembro de 2010, reforçou essa verificação, uma vez que, em 2003, havia 28.036 empresas industriais inovadoras e, em 2008, esse número atingiu 38.299, aumento de 36,6%. A participação das empresas inovadoras no total das empresas industriais também cresceu de 33,3% para 38,1%, entre 2003 e 2008. Os dados sobre gastos com atividade interna de P&D revelam crescimento real de 50,2% no período. Em termos de empresas que fazem uso de incentivos fiscais da Lei do Bem, o número saltou de 130, em 2006, para 542, em 2009.

O investimento em infraestrutura de pesquisa cresceu de R\$ 53 milhões, em 2003, para R\$ 480 milhões, em 2010, totalizando mais de R\$ 2 bilhões no período 2003 a 2010. Soma-se a isso a expressiva participação dos Estados no apoio a 122 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), cuja contratação alcançou R\$ 607 milhões.

Em 2010, demonstrando o diálogo e o processo de construção coletiva na definição dos rumos da ciência no Brasil, realizou-se a 4ª Conferência Nacional de C,T&I, a qual integrou agentes públicos e privados no debate e na formulação das políticas públicas. A Conferência serviu para reunir as demandas e as expectativas de toda a comunidade científica e tecnológica brasileira, e possibili-





tou aperfeiçoar a proposta para o Plano de Ação em C,T&I (PACTI) 2011-2015.

Todas estas conquistas só foram possíveis porque o avanço do Brasil na área de C,T&I mobiliza todos os setores da sociedade brasileira, envolvendo os Governos federal e estaduais, o Conselho Nacional dos Secretários para Assuntos de C,T&I, o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) e a Mobilização Empresarial pela Inovação. Todos esses atores estão conscientes de que o crescimento dos dispêndios em ciência, tecnologia e inovação é uma forma de alavancar a economia brasileira.

a) Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

a.1) Formação de Recursos Humanos

O fortalecimento do Sistema Nacional de C,T&I decorre do incremento do universo de cientistas e pesquisadores em todo o País. Em 2010, o Brasil alcançou o total de 83.855 bolsas concedidas pelo CNPq, sendo 83.423 aqui e 432 no exterior, um aumento de 12% em relação a 2009. Somente em 2010, o CNPq implementou 19.293 bolsas de mestrado e doutorado, 3% a mais que no ano anterior. Considerando-se também as bolsas de Doutorado-Sanduiche no exterior, o número total chegou a 19.477 bolsas.

O CNPq tem sido, desta forma, agente decisivo na formação de recursos humanos para C,T&I. Além das bolsas de mestrado e doutorado implementadas no País, foram disponibilizadas outras 7.000 quotas de bolsas de Iniciação Científica Júnior, sendo 4.000 destinadas às FAPs e 3.000 à Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas.

No que concerne à destinação de recursos financeiros para a concessão de bolsas em áreas ou setores estratégicos do PACTI em 2010, os investimentos alocados a dois editais, um relacionado ao Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) e outro ao Programa de Capacitação em Taxonomia (Protax), ciência da classificação, alcançaram, em conjunto, o valor total de R\$ 53,2 milhões.

Em 2010, o número de bolsas de produtividade em pesquisa implementadas teve um incremento de 10%, e o de bolsas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora aproximou-se de 400, dobrando, praticamente, o número de bolsas vigentes em 2009.

No que diz respeito às bolsas direcionadas especialmente às áreas relacionadas à PDP e aos objetivos estratégicos nacionais, o CNPq contabilizou, em 2010, 58.632 bolsas, considerando-se as modalidades de formação e de pesquisa, nas áreas de ciências agrárias, biológicas, saúde, exatas, da terra, engenharias e computação, o que representa um aumento de 18,4% relativamente a 2009 (49.524).

A política de Formação de Recursos Humanos pelo CNPq vem buscando, sobretudo, o equilíbrio regional na distribuição das bolsas, no País e no exterior, evidenciando-se, nos dois últimos anos, que o esforço realizado para a superação das disparidades regionais começa a mostrar resultado e destaca o crescimento das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que evoluíram, no período, 15%, 16% e 19%, respectivamente.

a.2) Infraestrutura e Fomento à Pesquisa

No contexto da infraestrutura para pesquisa, o Programa Nova Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) expande a atual Rede, abrangendo todo o País e integrando, em alta velocidade, mais de 600 organizações federais e estaduais de educação e pesquisa. O *backbone* nacional *Multigigabit* (conexões interestaduais de alta velocidade e desempenho), que alcançou 10 Estados em 2005, totalizou a implantação em 24 Estados em 2010, com capacidades de até 10 Gbps. Também integrou-se diretamente à Argentina e





ao Paraguai e interligará outras universidades no Mercosul para colaboração em educação, pesquisa, saúde e cultura. A expansão e a conexão das redes físicas de comunicação de dados em todas as capitais e em vários polos do interior constituirão importante patrimônio para a educação e pesquisa nos próximos 20 anos, pois permitirá o crescimento da velocidade de forma virtualmente ilimitada, a custo bastante reduzido. Essa infraestrutura exclusiva e moderna contribui diretamente para a formação de professores para as escolas, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), e para a geração e uso de conteúdos digitais, seja na pós-graduação, seja na educação tecnológica. Até 2010, a RNP já integrou 288 *campi* de Instituições Federais de Educação Superior (IFES), Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETs) e Unidades de Pesquisa (UPs), como suporte à interiorização do sistema de educação superior brasileiro. Em 2011, espera-se que outros 323 *campi* de IFES e IFETs no interior sejam conectados.

Na área da saúde, 57 hospitais universitários com Núcleos de Telemedicina foram interligados à Rede Universitária de Telemedicina (RUTE) e iniciou-se a terceira etapa, que contempla 75 hospitais de ensino para educação e capacitação, em conjunto com o Programa Nacional de Telessaúde. No universo da Cultura, a nova RNP está interligando as principais instituições do setor, no Rio de Janeiro e em São Paulo, em altíssima velocidade, para digitalização e distribuição de acervos, como por exemplo da Biblioteca Nacional e a Cinemateca Brasileira.

Iniciativa importante de fomento à pesquisa foi o estabelecimento dos novos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), lançados pelo Governo como uma evolução do programa Institutos do Milênio.

A tônica do Programa é a organização de grupos de P&D em rede, coordenados por instituições de excelência em pesquisa e na formação de recursos humanos. Vale frisar que as fontes de recursos são diversificadas e que o importante processo de articulação do MCT com as Secretarias estaduais de C&T resultou na contribuição de R\$ 214,7 milhões, por meio de FAPs. A adesão de outros parceiros (BNDES, Petrobras, MS, MEC/CAPES) possibilitou um aumento expressivo nos recursos, alcançando um total de R\$ 607 milhões disponibilizados para a contratação de 122 INCTs.

Decorrente do especificado no Edital que selecionou os projetos dos INCTs, a 1ª reunião de acompanhamento e avaliação do Programa foi realizada em Brasília, em novembro de 2010. Esta reunião contou com a presença dos Coordenadores dos 122 INCTs, pesquisadores, avaliadores e consultores, totalizando mais de 500 participantes. Os resultados parciais indicam o fortalecimento da cooperação entre os diversos grupos de pesquisa em todo o País, a internacionalização das redes de pesquisa, o envolvimento de empresas, mesmo que ainda de forma modesta, e a divulgação dos resultados para a sociedade, respondendo aos objetivos do programa.

O ano de 2010 encerrou um ciclo de metas estabelecidas em 2004 para os Institutos de Pesquisa, aqui incluídas as UPs da administração direta e as Organizações Sociais (OSs) supervisionadas pelo MCT.

Dos cinco grandes problemas comuns detectados em 2001 pela Comissão de Alto Nível, composta de 76 especialistas do Brasil e do exterior em seu Relatório de Avaliação dos Institutos de Pesquisa do Governo, quatro foram plenamente solucionados para as 13 UPs e quatro para as OSs: recuperação e expansão da infraestrutura física e laboratorial; recomposição orçamentária; implantação de sistemas efetivos de gestão; promoção da interação e integração, interna e externa, com outras instituições de pesquisa de desenvolvimento tecnológico do País, através da realização de projetos conjuntos e em redes; e recomposição dos quadros de pessoal nos próximos dois anos, problema que afeta especialmente as UPs.

Com os grandes problemas equacionados no que tange à infraestrutura básica e ao orçamento, e com o sistema de gestão implantado, os Institutos puderam, particularmente em 2010, desenvolver suas pesquisas científicas e tecnológicas e promover a inovação com o registro de mais de duas dezenas de patentes e pedidos de privilégio de propriedade intelectual, e com atenção especial às pesquisas realizadas nas áreas de educação e saúde, sem esquecer o assunto que afeta a todos: clima e previsão do tempo.





Na área científica, trabalhos com a biodiversidade levaram o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) à descoberta de plantas e ao desenvolvimento de importantes aplicações etnomedicinais na cicatrização de cortes profundos, picadas de cobra e ferradas de arraia; prevenção e tratamento de diabetes, prisão de ventre, câncer do colo do útero, alto colesterol e obesidade; identificação de microbactérias da tuberculose a partir do uso de fungos que aceleram o crescimento dos bacilos de Koch, reduzindo o tempo de diagnóstico da tuberculose de dois meses para até uma semana; utilização de inseticida a partir de espécie de flor de crisântemo para uso em mosquiteiros, contribuindo para a diminuição da incidência de malária.

Ainda no campo da saúde, foram destaques: o desenvolvimento de nanopartículas de ácido láctico para encapsulação de fármacos para tratamento da tuberculose e de biocerâmicos nanoestruturados para uso clínico em regeneração óssea; a fabricação de protótipo de colete para deficientes, capaz de sustentar a coluna vertebral de crianças com paralisia cerebral e esclerose acentuada, pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT); o desenvolvimento de alternativas ao uso da hidroxiapatia cerâmica em procedimentos de regeneração óssea para emprego pelo SUS e estabelecimento de sistemas normatizados para caracterização de nanobiomateriais para a medicina regenerativa e seu impacto na viabilidade celular e tecidual, pelos pesquisadores do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF).

O Instituto Nacional do Semiárido (INSA) deu início ao Projeto Farmácia Viva, objetivando o levantamento de informações junto às comunidades da Região, para a formação de um horto com plantas medicinais locais e estudos de propriedades fitoterapêuticas de espécies pouco estudadas, e o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) teve um grande avanço na área da genômica, com mais de 30 milhões de sequências genômicas desenvolvidas em 2010, no âmbito do Projeto Genoma Brasil.

A tecnologia de ponta esteve contemplada em vários projetos do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), na área de circuitos integrados, especialmente os voltados para cartões magnéticos, telefones sem fio, e reguladores de tensão, bem como no desenvolvimento de nanoestruturas para serem utilizadas em sensores de ultravioleta ou em células solares sensibilizadas por corante, e de tabletes para carteiras e lousas digitais e estudos neurológicos.

Tecnologia avançada também esteve presente no Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA) e no Observatório Nacional (ON), com a construção e participação na construção de equipamentos sensíveis para telescópios internacionais, como o SOAR (Chile) e J-PAS (Espanha); no Programa Espacial Brasileiro, onde o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) vem promovendo não só a construção de satélites em colaboração com outros países (China, em destaque), como também distribuindo, gratuitamente, imagens no Brasil e no exterior a partir dos Satélites CBERS e Landsat (este, americano), com instalações de recepção na África e Ásia; e no Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), nos estudos de aproveitamento de resíduos de pedreiras e serrarias, motivo de poluição ambiental.

Na área de clima, o Programa de Mudanças Climáticas (PMCL), do INPE, desenvolveu produtos e serviços para estratégias empresariais de execução de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e créditos de carbono, gerando um guia de implementação de aplicação ao modelo de estimativa de emissões de gases, a partir do desmatamento da Amazônia. O supercomputador do Instituto, quando em operação total, permitirá a previsão climática com taxa de acerto maior do que hoje é conseguido (98% para 24 horas).

No campo da educação, merecem registro as iniciativas do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e do ON com a capacitação de professores e alunos de cursos médios, presenciais ou a distância, além da melhoria dos cursos de Pós-Graduação do CBPF, INPA, INPE, MPEG, ON e IBICT. Este último ocupa posição de destaque em nível nacional e internacional por seus projetos voltados ao movimento de acesso livre ao conhecimento. Exemplo desse compromisso é a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), lançada em 2002, que possui um arquivo de mais de 150 mil teses e dissertações provenientes de 95 instituições de ensino superior e o disponibiliza gratuitamente na Internet.





Finalmente, há que se ressaltar a instalação do Centro de Tecnologia do Bioetanol (CTBE), ligado à Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS), Organização Social (OS) localizada em Campinas (SP), que é uma iniciativa dedicada à pesquisa de fontes renováveis de energia e insumos para a indústria química. Pesquisas em bioenergia também tiveram um grande salto em 2010, tanto no INT, quanto em sua Coordenação Regional no Nordeste, Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene), além de cooperações do ON, INT, LNCC com projetos da Petrobras ligados à pesquisa e aproveitamento do Pré-sal.

b) Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas

A Lei de Inovação, Lei nº 10.973, 2 de dezembro de 2004, possibilitou a utilização de recursos públicos diretamente por empresas, inclusive recursos orçamentários, além de infraestrutura, pessoal, laboratórios e equipamentos, representando um passo importante para a construção de uma cultura de inovação no País.

Os incentivos fiscais da Lei do Bem, Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, apresentaram impacto positivo tanto pelos resultados tecnológicos, como pelo aumento dos investimentos em P&D de empresas, além de significativo crescimento no número de novas empresas beneficiárias. Os dados apresentados de 2006 a 2009 evidenciam que o número de empresas que aderiram aos incentivos continua aumentando.

Investimentos das Empresas beneficiadas pela Lei do Bem nas áreas de P&D em relação ao PIB Brasil (R\$ bilhão)

Ano	Empresas Habilitadas	Renúncia Fiscal (R\$ bilhão)	Investimento (c) (R\$ Bilhão)	PIB (d) (R\$ Bilhão)	(%) (c/d)
2006	130	0,230	2,19 ⁽¹⁾	2.433,0 ⁽²⁾	0,09
2007	300	0,883	5,13 ⁽¹⁾	2.558,8 ⁽²⁾	0,19
2008	460	1,58	8,80 ⁽¹⁾	2.889,7 ⁽²⁾	0,30
2009	542	1,38	8,33	3.143,0 ⁽²⁾	0,27

(1) Valores corrigidos e revisados; (2) Dados do IBGE
Fonte: MCT

O Governo aportou apoio financeiro expressivo nas atividades de P&D das empresas brasileiras. Um dos mecanismos usados foi o Programa de Subvenção Econômica, criado para promover a inovação por meio da aplicação de recursos públicos não reembolsáveis em projetos de pesquisa. De 2006 a 2010, a subvenção econômica beneficiou cerca de 825 projetos com mais de R\$ 1,5 bilhão. Em agosto de 2010, foi lançado novo edital com previsão de recursos de até R\$ 500 milhões, com o processo seletivo encerrado em 2011.

Em parceria com os Estados, o Governo concedeu, ainda, R\$ 150 milhões no mesmo período para as micro e pequenas empresas. Já a criação e o desenvolvimento de empresas inovadoras obtiveram um total de R\$ 230 milhões. Os investimentos em P&D resultantes dos incentivos fiscais da Lei do Bem alcançaram R\$ 24,4 bilhões e a renúncia fiscal atingiu R\$ 4,07 bilhões. Foram concedidos, também, empréstimos reembolsáveis no valor de R\$ 5,7 bilhões, de 2003 a 2010.

O Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec), instituído pelo Decreto nº 6.259, de 20 de novembro de 2007, cuja finalidade principal é proporcionar condições para o aumento da taxa de inovação das empresas brasileiras, destinou mais de R\$ 330,0 milhões, de 2007 a 2010, para a implementação das seguintes Redes Temáticas:

- Centros de Inovação - 14 Redes Temáticas envolvendo 208 instituições em diferentes estágios de implementação: Bioetanol; Eletrônica para Produtos; Equipamentos e Componentes de uso Médico, Hospitalar e Odontológico; Insumos para a Saúde Humana;





Manufatura e Bens de Capital; Microeletrônica; Plásticos e Borrachas; Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação; Tecnologias para Energia Solar Fotovoltaica; Visualização Avançada; Vitivinicultura; Veículos Elétricos; Nanocosméticos e Insumos para Saúde; e Nutrição Animal;

- Serviços Tecnológicos - 20 Redes Temáticas envolvendo 211 laboratórios em 53 instituições com 484 participações laboratoriais, que receberam apoio do Sibratec para a ampliação e modernização da infraestrutura laboratorial, capacitação de recursos humanos, aprimoramento do sistema de gestão da qualidade laboratorial, além de programas de ensaio de proficiência para que estejam aptas a oferecer serviços de calibração, ensaios e análises, além de avaliação da conformidade para garantir a qualidade dos produtos disponibilizados no mercado; e
- Extensão Tecnológica - 22 redes formadas por entidades especializadas em extensão tecnológica, atuantes nos Estados da Federação, que prestam assistência tecnológica especializada às micro, pequenas e médias empresas, com vistas à solução de gargalos tecnológicos, adaptação de produtos e processos e a melhoria da gestão da produção.

Por meio dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), é fomentada a promoção da capacitação de recursos humanos e a atuação na identificação, proteção e divulgação de resultados de pesquisa e de tecnologias passíveis de exploração comercial, zelando pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento e outras formas de transferência de tecnologia.

O fortalecimento dos NITs, tem proporcionado às ICTs um aumento de recursos provenientes dos contratos de transferência e licenciamento de tecnologia, indicando um interesse crescente e a importância e relevância da Lei para a instituição científica e tecnológica. Foram 1.706 contratos, sendo 1.518 sem exclusividade, 112 com exclusividade e 76 de outras formas que foram, basicamente, de conhecimento não protegido disponível nas ICTs, concedidos/licenciados para terceiros.

A capacitação de recursos humanos, parte fundamental no processo de desenvolvimento e inovação tecnológica, abrangeu atividades de estímulo à realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) nas empresas, por meio da disponibilização de instrumentos específicos que tratam da capacitação de empresários e gerentes para a inovação, e à inserção de pesquisadores nas empresas. Em 2010, foram realizados cursos de capacitação de empresários e gerentes para a inovação em 11 Estados brasileiros. Também foi aprovada a inserção de mestres e doutores em 182 empresas que tiveram projetos de desenvolvimento tecnológico contemplados no Edital RHAE-Pesquisador na Empresa.

Para fomentar a inovação tecnológica no Brasil, o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos (PNI) apresenta-se como uma importante iniciativa para a promoção do desenvolvimento tecnológico e da inovação nas micro e pequenas empresas, ao estimular iniciativas de instalação e consolidação de incubadoras e parques.

As incubadoras de empresas são mecanismos de estímulo e apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, que facilitam a implantação de novas empresas focadas na inovação tecnológica. São 8.000 empresas inovadoras instaladas em 400 incubadoras, localizadas em 25 Estados, que geram 35 mil empregos e têm faturamento de cerca de R\$ 3,5 bilhões.

Os parques tecnológicos são complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico que fomentam e promovem sinergias nas atividades de pesquisa científica e tecnológica e de inovação entre as empresas e instituições científicas e tecnológicas, públicas e privadas, com forte apoio institucional e financeiro entre os governos federal, estadual, municipal, comunidade local e setor privado.

As atividades do Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação (Pró-Inova) estimulam o desenvolvimento





de um ambiente favorável à inovação no País, disseminam informações sobre as vantagens de investir em atividades inovadoras, mobilizam e apoiam empresas na identificação e utilização dos instrumentos e programas mais adequados às suas necessidades. Em 2010, foi lançado edital de eventos no valor de R\$ 8 milhões, o que permitiu a realização de 300 eventos e cursos. Outro edital, de R\$ 7 milhões, apoiou o fortalecimento de 20 Entidades Setoriais de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em todas as regiões do País. O Pró-Inova passa também a apoiar o Reconhecimento Nacional à Gestão da Inovação, coordenado pelo Movimento Brasil Competitivo, que visa a reconhecer empresas que adotam a inovação como estratégia de crescimento para aumentar o grau de competitividade no mercado.

A partir do lançamento, em 2009, da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), atividade coordenada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), as ações do Pró-Inova passaram a ser executadas em parceria entre MCT, SETEC, FINEP, CNPq, BNDES e CNI. No âmbito da MEI, foi lançado Edital, no valor de R\$ 50 milhões, para apoiar Núcleos de Apoio à Gestão da Inovação (NAGI), visando à elaboração de planos e projetos de gestão da inovação nas empresas brasileiras.

c) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas

No Brasil, atuam na área de Nanotecnologia aproximadamente 170 empresas, mais de 1.400 pesquisadores e mais de 2.000 alunos com apoio do Governo Federal, além dos apoiados pelos Governos Estaduais. A criação do Fórum de Competitividade em Nanotecnologia pelo Governo Federal tem permitido o estabelecimento do marco regulatório, bem como o avanço nas questões de mercado, recursos humanos e impactos sócio-ambientais em prol de uma maior competitividade da nossa indústria e de uma melhor qualidade de vida do nosso povo.

Na área de Biotecnologia destacam-se os investimentos realizados na infraestrutura, pesquisa, desenvolvimento e inovação. Das 10 plataformas tecnológicas previstas no PACTI para Biotecnologia, oito foram implantadas e, em 2010, foi realizado um investimento da ordem de R\$ 8 milhões para biotérios e pesquisa em leveduras. Adicionalmente, foram disponibilizados R\$ 90 milhões para apoiar, por meio do edital de subvenção econômica, o desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores em biotecnologia por empresas brasileiras.

Destacam-se a Rede Nacional de Proteoma (Genoprot) e a Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio) com abordagens estratégicas para o desenvolvimento de produtos e processos nas áreas de saúde humana e animal, agricultura, indústria, e meio ambiente. O Genoprot, voltado para o fortalecimento de grupos de pesquisa consorciados em nível nacional, apoiou 50 projetos em 2010, e o Renorbio, em nível regional, já desenvolveu caprinos transgênicos que expressam a proteína antitrombina hG-CSF (fator estimulante de granulócitos humanos) para serem utilizados em pacientes imunodeprimidos e está desenvolvendo vacinas, profilática e terapêutica, contra a papilomavírus bovino. Como consequência das ações do Renorbio, rede que reúne 28 instituições do Nordeste, foram realizadas 25 defesas de tese e o depósito de 12 patentes em 2010.

Destacam-se, ainda, a contratação de seis projetos referentes ao Edital da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Geoma), com aporte de R\$ 3,26 milhões; o Projeto Cenários para a Amazônia: Uso da Terra, Biodiversidade e Clima, encomendado pela FINEP no valor de R\$ 4 milhões; e a Rede Especializada de Monitoramento de gases de efeito estufa na Amazônia, em parceria com o Ministério da Ciência e Educação da Alemanha (BMBF), no valor de R\$ 21,6 milhões. No âmbito dessa Rede serão implementadas nove novas estações de monitoramento, inclusive o Observatório da Torre Alta, com 300 metros de altura.

Na área de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), o Governo buscou elevar a competitividade de *softwares* e serviços de tecnologia da informação, de acordo com as prioridades estabelecidas pela Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Os resultados foram expressivos: as exportações de *software* e serviços de TI passaram de US\$ 100 milhões, em 2002, para US\$ 4 bilhões





em 2010. Nesse período, o faturamento das empresas do setor aumentou de R\$ 30 bilhões para R\$ 50 bilhões, e pessoal ocupado na indústria cresceu de 265 mil para 550 mil.

Em 2010, o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) apresentou importantes avanços na consolidação da Política Espacial Brasileira. Entre eles, está a conclusão da Torre Móvel de Integração do Veículo Lançador de Satélites (VLS) permitindo a retomada, em breve, dos voos de qualificação do lançador de satélites nacional. As estações de controle dos Centros de Lançamentos de Alcântara e da Barreira do Inferno foram modernizadas e as infraestruturas estão sendo atualizadas para servirem aos lançamentos nacionais e aos relativos às atividades da empresa Alcântara Cyclone Space (ACS), fruto do Tratado entre Brasil e Ucrânia. As equipes desses centros têm sido treinadas por meio da operação com foguetes de treinamento contratados na indústria nacional, garantindo, assim, a confiabilidade e segurança das operações de lançamento de foguetes.

Está em fase de conclusão o sistema de controle da Plataforma Multimissão, que permitirá ao Brasil o domínio de uma das tecnologias mais críticas e essenciais para o desenvolvimento de atividades espaciais de forma autônoma. Está em fase final de testes o satélite CBERS-3, o qual, quando lançado, permitirá uma melhor capacidade de observação do território nacional com vistas à proteção ambiental, monitoramento agrícola e vigilância das fronteiras e do território marítimo.

Foram lançados editais que proporcionaram apoio para capacitação de pesquisadores e técnicos do Programa Espacial Brasileiro. Ademais, foram criados cursos de formação em engenharia espacial no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e na Universidade de Brasília (UnB).

São prioridades para 2011: a conclusão das obras de infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara e do sítio de lançamento do Cyclone-4; a conclusão e lançamento do satélite CBERS-3; a realização do primeiro voo de teste tecnológico do VLS-1; a continuidade de desenvolvimento de um conjunto de satélites baseados na Plataforma Multimissão, compreendendo o satélite Amazônia-1, o satélite científico Lattes, o satélite de sensoriamento remoto com imageador radar (MAPSAR) e o satélite do programa internacional de medidas de precipitação (GPM-BR); o satélite brasileiro-argentino SABIA-MAR; o microsatélite universitário ITASAT e o início do desenvolvimento do satélite geoestacionário brasileiro (SGB).

A principal realização do setor nuclear ao longo de 2010 foi a consolidação das bases tecnológicas e industriais necessárias à implementação do novo Programa Nuclear Brasileiro (PNB). No segmento do combustível, deu-se continuidade aos projetos para ampliação da produção de concentrado de urânio no País, visando ao atendimento integral das demandas de Angra I, II e III. Também foi concluída a planta piloto de conversão, etapa da fabricação do elemento combustível ainda hoje realizada no exterior, o que possibilitará o desenvolvimento da planta industrial de conversão, a ser instalada até o ano de 2014, no complexo industrial de Resende, Rio de Janeiro. Encontra-se em andamento a complementação da planta de enriquecimento, tendo sido concluído o módulo I e iniciada a montagem do módulo II, dentre os quatro módulos previstos para implantação até 2015.

O Programa Nuclear da Marinha (PNM) continua avançando na construção do protótipo, em terra, do reator de propulsão naval e seu combustível. No Ciclo do Combustível Nuclear, destaca-se que a Unidade de Produção de Hexafluoreto de Urânio (USEXA) encontra-se em fase final de montagem e foram iniciados os primeiros testes pré-operacionais. A conclusão das obras e o início do seu comissionamento estão previstos para o primeiro semestre de 2011.

As obras civis do protótipo do reator nuclear, em terra, do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (Labgene) avançaram em ritmo acelerado em 2010. Estão sendo construídos sete prédios do complexo. A montagem eletromecânica da subestação elétrica foi iniciada e os contratos para a fabricação dos últimos componentes principais foram assinados. Também foram concluídas a fabricação e a montagem das Torres de Resfriamento do Labgene e do gerador elétrico auxiliar.





Como resultado da parceria estabelecida entre a Marinha e as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), ressalta-se a conclusão e a entrega da terceira cascata de enriquecimento isotópico em Resende-RJ. Dessa forma, fica confirmada a posição do Brasil no seletor e pequeno grupo de países com tecnologia de enriquecimento de urânio.

Os desafios no campo da segurança nuclear, em 2010, motivaram a modernização das instalações do Centro Nacional de Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear (CENAGEN), parte importante do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON). Esse Sistema é responsável pela segurança do programa nuclear do País e pela coordenação do Exercício de Resposta à Emergência Nuclear na Região de Angra dos Reis, realizado anualmente.

As atividades do SIPRON, no correr de 2011, continuarão a refletir a crescente importância e visibilidade do setor. Deverão prosseguir a revisão e a atualização de toda a legislação e das normas gerais em vigor bem como a construção de um setor exclusivamente dedicado à proteção das atividades nucleares, com o objetivo de melhor atender as naturais preocupações com a segurança do programa. Ainda mais visível será o Exercício Geral de Resposta a Emergência Nuclear a ser realizado na área de Angra dos Reis, em setembro de 2011. Trata-se de uma iniciativa importante, com a presença de observadores estrangeiros e com o envolvimento da população que vive nas proximidades das usinas nucleares. Em síntese, o Governo busca ter um corpo de normas e uma experiência prática de maior envergadura no que tange à proteção ao programa nuclear, objetivando não ficar aquém dos padrões das crescentes exigências de segurança observadas em todo o mundo.

No segmento de aplicações da tecnologia nuclear, deve-se destacar o empreendimento do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), que teve início em 2009 e encontra-se na fase de contratação dos serviços de engenharia para elaboração do projeto básico e, posteriormente, do projeto detalhado para implementação do empreendimento. Trata-se de uma nova instalação de pesquisa, desenvolvimento e produção, que possibilitará ao País a eliminação da dependência externa referente ao fornecimento de radiofármacos para a área médica, além da prestação de serviços de irradiação e de testes de materiais necessários para o desenvolvimento de componentes para atendimento do setor nuclear.

Outro aspecto importante a ser destacado diz respeito ao tratamento dos rejeitos radioativos oriundos das atividades nucleares desenvolvidas no País. Em 2010 houve continuidade das ações para projetar e construir um repositório nacional de rejeitos, tendo sido realizadas prospecções de locais adequados para abrigar o repositório, além de missões técnicas ao exterior visando à cooperação técnica junto a outros países.

c.1) Mar e Antártida

Em 2010, o Governo Brasileiro continuou empenhado na condução de atividades voltadas para a efetiva utilização, exploração racional e aproveitamento sustentável dos recursos marinhos. Por intermédio de diversos programas conduzidos no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), investiu-se na formação de recursos humanos e no desenvolvimento de diversas pesquisas científicas no mar e na Antártica. Além disso, o Governo tem realizado ações de divulgação dessa atividade, visando a ressaltar a importância das riquezas da Amazônia Azul, para o desenvolvimento do País. A intenção é a de que essas ações sejam ainda mais efetivas em 2011.

Em Ciência do Mar foi lançado edital de P,D&I no valor de R\$ 30 milhões com foco na Plataforma Continental Brasileira de Norte a Sul, nos seguintes temas: grandes equipamentos e infraestrutura; valorização dos recursos vivos; e conhecimento dos fundos marinhos. Foi institucionalizado e regulamentado o emprego do navio Hidroceanográfico Cruzeiro do Sul como embarcação de apoio a expedições científicas.





Destaca-se ainda a aquisição do navio Aspirante Moura para o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), da Marinha do Brasil. Este navio será de uso compartilhado, dando apoio à comunidade científica com 50 dias de mar e sete pesquisadores científicos de outras Instituições de Ensino Superior (IES) embarcados a cada cruzeiro marítimo, com a formalização de práticas de trabalho conjunto entre o MCT e o IEAPM, funcionando, então, como Laboratório Nacional Embarcado II.

As Ciências Antárticas avançaram com o lançamento de edital, no valor global de R\$ 14 milhões, para apoio a 19 projetos de pesquisa que envolvem extensa cooperação internacional, com seis países Sul-americanos (Argentina, Chile, Uruguai, Equador, Peru e Venezuela), além dos Estados Unidos, de nove países europeus, do Japão e da Nova Zelândia.

O Programa Antártico Brasileiro (Proantar) tem obtido muitas conquistas, ao longo de 28 anos operando no Continente Gelado. O Brasil realiza pesquisa científica de qualidade de modo a manter seu *status* de Membro Consultivo do Tratado da Antártida, o que lhe confere direito a voto em todas as decisões a serem tomadas sobre o futuro do continente. No último verão antártico, o Programa contou com o recém incorporado Navio Polar Almirante Maximiano, além do navio de apoio oceanográfico Ary Rongel, o que representou um avanço em termos logísticos e de pesquisa científica na região.

Em 2010, foi realizada a Operação Antártica (Operantar) XXVIII, ano em que também ocorreram o 8º, 9º e 10º voos de apoio logístico à Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), nos meses de maio, julho e setembro, respectivamente. Ainda nesse exercício, ocorreu a primeira fase do treinamento e seleção do grupo base que ficará responsável pela manutenção da EACF, no período de 2011 a 2012, assim como a capacitação de duzentos pesquisadores que participarão da Operantar XXIX.

No âmbito do Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (Protrindade), foi concluída, em 2010, a construção da Estação Científica naquela ilha, com a utilização de material plástico de fácil manuseio, resistente à corrosão e apropriada para locais de difícil acesso. A Estação dispõe de dois laboratórios e tem capacidade para acomodar até oito pesquisadores. No Protrindade serão conduzidas pesquisas nas áreas de oceanografia, botânica e geociências, entre outras. Além da construção da Estação, a Marinha e o Ministério de Minas e Energia, por intermédio da Eletrobrás, retomaram as negociações, que deverão ser concluídas em 2011, para concretizar a cooperação em geração de energia, a partir de fontes eólicas e fotovoltaicas.

Com relação ao Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (Prorea), o Navio-Hidrográfico Sirius prosseguiu com o levantamento batimétrico além das duzentas milhas náuticas, na elevação do Rio Grande. Esse Programa tem importância política e estratégica, pois contribui para ampliar a presença brasileira no Atlântico Sul, na medida em que desenvolve tecnologia e qualifica recursos humanos, o que possibilitará ao Brasil reivindicar, perante a autoridade internacional dos fundos marinhos, áreas oceânicas para futura exploração.

No exercício de 2010 foi concluída a fase de aquisição de dados do trabalho relativo ao Plano de Levantamento da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (Leplac), cujo objetivo é o de elaborar outra proposta de limite exterior da margem continental brasileira além das duzentas milhas. Dois navios de pesquisas contratados efetuaram levantamentos geofísicos e batimétricos e coletaram amostras de rochas frescas, em pontos escolhidos, de modo a melhorar o embasamento de nossa proposta revisada. A partir de 2011, o Leplac entrará na fase de processamento e interpretação dos dados obtidos.

c.2) Defesa Nacional

Na área de ciência, tecnologia e inovação, o Governo vem desenvolvendo tecnologias autóctones e vencendo cerceamentos tecnológicos impostos por outros países. Nesse sentido, já foram obtidos resultados concretos, tais como: Radar SABER M-60, Viatura Blindada para Transporte de Pessoal, Válvulas TWT, Fibra de Carbono a partir da Poliácilonitrila, Simuladores para Sistemas Operacionais





(Navais, Terrestres e Aéreos), Veículos Aéreos Não Tripulados (Sistema de Navegação e Controle) e Turbinas a Gás. Ressalta-se que as tecnologias desenvolvidas são de aplicação dual, ou seja, podem ser empregadas tanto para fins militares quanto civis.

Encontram-se em desenvolvimento outros projetos igualmente inovadores tais como: o do Radar M-200, o de Viatura Blindada para Reconhecimento; o de Sistemas Inerciais; o de desenvolvimento da Fibra de Carbono a partir de resíduos de petróleo; o de Rádio Definido por Software, o da Família de Simuladores; o de Míssil A-Darter e o de Sistema de Pouso e Decolagem para Veículos Aéreos Não Tripulados. Esses projetos terão continuidade em 2011, entretanto, a maioria deles tem a conclusão prevista para os próximos anos.

Ainda em 2010 iniciou-se a execução dos contratos comerciais do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), com o emprego de recursos da ordem de R\$ 2,1 bilhões. Em maio foi iniciada a construção do primeiro da série de quatro submarinos convencionais (S-BR), mediante o corte da chapa que está sendo utilizada na confecção da seção de proa. No mesmo mês foram iniciadas as obras civis do novo Estaleiro e Base Naval, com os trabalhos de terraplenagem da área localizada na Nuclep, em Itaguaí-RJ, onde está sendo erigida a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), destinada à montagem das seções de casco dos submarinos. As equipes responsáveis pelo recebimento das tecnologias de projeto e de construção encontram-se na França, realizando os cursos e estágios destinados a capacitá-las para o projeto e a construção de submarinos no Brasil. As obras marítimas e de acesso ao estaleiro e base naval na Ilha da Madeira foram iniciadas em setembro e terão continuidade em 2011.

d) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

O Plano de Ação 2007-2010 do MCT definiu a Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social como um dos eixos prioritários de ação, com vistas à popularização e aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como a produção e a difusão de tecnologias e inovações para a inclusão social.

Com esse objetivo, em outubro de 2010, foi realizada a 7ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), que promoveu, em todo o País, cerca de 14.000 atividades, em aproximadamente 400 Municípios, envolvendo 721 instituições de ensino e pesquisa e entidades diversas. A SNCT 2010 teve por tema principal Ciência para o Desenvolvimento Sustentável, se consolidando como um acontecimento importante na agenda brasileira.

Também foi realizada, em 2010, a 6ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), que bateu recorde de alunos e escolas participantes: foram 19,7 milhões de estudantes de 45 mil escolas distribuídas por mais de 99% dos Municípios brasileiros. Foram concedidas três mil bolsas de Iniciação Científica Júnior aos medalhistas da OBMEP 2010 e prêmios foram direcionados também às escolas e aos Municípios nos quais os alunos se destacaram.

Os professores receberam cursos de aperfeiçoamento organizados pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). Foi dada continuidade ao programa PICME (Programa de Iniciação Científica e Mestrado), iniciado em 2009, para os alunos universitários medalhistas da OBMEP, com bolsas do CNPq e da CAPES. Por meio de edital, o CNPq e o MEC apoiaram também olimpíadas em outras áreas da ciência, como física, astronomia, química, que envolveram mais de 1,5 milhão de estudantes. O Governo liberou, ainda, R\$ 4 milhões para atividades comemorativas do Ano Internacional da Química 2011, apoiando projetos especiais e um Edital que subsidiará 45 projetos.

O Portal do Professor também merece destaque, pois proporciona apoio aos professores da educação básica com recursos educacionais multimídia, e atingiu, em 2010, 4,6 milhões de acessos, quatro vezes mais do que em 2009.

Com o intuito de promover a popularização da ciência, o Governo tem um programa de apoio a centros e museus de C&T. Em 2010,





foram apoiados projetos para a instalação de novos espaços científico-culturais e o fortalecimento dos já existentes em instituições que promovem atividades de divulgação científica e o ensino não formal de ciências. Destaca-se o apoio a sete projetos de Ciência Móvel, veículos de ciência itinerante, para as Unidades de Pesquisa do MCT e o apoio ao Parque Científico e Cultural de Jequiá, em Recife, Pátio de Exposições de Astronomia, no valor de R\$ 25,7 milhões.

Com relação às tecnologias para o desenvolvimento social, foram totalizados 471 projetos de apoio a Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT's), entre 2003 e 2010. Os recursos investidos na implementação e modernização de CVTs em todo o País foram de R\$ 284,9 milhões. Os CVTs são, além de unidades de ensino e de profissionalização, centros voltados para a difusão do conhecimento científico e tecnológico, de conhecimentos práticos na área de serviços técnicos e de transferência de conhecimentos tecnológicos no seu meio de atuação visando à melhoria dos processos produtivos locais. Entre os CVTs apoiados estão unidades voltadas para setores da construção civil, gastronomia, turismo, confecções, fruticultura, pecuária, artesanato, metal-mecânico, tecnologia da informação, entre outros.

O Governo também incrementou o desenvolvimento regional e local ao apoiar iniciativas de inovação nos APLs. Parcerias entre institutos de pesquisa e desenvolvimento, universidades e produtores promoveram 196 projetos, de 2003 a 2009, sendo 17 em 2010.

No âmbito da Inclusão Digital, o Governo apoiou, de 2004 a 2010, 1.773 projetos, sendo 313 em 2010, com a instalação e manutenção de equipamentos, colocando em funcionamento, em todas as regiões do País, Telecentros, Centros de Acesso à Tecnologia para Inclusão Social (CATIS), Cidade Digital e Casa Brasil.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Tecnológico para o Biodiesel foi lançado, em 2010, edital para selecionar propostas em duas linhas de pesquisa. A primeira rodada para a seleção de projetos integrados de P,D&I em biodiesel, com a contratação de 14 projetos, no valor total de R\$ 10 milhões, e a segunda, no valor de R\$ 5 milhões, com o foco na sustentabilidade ambiental, com a contratação de 10 projetos em todo País.

Também no ano de 2010, foram contratados 134 projetos focados na formação de recursos humanos nas áreas de desenvolvimento e inovação na cadeia produtiva do etanol e biodiesel, envolvendo investimentos de R\$ 12 milhões.

No âmbito das energias renováveis, o ano de 2010 caracterizou-se por iniciativas voltadas ao planejamento de ações de suporte às necessidades sinalizadas no Plano Nacional de Energia 2030 e no Plano Decenal de Energia 2017, bem como solucionar os gargalos tecnológicos identificados junto ao setor empresarial. Os editais em elaboração contemplarão, em 2011, temas voltados para: formação de recursos humanos e P,D&I em tecnologias de gaseificação e combustão, envolvendo recursos de R\$ 9 milhões; desenvolvimento de processos para a obtenção do silício grau solar e de *waffers* grau solar, com recursos de R\$ 10 milhões; capacitação de recursos humanos e de laboratórios, no valor de R\$ 15 milhões; formação de recursos humanos e P,D&I em energia solar térmica, energia solar fotovoltaica, hidroeletricidade e energias oceânicas, no valor de R\$ 16 milhões.

Ainda merecem destaque dois projetos de pesquisa pelo seu porte, pela participação envolvendo academia, centros de pesquisa, empresa e setor público e pelo perfil inovador: a Plataforma de Desenvolvimento de Gaseificação da Biomassa, que visa a estabelecer uma plataforma de pesquisa em tecnologias de gaseificação com a finalidade de produção de gás de síntese e produtos com valores que montam R\$ 80 milhões; e a Plataforma de Desenvolvimento de Energia Solar cujo objetivo é estabelecer uma plataforma de pesquisa em tecnologia solar, inicialmente com a finalidade de construir a primeira usina solar térmica concentrada de geração de energia elétrica com valor final na faixa de R\$ 75 milhões.

A aplicação de recursos de PD&I em veículos elétricos e acumuladores de energia envolveu as seguintes iniciativas: criação, no





âmbito do Sibratec, de um Centro de Inovação em Tecnologias de Veículos Elétricos com recursos no valor de R\$ 10 milhões; lançamento de edital de subvenção econômica onde os veículos elétricos e acumuladores foram temas da área de Energia, concorrendo a recursos de até R\$ 50 milhões; edital, em processo de elaboração, com a finalidade de formar recursos humanos e realizar pesquisa em instituições de ensino e pesquisa em tecnologias veiculares de propulsão elétrica e acumuladores de energia, com recursos de R\$ 10 milhões; e encomenda, em processo final de negociação, coordenada por Itaipu, Lactec e Cepel, com a finalidade de absorver e desenvolver tecnologia de baterias avançadas de sódio, com recursos iniciais da ordem de R\$ 13,5 milhões.

Os avanços obtidos no setor de recursos minerais resultaram de investimentos realizados no fomento à pesquisa científica e tecnológica, no desenvolvimento tecnológico e na inovação, na formação, fixação e na capacitação de recursos humanos, no desenvolvimento da infraestrutura laboratorial de ensino e pesquisa nas áreas de geologia e tecnologia mineral, com foco nos setores de interesse para o desenvolvimento do País. Dando novo impulso ao setor, foram investidos, nos anos de 2009 e 2010, R\$ 33,7 milhões.

As linhas temáticas de C,T&I priorizadas têm como finalidade desenvolver a produção e uso limpo do carvão mineral por meio de: desenvolvimento de tecnologias limpas da cadeia produtiva do carvão mineral; desenvolvimento tecnológico e de inovação aplicado à cadeia produtiva carbonífera, em especial para geração termelétrica, siderurgia e carboquímica; e desenvolvimento de tecnologias para recuperação do passivo ambiental da bacia carbonífera de Santa Catarina.

Foi estruturada a Rede de P,D&I em carvão mineral com foco na cadeia produtiva, com a participação de 42 instituições públicas e privadas e cerca de 100 pesquisadores. O núcleo coordenador fica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e as áreas temáticas são: produção, conversão (uso e aplicação) e meio ambiente. Em apoio ao fortalecimento da Rede, em 2010 foram lançadas as seguintes ações:

- encomenda FINEP de Apoio à pesquisa científica, tecnológica e de inovação para redução dos impactos ambientais decorrentes da exploração e uso do carvão mineral brasileiro, executada pelo CETEM em parceria com a UFRGS e a Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina (SATC), no valor total de R\$ 1,5 milhão a ser investido nos anos de 2010 e 2011;
- lançamento pela FINEP duas encomendas, no valor total de R\$ 8,1 milhões, a serem investidos nos anos de 2010 e 2011 com objetivo de apoiar a criação do Centro de Tecnologias Limpas de Carvão, em parceria com a Eletrobrás, o Governo do Estado e o setor empresarial, pelo financiamento da construção e montagem do laboratório de combustíveis sólidos e de infraestrutura e capacitação laboratorial para estudos de gasificação de carvões brasileiros aplicados à geração termelétrica e produção de combustíveis; e
- encomenda CNPq feita à UFRGS, em parceria com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), de apoio à infraestrutura de pesquisa e à cooperação internacional em áreas temáticas prioritárias da Rede de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Carvão Mineral, no valor de R\$ 3,5 milhões a serem investidos nos anos de 2010 e 2011;

Estão sendo investidos recursos no valor de R\$ 3,4 milhões, em 22 projetos, nos anos de 2010 e 2011, para formação de pesquisadores em áreas selecionadas aos temas da Rede de P,D&I em carvão mineral em nível de graduação, pós-graduação e pós-doutorado.



